

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A QUARTA DIRETIVA DA UNIÃO EUROPÉIA: UM ESTUDO
DO CONTEÚDO E DA ESTRUTURA DO BALANÇO**

ADEMAR SENÁBIO FILHO

FLORIANÓPOLIS – SC

1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A QUARTA DIRETIVA DA UNIÃO EUROPÉIA: UM ESTUDO
DO CONTEÚDO E DA ESTRUTURA DO BALANÇO**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao
Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio
Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Acadêmico: **ADEMAR SENÁBIO FILHO**

Orientador: Prof. **Dauro Rodrigues Redaelli**

FLORIANÓPOLIS

1999

A QUARTA DIRETIVA DA UNIÃO EUROPÉIA: UM ESTUDO DO CONTEÚDO E DA ESTRUTURA DO BALANÇO

Acadêmico: ADEMAR SENÁBIO FILHO

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 10,00, atribuída pela banca examinadora integrada pelos professores abaixo mencionados.

Florianópolis, 28 de julho de 1999.


Prof.^a Maria Denize Henrique Casagrande

Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

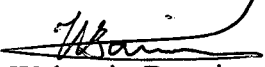


Prof. Dauro Rodrigues Redaelli

Presidente


Prof. Rainoldo Hessler

Membro


Prof. Waltamir Barreiros

Membro

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais – Ademar Valdemiro Senábio e Avani Coelho Senábio – os quais, mesmo não tendo a oportunidade que tive, souberam me mostrar o caminho da honestidade, da dignidade e da fé.

À minha noiva – Silene Lídia Duarte – por compartilhar comigo, pacientemente, as conseqüências dos compromissos por mim assumidos ao longo do Curso.

Aos colegas da turma, em especial a Carlos, Emerson, Hercílio, Robson, Sander e Sérgio, pelo esforço de cada um para que prevalecesse o espírito de amizade e solidariedade que nos conduziu durante todo o Curso.

Aos professores do Departamento, pela abertura profissional e pessoal que me proporcionaram, especialmente aos Professores Waltamir Barreiros, Marcos Laffin e Rainoldo Uessler pelo apoio e sugestões na elaboração deste trabalho.

Agradeço, de modo especial, ao Professor Dauro Rodrigues Redaelli, meu Orientador, pelo contínuo incentivo, plena dedicação, criteriosa orientação e valiosas sugestões à elaboração desta pesquisa, ofertados com gratuidade e benevolência, característicos da amizade.

Por fim, agradeço a Deus, nosso guia pelas jornadas da vida.

SUMÁRIO

	LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
1	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1
1.1	Tema e Delimitação.....	1
1.2	Problema e Justificativa.....	1
1.3	Objetivos.....	4
1.4	Metodologia Aplicada.....	5
1.5	Organização do Estudo.....	6
2	A UNIÃO EUROPÉIA.....	7
2.1	Histórico da União Européia.....	7
2.1.1	Os primórdios da União Européia (1º período).....	9
2.1.2	O alargamento da União Européia (2º período).....	11
2.1.3	Do Ato Único Europeu ao Tratado da União Européia (3º período).....	12
2.2	As Instituições da União Européia.....	14
2.2.1	O Parlamento Europeu.....	16
2.2.2	O Conselho da União Européia ("O Conselho de Ministros").....	17
2.2.3	A Comissão Européia.....	19
2.2.4	O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.....	21
2.2.5	O Tribunal de Contas Europeu.....	23
2.2.6	O Comitê Econômico e Social.....	24
2.2.7	O Comitê das Regiões.....	25
2.2.8	O Banco Europeu de Investimentos.....	26
2.3	Estrutura Jurídica da União Européia.....	26
2.3.1	O Regulamento.....	28
2.3.2	A Directiva (Diretiva).....	28
2.3.3	A Decisão.....	29
2.3.4	As Recomendações e os Pareceres.....	29
2.4	Contabilidade na União Européia.....	31
3	A QUARTA DIRETIVA.....	35
3.1	O Histórico da Quarta Diretiva.....	35
3.2	O Âmbito de Aplicação da Quarta Diretiva.....	37
3.2.1	O âmbito de aplicação: aspectos gerais.....	37

3.2.2	Empresas de setores específicos.....	39
3.2.3	Pequenas e médias empresas.....	40
3.3	A Estrutura e o Conteúdo da Quarta Diretiva.....	42
3.3.1	Contas anuais.....	43
3.3.2	Conta de ganhos e perdas.....	44
3.3.3	Anexo.....	46
3.3.4	Distribuição do resultado.....	48
3.3.5	Relatório de gestão.....	49
3.3.6	Princípios contábeis e características qualitativas da informação contábil....	50
4	BALANÇO (BALANÇO PATRIMONIAL).....	55
4.1	Considerações Gerais.....	55
4.2	Modelos de Apresentação do Balanço.....	59
4.2.1	Balanço em forma de conta ou em forma horizontal (Art. 9º).....	60
4.2.2	Balanço em forma de lista ou em forma vertical (Art. 10º).....	61
4.2.3	Comparação dos modelos de balanço.....	62
4.3	Comentários Sobre Alguns Itens dos Modelos de Balanço.....	65
4.3.1	Capital subscrito não realizado.....	66
4.3.2	Despesas de estabelecimento.....	66
4.3.3	Dívidas.....	67
4.3.4	Contas de regularização (do Activo e do Passivo).....	68
4.3.5	Resultado do exercício e resultados transitados.....	71
4.3.6	Activo imobilizado.....	72
4.3.7	Acções próprias.....	73
4.3.8	Provisões para riscos e encargos.....	74
4.4	Exemplos com os Modelos de Balanço.....	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
	ANEXO.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS

Antiga Lei das S.A.	Decreto-lei n.º 2627, de 26 de setembro de 1940
AUE	Ato Único Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimentos
CCL	Capital Circulante Líquido
CE	Comunidade Européia
CECA	Comunidade Européia do Carvão e do Aço
CED	Comunidade Européia de Defesa
CEE	Comunidade Económica Européia
CES	Comitê Económico e Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
Circular n.º 179	Circular BACEN n.º 179, de 11 de maio de 1972 (Brasil)
Comissão	Comissão Européia
Conselho	Conselho da União Européia (“Conselho de Ministros”)
CPE	Cooperação Política Européia
CR	Comitê das Regiões
DG's	Direções-Gerais
DLPA	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
ECU	<i>European Currency Unit</i>
EURATOM	Comunidade Européia da Energia Atômica
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
Lei 6404/76	Lei n.º 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Brasil)
Lei das S.A. brasileira	Lei n.º 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Brasil)

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECE	Organização Européia de Cooperação Econômica
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PE	Parlamento Europeu
Resolução CFC 750/93	Resolução CFC n.º 750, de 29 de dezembro de 1993 (Brasil)
Resolução CFC 785/95	Resolução CFC n.º 785, de 28 de Julho de 1995 (Brasil)
SME	Sistema Monetário Europeu
TC	Tribunal de Contas Europeu
TCE/TUE	Tratado da CEE, com a redação que lhe deu o Tratado da União Européia
TJ	Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias
TPI	Tribunal de Primeira Instância
TUE	Tratado da União Européia
UE	União Européia
UEO	União Européia Ocidental

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Este capítulo fornece uma visão geral dos aspectos que nortearam o presente trabalho: o tema e a delimitação, o problema e a justificativa, os objetivos, a metodologia utilizada e a organização do estudo.

1.1 Tema e Delimitação

O presente trabalho tem a Quarta Diretiva da União Européia como objeto de estudo, enfatizando a estrutura e o conteúdo dos “balanços” (nomenclatura utilizada em Portugal), previstos nos seus Artigos 9º e 10º.

A Quarta Diretiva é a legislação máxima da União Européia em matéria de demonstrações contábeis anuais não consolidadas para fins externos, contendo disposições que tratam, pormenorizadamente, do seu âmbito de aplicação, da elaboração, da publicação e da auditoria destas demonstrações contábeis, bem como da avaliação dos elementos nestas contidos.

A exiguidade de tempo não permitiu examinar, com detalhes, a “conta de ganhos e perdas”, o “anexo”, o “relatório de gestão” e as questões relacionadas com o “controle”. Relativamente aos “balanços”, não foram feitas quaisquer considerações sobre as “regras da valorimetria” previstas na Quarta Diretiva.

1.2 Problema e Justificativa

Há muito tempo, a harmonização de normas contábeis tem sido tema de discussão pela sociedade contábil em vários países do mundo. Essa discussão em torno da harmonização teria surgido por três razões:

- I. As empresas multinacionais, ao se expandirem por todo o globo terrestre, começaram a encontrar dificuldades para comparar relatórios contábeis gerados por seus segmentos localizados em outros países, ou seja, eventos econômicos similares recebendo tratamentos contábeis distintos em virtude do local de sua ocorrência;
- II. O aprimoramento das comunicações e do sistema financeiro internacional permitiu que capitais, antes investidos em um único país, pudessem não somente ser aplicados simultaneamente em vários países, como também transferidos entre eles;
- III. A formação de blocos econômicos, onde países se unem com o intuito de facilitar o comércio entre eles, bem como de propiciar o crescimento e proteção de suas economias diante da concorrência internacional.

A necessidade expressada pelos usuários internacionais em compreender e analisar as informações contábeis das empresas, elaboradas com critérios muito diferentes de país para país, tem propiciado uma demanda por harmonização dos métodos e práticas contábeis a nível internacional, tendentes à consecução de um maior grau de comparabilidade das informações contábeis. Órgãos como o *International Accounting Standards Committee* (IASC), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD) têm trabalhado com esse propósito, porém, como não possuem o poder de obrigar os países a acatarem suas disposições, a harmonização a nível mundial não tem se efetivado na prática. Já no âmbito dos blocos econômicos, a harmonização é algo mais concreto, tendo em vista que é um dos objetivos a serem alcançados.

Nos últimos anos, tem-se visto uma crescente corrida pela formação de blocos econômicos entre países, como é o caso da União Européia (UE), do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), todos eles buscando fortalecer a economia de seus países membros diante da concorrência internacional.

A Comunidade Econômica Européia (CEE), hoje formalmente denominada de União Européia (UE), foi instituída em 1957 pelo Tratado de Roma e atualmente é composta de 15 países, denominados “Estados-membros” ou “Países membros”, que são: Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido, Espanha,

Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia. O objetivo maior da União Européia é a livre circulação de pessoas, bens e capitais, apoiada numa legislação forte e harmônica.

A legislação na União Européia se instrumentaliza através de normas jurídicas de cumprimento obrigatório, que são as Diretivas, os Regulamentos e as Decisões, além de normas jurídicas de caráter não obrigatório, que são as Recomendações e os Pareceres. Todas elas fazem parte de um amplo arcabouço legislativo abrangendo as mais diversas áreas.

Diretamente vinculada ao campo denominado como Direito das Sociedades, a harmonização contábil na União Européia se operacionaliza por meio de Diretivas.

Das Diretivas de Direito das Sociedades existentes, três delas são genuinamente do campo da harmonização contábil na União Européia, quais sejam:

- *Quarta Diretiva*: relativa às demonstrações contábeis anuais de empresas privadas;
- *Sétima Diretiva*: relativa às demonstrações contábeis consolidadas;
- *Oitava Diretiva*: relativa às qualificações das pessoas encarregadas da fiscalização legal dos documentos contábeis.

O movimento econômico e financeiro que circulava no Brasil até a década passada não foi suficientemente forte para despertar interesse pela contabilidade de outros países e pelos movimentos de harmonização contábil, quer nos geradores, quer nos usuários de informação contábil brasileiros.

As modificações que se sucederam (abertura de mercado, investimentos internacionais, MERCOSUL), provocaram um contínuo crescimento de interesse, no Brasil, pelo que tem sido denominada de “contabilidade internacional”, na qual se inserem discussões a respeito da harmonização e padronização contábil.

Apesar da literatura internacional abordar esse tema com relativa intensidade, no Brasil o assunto ainda é timidamente tratado em publicações especializadas.

O trabalho é tempestivo e oportuno pelo fato da União Européia ser o bloco econômico com o maior número de países membros e pelo seu pioneirismo não somente na busca como, também, na efetivação da harmonização contábil.

Um estudo desta natureza, além de ampliar e aprofundar o conhecimento de quem o realiza, se justifica pelos seguintes fatores:

- se existe uma tendência de unificação da estrutura conceitual contábil no âmbito mundial, torna-se imprescindível um acompanhamento dos trabalhos elaborados pela UE, principalmente no que tange aos aspectos da harmonização contábil já concretizados através da Quarta Diretiva;
- traz para a realidade local um assunto que, via de regra, é discutido a nível de pós graduação e em regiões de economias mais pujantes;
- alerta para a ampliação de um mercado de trabalho aos atuais e futuros profissionais da contabilidade;
- pode auxiliar quem venha a realizar estudos similares, enfocando outros blocos como, por exemplo, MERCOSUL e NAFTA;
- atenta que a derrubada de fronteiras entre países exige dos atuais e futuros profissionais uma séria reflexão no que tange à extensão e profundidade de seus conhecimentos, não só de contabilidade como de uma vasta gama de outros.

1.3 Objetivos

A Quarta Diretiva é o documento legal que norteia a contabilidade dos Estados-membros da União Européia, servindo como base para a elaboração das legislações nacionais que versem, entre outros, sobre princípios contábeis, regras de avaliação, critérios de classificação e preparação das demonstrações contábeis para fins externos.

O objetivo principal do presente trabalho é apresentar os aspectos que, nessa Diretiva, se relacionam com o conteúdo e a estrutura do “balanço”.

Para que o objetivo proposto seja atingido, outros objetivos subjacentes são alcançados anteriormente, quais sejam:

- Relatar o histórico da hoje denominada União Européia;
- Evidenciar a atual estrutura de poder da União Européia, com suas legislações e instituições;

- Apontar a legislação da União Européia relacionada com a contabilidade e a sua importância como parte do processo de harmonização;
- Abordar a estrutura e o conteúdo da Quarta Diretiva;
- Estabelecer relações de aspectos contábeis relevantes entre a UE e o Brasil.

1.4 Metodologia Aplicada

O presente estudo é uma pesquisa de natureza bibliográfica. Segundo GIL (1993, p. 48), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Por tratar-se de um tema pouco abordado pelos autores nacionais, esta pesquisa se fundamenta em consulta a capítulos de livros, artigos de revistas e legislações publicados, basicamente, em língua inglesa, espanhola e portuguesa (Portugal), além de material disponível na rede mundial de computadores, a Internet.

As citações diretas de trechos em língua estrangeira são apresentadas, no texto do trabalho, como “tradução livre”, sem que tal fato seja mencionado em cada uma delas. Apesar disto, os trechos originais são apresentados em “notas de rodapé”.

Em algumas seções do trabalho, os termos portugueses (de Portugal), constantes na legislação (Tratados, Diretivas etc.), são apresentados na sua grafia original, sem traduções/adaptações ao português do Brasil.

De forma a propiciar pormenores àqueles interessados no tema, a Quarta Diretiva, na íntegra, está anexada ao presente trabalho.

Não é intenção deste trabalho criar algo inédito, mas contribuir com o aprofundamento do que se dispôs a pesquisar.

Basicamente, o estudo se deu em duas etapas. Na primeira, foi pesquisado o material que abrange a União Européia de modo geral, ou seja, o que ela vem a ser, qual sua finalidade e seu modo de funcionamento. Na segunda, tratou-se de pesquisar o material específico sobre

contabilidade na UE. Desse modo, houve uma maior compreensão e interesse pelo assunto pesquisado.

1.5 Organização do Estudo

O presente trabalho é composto por cinco capítulos. O primeiro apresenta as considerações introdutórias sobre o tema da pesquisa.

O segundo capítulo refere-se à apresentação do pano de fundo da pesquisa – a União Européia – onde é relatado o seu histórico e evidenciada a sua estrutura institucional e jurídica, bem como aspectos de sua contabilidade.

O terceiro capítulo descreve e analisa o objeto de estudo deste trabalho, que é a Quarta Diretiva da União Européia.

O quarto capítulo enfatiza, especificamente, as disposições da Quarta Diretiva que tratam da estrutura e do conteúdo do “balanço”.

O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais a respeito do trabalho.

Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas e o anexo.

2 A UNIÃO EUROPÉIA

Este capítulo é dividido em quatro seções. Na primeira, são tecidas considerações históricas sobre o surgimento da hoje denominada União Européia (UE), com as limitações ali feitas. A segunda é reservada para as “instituições da União Européia”, seus alicerces políticos e administrativos. A terceira seção comenta a estrutura jurídica da UE e aborda os instrumentos legais por ela utilizados. A quarta e última seção trata da contabilidade no seio da UE.

2.1 Histórico da União Européia

Esta seção mostra o surgimento e a evolução da União Européia (UE), situando-a no contexto europeu. Como o objetivo principal do trabalho não repousa nos aspectos históricos da UE e por não se dispor de material comentado sobre as mais recentes modificações ocorridas em seu bojo, esta seção tece comentários que alcançam apenas o Tratado da União Européia, assinado em Maastricht (Holanda), em 07 de fevereiro de 1992 ¹.

A fonte básica para os comentários desta seção é o trabalho de Klaus-Dieter BORCHARDT (ver bibliografia), motivo pelo qual são omitidas algumas das citações indiretas a ele.

Mesmo antes da 2ª Guerra Mundial, existiram movimentos no sentido de unificar, econômica e/ou politicamente, países da Europa. As conseqüências da 2ª Guerra Mundial propiciaram a criação de várias organizações com finalidades diversas (algumas se sobrepondo) e com estruturas por vezes complexas. É o caso, por exemplo:

¹ Após o mencionado Tratado, foi assinado o Tratado de Amsterdã, em 02 de outubro de 1997, o qual produzirá mudanças no seio da UE a partir do momento que for ratificado pelos Estados-membros.

- a) da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), surgida em 1948 por iniciativa dos Estados Unidos da América, em função do Plano Marshall ².
- b) da OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte, um pacto militar incluindo significativa parcela de países europeus, além dos EUA e do Canadá.
- c) do Conselho da Europa (maio/49), com o objetivo de estabelecer relações estreitas entre os países europeus e incentivar seus progressos econômicos e sociais.
- d) da CED - Comunidade Européia de Defesa, surgida em 1950 por iniciativa da França (na época, envolvida na Guerra da Coréia), num momento em que eram tensas as relações com os “países do leste”. O “projeto CED” foi considerado fracassado em 1954 ³.
- e) da UEO - União Européia Ocidental (1954), com vistas a fortalecer a cooperação no âmbito da política de segurança e de defesa ⁴.

No entender de BORCHARDT (1995, p. 5 e 6), o surgimento das instituições citadas foi propiciado pelo desmoronamento da Europa e pelo declínio político e econômico de seus países, bem como:

- pela fraqueza da Europa frente a outros países (especialmente EUA e União Soviética);
- pelo temor de uma nova guerra; e
- pelo desejo de um mundo melhor, mais livre e mais justo, onde a convivência entre os homens e os Estados fosse mais perfeita.

² Em 1960, a OECE transformou-se e passou a ser a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (em inglês, *OECD - Organization for Economic Co-operation and Development*). Hoje ela conta com 29 países-membros, sendo 21 da Europa e os demais de outros continentes (p. ex., Japão, EUA, Canadá e Coréia).

³ Uma das razões do fracasso pode ter decorrido da tentativa de incluir a Alemanha (naquela ocasião ainda dividida entre Oriental e Ocidental). Outra, pelo fato da própria Assembleia Nacional francesa não ter ratificado o Tratado de criação da CED (em inglês, conhecida por *EDC - European Defense Community*).

⁴ A UEO é também conhecida por *WEU - Western European Union*. Seu surgimento remonta a um Tratado assinado em Bruxelas (1948), quando cinco países da Europa Ocidental se reuniram com diversos objetivos, sendo a defesa mútua o maior deles. Em setembro de 1954, foi reformulado o Tratado de 1948 e surgiu a *WEU*, que hoje envolve 28 países europeus, apesar de apenas 10 serem considerados como países-membros para fins de direitos de voto absoluto.

Como se pode observar, no pós 2ª Guerra já havia o firme propósito de se alcançar a integração dos países europeus (e, em alguns casos, com países de fora da Europa), não só no campo bélico, como nos campos econômico e social. Isso criou um cenário propício para o surgimento do que hoje é denominada União Européia (UE).

Tendo em vista que, em termos práticos, a UE já está a completar quase cinquenta anos, é normal que seus estudiosos dividam sua existência em períodos. É o que faz CASELLA (1994, p. 157), ao tratá-la em três períodos distintos.

Note-se que o estudo de CASELLA, tal como o presente trabalho, não analisou o Tratado de Amsterdã (1997). Se o fizesse, provavelmente, um quarto período seria acrescido aos três outros.

2.1.1 Os primórdios da União Européia (1º período)

Na prática, a UE surgiu em maio de 1950, quando o ministro francês de Relações Exteriores, Robert Schuman, tornou pública a declaração que, levando seu nome, previa a integração das indústrias do carvão e do aço da Europa Ocidental.

As grandes indústrias bélicas da época estavam na Alemanha e na França, responsáveis pelas duas “grandes guerras”. O grande objetivo de Schuman era a paz, e entendia que meio caminho já estaria percorrido, se aquelas indústrias fossem colocadas lado a lado e sob o controle de uma organização aberta a todos os países da Europa.

Em 18 de abril de 1951, foi firmado, em Paris, o Tratado que constituiu a **Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA)**. O Tratado foi firmado pelos representantes da Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos (Holanda) e República Federal da Alemanha. Apesar de firmado em 1951, o Tratado só entrou em vigor em 23 de julho de 1952, tornando realidade a aspiração de Schuman.

Desta forma, foi dado um primeiro passo para a efetiva união européia, através da integração de um setor econômico significativo para a Europa (o siderúrgico) e vital para a

indústria de armamento. Um começo de integração econômica que, aos poucos, se ampliaria e rumaria para outros tipos de integração (THORSTENSEN, 1992, p. 34 e 35).

A recusa de certos países em ingressar na CECA (Reino Unido, Suécia, Suíça e Áustria, por exemplo) não impediu que alguns deles aderissem a outras organizações (como nas já citadas UEO e OTAN) que floresciam.

Mesmo com o fracasso do “projeto CED” (em 1954), não esmoreceu o ânimo de alguns idealistas que vislumbravam a possibilidade de uma integração europeia mais ampla do que a prevista pela CECA. Tal atitude conduziu a que os seis países membros da CECA assinassem dois Tratados, em 25 de março de 1957 (Roma), instituindo duas novas “Comunidades”, a saber:

- a **Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM)** e
- a **Comunidade Econômica Europeia (CEE)**.

A EURATOM, tal como a CECA, passou a atuar em apenas um setor da economia – a energia nuclear – tendo como objetivo o seu desenvolvimento comum e pacífico.

Já a CEE ultrapassou o âmbito setorial das duas outras “Comunidades”, reunindo os Estados-membros com vistas a um mercado comum baseado na liberdade de circulação de pessoas, de bens e serviços e de capitais, sem restrições impostas, fossem por governos (através de barreiras alfandegárias ou tarifárias), fossem por agentes econômicos privados, através de práticas restritivas da liberdade comercial ou do abuso do poder econômico (CASELLA, 1994, p. 160).

Para operacionalizar o que havia sido acordado quando da criação da CECA (Tratado de Paris, 1951), surgiram o que se denominam de “instituições da UE” (Parlamento, Conselho, Comissão etc.). A criação de mais duas “Comunidades” (EURATOM e CEE, em Roma, 1957) ocasionou a triplicação de tais instituições.

Com o passar do tempo, houve a preocupação de simplificar esse tríptico conjunto. Tal ocorreu em 8 de abril de 1965, com a assinatura do Tratado de Bruxelas, também conhecido como “Tratado de Fusão”, o qual entrou em vigor em 1º de julho de 1967 (CASELLA, 1994, p. 160).

O Tratado de Bruxelas unificou os executivos das três “Comunidades” e os órgãos administrativos comunitários ligados àquelas, passando, então, a existir um único Conselho e uma única Comissão, “embora sempre deliberando para cada comunidade, segundo as atribuições previstas no respectivo Tratado” (CASELLA, 1994, p. 161).

Em virtude desse Tratado de Fusão, é que as expressões “Comunidades Europeias” ou “Comunidade Europeia” (CE) são usadas alternativamente em textos sobre o assunto.

O período inicial da UE, se por um lado foi marcado positivamente pela instituição das três Comunidades (CECA, EURATOM e CEE), por outro, foi marcado por crises institucionais envolvendo os Estados-membros e suas relações com as “Comunidades”, decorrentes da dificuldade de adaptação à convivência em comum de duas estruturas de poder: as nacionais e as supranacionais, esta última representada pelas “Comunidades”.

Outrossim, neste primeiro período não foram vencidos os obstáculos para a entrada de novos Estados-membros.

2.1.2 O alargamento da União Europeia (2º período)

A “Conferência de Cúpula de Haia” (1 e 2 de dezembro de 1969) inaugura o início do segundo período da vida da UE. A Conferência de Haia abriu caminho para a entrada de novos Estados-membros e para o alcance de importantes resultados no âmbito das políticas comunitárias.

Neste segundo período, aumenta de 6 para 12 o número de Estados-membros, em diferentes momentos do tempo. A seguir são arrolados os novos membros e quando se deram as efetivas adesões.

Estado-membro	Data de Assinatura do Ato de Adesão	Data da efetiva Adesão
Dinamarca	22/01/1972	01/01/1973
Irlanda	22/01/1972	01/01/1973
Reino Unido	22/01/1972	01/01/1973
Grécia	28/05/1979	01/01/1981
Espanha	12/06/1985	01/01/1986
Portugal	12/06/1985	01/01/1986

De todas estas novas adesões, sem dúvida, a do Reino Unido foi a mais importante, tanto pelo fato do mesmo ser uma potência econômica, como pela peculiaridade de sua legislação, a qual traria muitas influências à legislação da UE.

Ainda neste segundo período, os Estados-membros desenvolveram novos instrumentos políticos que contribuiriam com o processo de integração. Foi o caso da “Cooperação Política Européia” (CPE), criada em 1970, com o objetivo de uma harmonização voluntária no campo da política externa, e do “Sistema Monetário Europeu” (SME), criado em 1979, com o objetivo de instituir uma zona monetária estável na Europa.

2.1.3 Do Ato Único Europeu ao Tratado da União Européia (3º período)

Os avanços obtidos no segundo período exigiram reformas nas “Comunidades” e alimentaram a aspiração do alcance de conquistas ainda maiores. A chave para que tais conquistas ocorressem foi a assinatura do “Ato Único Europeu”.

Segundo CASELLA (1994, p. 179), “as razões que levaram à adoção do Ato único poderiam ser resumidas na combinação, de um lado, da evolução do funcionamento das instituições comunitárias, e a mudança ocorrida no Parlamento Europeu, passando a ser eleito por sufrágio universal direto, e de outro lado, a evolução econômica da CE, e a importância da colocação das bases de plena União econômica e monetária”.

O denominado Ato Único Europeu (AUE) ou, simplesmente, Ato Único é, na verdade, um Tratado assinado por nove Estados-membros em Luxemburgo (17 de fevereiro de 1986) e por outros três em Haia (28 de fevereiro de 1986), que entrou em vigor em 1 de julho de 1987.

A terminologia e o caráter único desse Tratado, conforme CASELLA (1994, p. 178), resultaram de dois aspectos fundamentais: “(a) o fato de reunir, em um único documento, dispositivos que alteram três diferentes tratados, e (b) o fato de reunir, sempre em um único documento, dispositivos que reformam instituições, ampliam competências comunitárias, criam novas políticas e estabelecem as bases de cooperação européia em matéria de política exterior”.

Mesmo não sendo oportuno, aqui, esmiuçar os detalhes do alcance do AUE, ressalta-se que sua importância ensejou extensos comentários, tanto por BORCHARDT (1995, p. 13), quanto por CASELLA (1994, p. 178 – 185).

A intenção de ampliar as áreas das abrangências das “Comunidades” fez com que fossem convocadas duas Conferências governamentais que ocorreram em Roma, em dezembro de 1990. Uma dessas Conferências discutiu as bases para criar uma União Econômica e Monetária. A outra, deliberou sobre a operacionalização de uma União Política.

Como decorrência dessas conferências, foi assinado em 7 de fevereiro de 1992, na cidade de Maastricht (Holanda), o Tratado que instituiu a União Européia (habitualmente designado por Tratado da União Européia – TUE – ou por Tratado de Maastricht). Foi previsto o dia 1º de novembro de 1993 como sendo a data de sua entrada em vigor, o que exigia, até tal data, que fosse ratificado por todos os Estado-membros.

O Tratado da União Européia (TUE) criou uma nova entidade – a União Européia – que se funda nas Comunidades anteriormente existentes, as quais ainda continuam existindo juridicamente. No âmbito da União, o TUE contém disposições relativas à política externa e de segurança e à cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos. Além disso, o TUE introduziu alterações na redação dos Tratados da CECA, da EURATOM e, especialmente, na do Tratado da CEE. A anterior Comunidade Econômica Européia (CEE) passou a designar-se “Comunidade Européia” (CE) ⁵.

BORCHARDT (1995, p. 15), discorrendo sobre este período, mostra que a aceitação do TUE não foi, em diversos países, tarefa fácil e afirma que as inúmeras discussões que se sucederam resultaram na seguinte lição: “a unificação européia não pode ser decretada de «cima para baixo», tendo sim que avançar com precaução – sustentada pela vontade e convicção dos povos reunidos na UE. Para tal, é importante que os processos em curso ao nível da UE se tornem perceptíveis e, portanto, também controláveis”.

DEL POZO e ANDECHAGA (1994, p. 2) afirmam que o TUE possui estrutura bastante complexa, não só por reunir as convergências resultantes das antes mencionadas Conferências (Roma, 1990) como, também, por contemplar temas sobre os quais não foi

⁵ Conforme o Artigo G do TUE.

alcançado, em âmbito comunitário, ampla concordância, tais como: “Política Exterior e de Segurança Comum” e “Cooperação no Campo da Justiça e dos Assuntos de Interior”.

A estrutura básica do TUE repousa em um Preâmbulo e em sete “Títulos”, a saber:

Título I	Disposições comuns	Artigo A até F
Título II	Disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Econômica Européia tendo em vista a instituição da Comunidade Européia	Artigo G
Título III	Disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Européia do Carvão e do Aço	Artigo H
Título IV	Disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Européia da Energia Atômica	Artigo I
Título V	Disposições relativas à Política Externa e de Segurança Comum	Artigo J até J.11
Título VI	Disposições relativas à Cooperação no Domínio da Justiça e dos Assuntos Internos	Artigo K até K.9
Título VII	Disposições Finais	Artigo L até S

A partir do TUE passou-se, finalmente, a falar em uma União Européia, e a literatura passou a abordá-la calcada em três pilares básicos. Um deles, o primeiro pilar, são as três Comunidades (CECA, CEE, e EURATOM). Os dois outros pilares são a “Política Externa e de Segurança Comum” (Título V do TUE) e a “Cooperação no Domínio da Justiça e dos Assuntos Internos” (Título VI do TUE).

2.2 As Instituições da União Européia

Esta seção trata das “instituições da UE”, denominação utilizada para os órgãos responsáveis pelo seu funcionamento. Neste trabalho é feita uma abordagem resumida sobre elas, permitindo ter uma noção sobre as suas funções, suas composições e, no que possível, sobre o funcionamento de cada uma delas.

Os comentários sobre as “instituições da UE” refletem o que foi estabelecido até o Tratado da União Européia, assinado em 7 de fevereiro de 1992 (em Maastricht, na Holanda).

Convém ressaltar que a expressão “instituições da UE” é uma designação oficial dada pela própria UE e que aparece já no artigo 4º (Parte I: Os princípios) do Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE/TUE) ⁶.

“ Artigo 4º

1. A realização das tarefas confiadas à Comunidade é assegurada por:

- um Parlamento Europeu
- um Conselho
- uma Comissão
- um Tribunal de Justiça
- um Tribunal de Contas

Cada Instituição actua nos limites das atribuições e competências que lhe são conferidas pelo presente Tratado.

2. O Conselho e a Comissão são assistidos por um Comité Económico e Social e por um Comité das Regiões, com funções consultivas.”

No mesmo Tratado, que estabelece a Comunidade Europeia, tais instituições recebem um tratamento pormenorizado ao lhes ser reservada toda a Parte V (Artigos 137º até 209ºA), intitulada: “As Instituições da Comunidade”.

Embora a denominação da Parte V seja “As Instituições da Comunidade”, sua estrutura não é tal que permita afirmar categoricamente que os dois Comitês (“Económico e Social” e o “das Regiões”) e o Banco Europeu de Investimentos devam ser considerados como “instituições da UE”:

		<u>artigos</u>
“Parte V	As Instituições da Comunidade	(137º a 209ºA)
Título I	Disposições Institucionais	
Capítulo 1	As Instituições	
Seção 1	O Parlamento Europeu	137º a 144º
Seção 2	O Conselho	145º a 154º
Seção 3	A Comissão	155º a 163º
Seção 4	O Tribunal de Justiça	164º a 188º
Seção 5	O Tribunal de Contas	188ºA a 188ºC
Capítulo 2	Disposições comuns a várias Instituições	189º a 192º
Capítulo 3	O Comité Económico e Social	193º a 198º
Capítulo 4	O Comité das Regiões	198ºA a 198ºC
Capítulo 5	O Banco Europeu de Investimentos	198ºD a 198ºE
Título II	Disposições Financeiras	199º a 209ºA ”

⁶ Convém ressaltar que neste trabalho se utiliza da abreviatura TCE/TUE para indicar que se trata do Tratado da CEE (Roma, 1957) com a redação que lhe deu o Tratado da União Europeia (Maastricht, 1992).

Apesar deste pormenor, a literatura sobre a UE costuma tratar os dois Comitês e o Banco Europeu de Investimentos como “instituições da UE”, posição que é assumida neste trabalho. As subseções que seguem abordam as oito “instituições da UE”, nos limites do que antes foi alertado.

2.2.1 O Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu (PE), apesar de não possuir todo o poder legislativo de parlamentos nacionais típicos, muito a eles se assemelha. É a única instituição da UE cujos membros — conhecidos por deputados — são eleitos democraticamente pelo voto direto dos cidadãos dos Estados-membros.

O PE é composto por 626 deputados eleitos para um mandato de cinco anos, os quais tomam assento como um grupo político, transcendendo suas origens nacionais. O número de deputados que cada Estado-membro elege é proporcional ao número de habitantes de cada um deles. O PE é considerado o maior parlamento multinacional do mundo.

Já previsto desde os Tratados de Roma, o PE tem suas funções se ampliando com o decorrer do tempo, especialmente em decorrência do Ato Único Europeu (1986/87) e do Tratado da União Européia (1992/93). Em vista disto, o PE deixou de ser uma instituição unicamente consultiva. Atualmente, suas funções podem ser reunidas em três categorias: legislativa, orçamentária e de controle do poder executivo.

Na função legislativa, era exigido um processo de consulta ao PE antes que uma proposta da Comissão Européia (Comissão) fosse adotada pelo Conselho de Ministros (Conselho). Tal papel evoluiu para um processo de cooperação, através do qual o PE pode alterar as propostas de legislação emanadas da Comissão, antes de serem aprovadas pelo Conselho.

Ao processo de cooperação legislativa acrescentou-se outro, denominado de *processo de co-decisão*. Através dele, o PE reparte com o Conselho a responsabilidade pela emissão da legislação comunitária. Para assegurar a prática da co-decisão (instituída a partir de 1992/93), foi

criado um Comitê de Conciliação no qual estão representados, em igual quantidade de membros, o PE e o Conselho.

Além da gama cada vez mais ampla de assuntos sobre os quais o PE tem o dever de opinar dentro do *processo de co-decisão*, a ele compete emitir pareceres sobre várias outras matérias, tais como: adesão de novos Estados-membros, associação da UE com países fora de seu âmbito, organização e objetivos de fundos para programas de desenvolvimento econômico.

Anualmente, o PE exerce sua função orçamentária, aprovando o orçamento da UE preparado pela Comissão. Exceto quanto a alguns tipos de despesas sobre as quais a Comissão ainda tem o poder de decisão (despesas agrícolas e custos decorrentes de acordos internacionais), sobre todas as demais a última palavra é a do PE. Apesar de avaliar a prestação de contas anual feita pela Comissão (acompanhada de relatório do Tribunal de Contas Europeu - TC), o PE continuamente acompanha os gastos da UE através de um organismo seu, denominado Comissão de Controle Orçamentário.

O exercício, pelo PE, da função de controle do poder executivo se dá pelo grau com que ele interfere e se relaciona, tanto com o Conselho, quanto com a Comissão.

O Conselho apresenta ao PE seu programa anual e, no final de cada ano, um relatório dos resultados obtidos. Os membros do Conselho assistem as sessões plenárias do PE e devem responder a perguntas.

Em sua função de controle do poder executivo, o PE pode, inclusive, aprovar uma moção de censura à Comissão e obrigá-la a demitir-se.

2.2.2 O Conselho da União Européia (O “Conselho de Ministros”)

O Conselho da União Européia é também conhecido como “Conselho de Ministros” ou, simplesmente, “Conselho”. Até a assinatura do Tratado da UE, o Conselho denominava-se de Conselho das Comunidades Européias.

O Conselho é a principal instituição de decisão da UE. É nele que os Estados-membros elaboram a legislação da UE, estabelecem seus objetivos políticos, coordenam seus interesses nacionais e resolvem as diferenças entre eles e com outras instituições. O Conselho não possui similar em outras partes do mundo.

Segundo THORSTENSEN (1992, p. 46), o Conselho “partilha com o Parlamento os poderes orçamentais e com a Comissão algumas funções executivas”.

O Conselho é composto por representantes dos governos dos Estados-membros, os quais são geralmente Ministros de Relações Exteriores. No entanto, a composição do Conselho pode variar de acordo com o tema a ser tratado. Ou seja, para assuntos referentes à agricultura reúnem-se os Ministros da Agricultura e para outros assuntos, os ministros respectivos.

O Conselho é assistido pelo Comitê de Representantes Permanentes (COREPER), órgão formado pelas delegações dos Estados-membros em Bruxelas. Ao COREPER cabe coordenar o trabalho do Conselho, bem como organizar e preparar sua agenda. Suas atividades apóiam-se em numerosos grupos de trabalho e comitês, alguns deles permanentes.

A tomada de decisões no âmbito do Conselho é algo complexo e que varia conforme o tema em discussão. Para algumas decisões particularmente importantes (como aquelas relativas à tributação, cultura, política externa e justiça), há a necessidade de um acordo unânime do Conselho. Para a maioria dos demais assuntos (como agricultura, mercado interno, transporte e meio ambiente), o Conselho decide por maioria qualificada, sendo que o número de votos de cada representante difere segundo a população de cada Estado-membro.

Conselho Europeu

A expressão “Conselho Europeu” é seguidamente encontrada na literatura sobre a UE. Deve ser alertado que tal expressão não se refere ao Conselho da União Européia (o “Conselho de Ministros”) abordado nesta seção.

A expressão Conselho Europeu é reservada para a reunião dos Chefes de Estado e/ou de Governo de cada Estado-membro quando, juntos, tratam de assuntos de relevância para os destinos da UE.

Cabe salientar que, desde 1974, o Conselho Europeu se reúne pelo menos duas vezes por ano, para tratar de assuntos controversos sobre os quais o “Conselho de Ministros” não conseguiu chegar a um acordo.

2.2.3 A Comissão Européia

A Comissão Européia (Comissão) é uma instituição tipicamente executiva. Em relação à quantidade de pessoas nela lotadas, é a maior das instituições da UE: por volta de 15.000 pessoas, um quinto das quais envolvida com serviços de tradução e de interpretação.

A Comissão é dirigida por um Presidente e por vinte Comissários, todos eleitos pelos Chefes de Estado e/ou de Governo, com mandato de cinco anos. Mesmo assim, somente podem tomar posse se seus nomes forem aprovados pelo PE, a quem devem prestar contas permanentemente.

Via de regra, o Presidente e os Comissários emergem dos parlamentos nacionais, do PE ou de altos escalões de ministérios de seus países. Não obstante, quando investidos em suas funções na Comissão, devem atuar com toda a independência perante os Governos nacionais e, desta forma, acima de tudo, representar os interesses da UE.

Cada Comissário é responsável por uma ou mais das diversas Direções-Gerais (DG's) e pelos Serviços Especializados em que a Comissão se compõe. As Direções-Gerais possuem estruturas variáveis, via de regra compostas de assessores e conselheiros do Diretor-Geral e de diversas “Direcções” (em inglês, *Directorates*).

Em uma das Direções Gerais, a DG XV, denominada de “Mercado Interno e Serviços Financeiros”, há uma “Direcção” que possui um setor responsável pelos assuntos relacionados com Contabilidade e que será comentada posteriormente.

Mesmo sendo a instituição que, via de regra, mais espaço recebe na mídia internacional e apesar de seu porte em termos de funcionários, a Comissão não é, hierarquicamente, a instituição mais importante da UE. A razão disso é que suas propostas, ações e decisões são analisadas, verificadas e avaliadas por praticamente todas as outras instituições da UE. As

funções da Comissão podem ser reunidas em três grupos distintos: a de apresentar propostas de legislação, a de ser guardiã dos Tratados e da legislação deles decorrente e a de gerir e executar as políticas da UE e as relações comerciais internacionais.

Na sua função de proponente da legislação, a Comissão deve levar em conta o interesse maior da UE e de seus cidadãos (em detrimento de interesses setoriais ou de Estados-membros). Para tal, um intenso trabalho de consultas é realizado (a Governos, sindicatos e diversos setores industriais e comerciais). Nessa função legislativa, a Comissão deve respeitar o que é denominado de “princípio da subsidiariedade”. Tal “princípio” está contido no artigo 3ºB do Tratado da Comunidade Européia (Roma, 1957):

“ Artigo 3ºB

A Comunidade actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas e dos objectivos que lhe são cometidos pelo presente Tratado.

Nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros, e possam pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados ao nível comunitário.

A acção da Comunidade não deve exceder o necessário para atingir os objectivos do presente Tratado.”

DEL POZO e ANDECHAGA (1994; p. 15) entendem que o “princípio da subsidiariedade” só se completa com o previsto no artigo A do Tratado da União Européia (1992), que afirma ser ele “uma nova etapa no processo criador de uma União cada vez mais estreita entre os povos”⁷ e ao determinar que “as decisões serão tomadas da forma mais próxima aos cidadãos”⁸.

Como guardiã dos Tratados e da legislação deles decorrente, a Comissão deve zelar para que tanto os Estados-membros, como as empresas e os cidadãos os cumpram. A Comissão tem o dever de instruir representações ao Tribunal de Justiça Europeu contra quaisquer que sejam os infratores da legislação comunitária, bem como o de aplicar multas em algumas circunstâncias.

⁷ “una nueva etapa en el proceso creador de una Unión cada vez más estrecha entre los pueblos”.

⁸ “las decisiones serán tomadas de la forma más próxima a los ciudadanos”.

Como gestora e executora das políticas da UE, a Comissão tem em suas mãos as volumosas verbas previstas nos orçamentos anuais (basicamente agricultura e fundos para programas de desenvolvimento econômico). Nessa função, a Comissão ainda tem, entre outras, a tarefa de elaborar regras complementares às da legislação comunitária, aplicar medidas preventivas para proteger o mercado comunitário contra ações de *dumping* e a de regular as fusões e aquisições de empresas que transcendam a determinadas dimensões. Além disso, a Comissão é presença indispensável na negociação de acordos comerciais e de cooperação da UE com países terceiros.

2.2.4 O Tribunal de Justiça das Comunidades Européias

Os Estados-membros (aí incluídas suas instituições, as empresas e os próprios cidadãos) aceitaram as três Comunidades Européias (CECA, CEE e EURATOM) como “comunidades de direito” e entenderam que os Tratados e toda a legislação deles decorrente cria um arcabouço jurídico que deve ser respeitado e preservado para assegurar a existência da UE. O Tribunal de Justiça das Comunidades Européias (TJ) é o órgão judiciário máximo da UE e funciona não apenas para que ela faça respeitar sua legislação específica, como para que os Estados-membros, suas instituições, suas empresas e seus cidadãos tenham respeitados seus direitos decorrentes da mesma. Assim, “o Tribunal de Justiça é competente para se pronunciar sobre os litígios em que possam ser partes os Estados-Membros, as instituições comunitárias, as empresas e os particulares” (Homepage do TJ: <http://curia.eu.int/>).

O TJ é composto de 13 juízes e é assistido por 6 advogados-gerais, nomeados de comum acordo pelos Governos dos Estados-membros por um período de 6 anos, renováveis. De três em três anos, parte dos juízes e dos advogados-gerais é substituída. A quantidade de juízes e de advogados-gerais pode ser ampliada a pedido do próprio TJ, com a aprovação unânime do Conselho (artigos 166º e 176º do TCE/TUE).

O artigo 167º do TCE/TUE determina que os juízes e os advogados-gerais sejam pessoas que apresentem todas as garantias de independência e que possuam, em seus países de origem, as condições exigidas para exercer as mais altas funções no Poder Judiciário ou que sejam juristas de reconhecida competência.

Para desafogar o trabalho do TJ, o artigo 168ºA do TCE/TUE a ele associou um Tribunal de Primeira Instância (doravante designado simplesmente por TPI). As categorias de ações e a composição do TPI são definidas por deliberação unânime do Conselho, após consulta ao PE e à Comissão. Apesar disso, os acórdãos do TPI podem ser objeto de recurso ao TJ. Com isso, o TJ ganha fôlego para se concentrar em sua missão de assegurar a interpretação uniforme do direito comunitário. As mesmas exigências curriculares para os juízes do TJ valem para os do TPI. Ocorre, também, de três em três anos, a renovação parcial dos juízes do TPI.

Ao TJ podem ser dirigidas duas espécies de processos: (a) as ações ou recursos diretos; e (b) os processos de reenvio prejudicial (Homepage do TJ: <http://curia.eu.int/>).

As ações ou recursos diretos podem ser apresentadas pelos próprios Estados-membros, pela Comissão, por outras “instituições da UE”, por empresas ou por particulares e podem ser tipificadas como:

- *ação por incumprimento*: pode ser proposta quer pela Comissão, quer por um Estado-membro e objetiva controlar o cumprimento, pelos últimos, das obrigações que lhes são confiadas. Se uma decisão do TJ não for cumprida pelo Estado-membro e se novo processo for instaurado pela Comissão, o TJ pode condená-lo ao pagamento de uma multa fixa ou progressiva.
- *recurso de anulação*: através dele os Estados-membros, o Conselho, a Comissão e o PE podem solicitar a anulação total ou parcial de dispositivos legais comunitários. No caso de particulares (empresas e cidadãos), tal recurso diz respeito à legislação comunitária que os afete direta e individualmente.
- *ação por omissão*: permite ao TJ controlar a inatividade das “instituições comunitárias” e censurar seus silêncios ou omissões.
- *ação de indenização*: permite ao TJ determinar a responsabilidade da UE pelos danos causados por suas instituições e pelos seus agentes.
- *recurso ordinário*: são recursos que, limitados a questões de direito, podem ser interpostos no TJ contra acórdãos do TPI, nos processos de competência deste.

Os processos de reenvio prejudicial estão previstos no artigo 177º do TCE/TUE, o qual estabelece que o TJ é competente para decidir, a título prejudicial: (a) sobre a interpretação dos Tratados; (b) sobre a validade e interpretação dos atos adotados pelas “instituições da UE” e (c)

sobre a interpretação dos estatutos dos organismos criados por ato do Conselho, desde que tais estatutos o prevejam.

Os processos de reenvio prejudicial têm íntima relação com o modo como se relacionam os poderes judiciais dos Estados-membros e o poder judicial da UE, representado pelo TJ. A grosso modo, pode ser afirmado que o TJ não interfere em questões jurídicas internas dos Estados-membros (as relações entre suas instituições e as de seus cidadãos com elas). Tais questões são resolvidas pelos poderes judiciais de cada Estado-membro.

Apesar disso, os poderes judiciais “de cada um dos Estados-Membros são, também eles, órgãos jurisdicionais comunitários, na medida em que:

- permanece no âmbito de suas competências a fiscalização da execução administrativa do direito comunitário, que é no essencial confiada aos órgãos da administração dos Estados-Membros;
- um grande número de disposições dos Tratados e do direito derivado (regulamentos, directivas, decisões) criam directamente direitos individuais em benefício dos nacionais dos Estados-Membros, que os tribunais de cada Estado têm obrigação de garantir.” (Homepage do TJ: <http://curia.eu.int/>).

Por esta razão, os poderes judiciais dos Estados-membros podem (e, muitas vezes, devem) propor processos de reenvio prejudicial ao TJ quando estiverem julgando casos que envolvam a legislação da UE. Em função das decisões do TJ sobre tais processos, é que tal legislação tem garantida uma interpretação uniforme e uma aplicação homogênea no seio dos Estados-membros.

2.2.5 O Tribunal de Contas Europeu

Apesar de ter sido criado pelo Tratado de Bruxelas (1975), o Tribunal de Contas Europeu (TC) somente ganhou o *status* de “instituição da UE” com o advento do TUE. O artigo 188º do TCE/TUE determina que “a fiscalização das contas é efectuada pelo Tribunal de Contas”.

A justificativa da existência do TC no âmbito da UE repousa no fato de que, além dos dispositivos de controle interno que existem vinculados a cada uma das instituições, é necessária uma instituição de controle externo independente da autoridade responsável pela gestão para, em última instância, “fornecer uma garantia quanto à necessária transparência e fiabilidade das contas... e à legalidade das operações efectuadas, bem como uma avaliação sobre os resultados alcançados em relação aos objectivos pretendidos e aos meios utilizados” (Homepage do TC: <http://www.eca.eu.int/>).

Segundo o próprio TC, duas razões já justificariam a sua existência. De um lado, o fato da UE ter um orçamento próprio (de montante elevado e distinto dos orçamentos dos Estados-membros). De outro, a responsabilidade de gestão autônoma atribuída às “instituições da UE” (Homepage do TC: <http://www.eca.eu.int/>).

2.2.6 O Comitê Econômico e Social

O Comitê Econômico e Social (CES) existe desde os Tratados de Roma (1957) e teve suas funções paulatinamente ampliadas com o Ato Único Europeu (1986) e com o TUE (1992).

O artigo 193º do TCE/TUE estabelece que o CES tem natureza consultiva e que deve ser composto por representantes dos diferentes segmentos da vida econômica e social, especialmente dos produtores, agricultores, transportadores, trabalhadores, comerciantes e artífices, das profissões liberais e do interesse geral.

Cada Estado-membro indica um diferente número de representantes (sempre múltiplo de três) já estipulado no artigo 194º do TCE/TUE e o Conselho, deliberando por unanimidade, os nomeia por um período de quatro anos.

O artigo 195º do TCE/TUE determina que a composição do CES deve levar em consideração a necessidade de uma representação adequada aos diferentes da vida econômica e social. Em função disto, tem sido praxe agrupar os membros do CES em “empregadores”, “empregados” e “interesses diversos”, razão pela qual é um múltiplo de três o número de representantes que cada Estado-membro indica.

O Presidente do CES é designado, dentre seus membros, para um período de dois anos. O CES se agrupa em “seções especializadas” relacionadas com os principais setores abrangidos pela UE, duas das quais obrigatoriamente são a “seção de agricultura” e a “seção de transportes” (artigos 196º e 197º do TCE/TUE).

Atualmente o CES possui seis seções especializadas (Homepage do CES: <http://www.ces.eu.int/>):

- “União Económica e Monetária e Coesão Económica e Social;
- Mercado Único, Produção e Consumo;
- Transportes, Energia, Infra-estrutura e Sociedade da Informação;
- Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania;
- Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente;
- Relações Externas”.

Sobre alguns assuntos, o CES é obrigatoriamente consultado pelo Conselho ou pela Comissão. Sobre outros, tal consulta é facultativa. As respostas a tais consultas se formalizam através de “pareceres”. É o que está previsto no artigo 198º do TCE/TUE, o qual também possibilita que o CES emita “pareceres” por sua própria iniciativa. É através dos “pareceres” que o CES toma parte no processo de decisão no seio da UE.

2.2.7 O Comitê das Regiões

O Comitê das Regiões é outro órgão consultivo e foi criado pelo Tratado da UE. Este Tratado instituiu que o Comitê das Regiões seria o “guardião do Princípio da Subsidiariedade” (artigo 3ºB) e também obrigou o Conselho e a Comissão a consultarem o Comitê das Regiões em certos projetos legislativos que lhe diz respeito.

O Comitê das Regiões é composto por representantes das coletividades locais e regionais, designados pelos Estados-membros e nomeados pelo Conselho, para um mandato de quatro anos, exercendo suas funções no interesse geral da UE.

Os trabalhos do Comitê das Regiões baseiam-se numa estrutura de oito comissões permanentes e de quatro subcomissões, tratando de assuntos como desenvolvimento regional, saúde pública, educação, transportes etc.

As consultas ao Comitê das Regiões também são formalizadas através de “pareceres”. “Um tema constante dos seus pareceres é a necessidade de envolver as regiões e as localidades muito mais estreitamente, quando da concepção e implementação das políticas comunitárias” (Homepage do Comitê das Regiões: <http://www.cor.eu.int/>).

2.2.8 O Banco Europeu de Investimentos

O Banco Europeu de Investimentos (BEI) é a instituição financeira da UE. Os membros do BEI são os Estados-membros da União Européia, os quais subscreveram o seu capital.

A missão do BEI consiste, fundamentalmente, em conceder empréstimos a longo prazo para investimentos que promovam o desenvolvimento econômico e a integração equilibrada da UE. Os financiamentos do Banco Europeu de Investimentos destinam-se, entre outros, a projetos para desenvolvimento das regiões mais atrasadas da UE e a projetos para modernização das empresas européias a fim de torná-las mais competitivas.

2.3 Estrutura Jurídica da União Européia

Esta seção descreve, de forma ordenada e sintética, a estrutura jurídica da UE, realçando as suas normas e o seu processo de emissão, de modo a auxiliar a compreensão das seções que se sucedem. Cabe salientar que a abrangência de estudo aqui feito tem como marco limite o Tratado de Maastricht. Disposições ulteriores a ele não são levadas em consideração.

O ordenamento jurídico da UE compreende todo um sistema próprio de fontes de direito e instâncias jurídicas, que não se confundem com as de seus Estados-membros. O respeito destes últimos àquele ordenamento foi que possibilitou o atingimento do nível de integração a que chegou a UE.

O ordenamento jurídico da UE, de acordo com LÓPEZ, citado por VALDÉS (1989, p. 45), “se trata de uma ordem jurídica específica que difere qualitativamente dos ordenamentos internos e do Direito Internacional”⁹. Esta diferença qualitativa entre o ordenamento jurídico da UE e os ordenamentos nacionais e do Direito Internacional se deve, principalmente, à transferência de soberania, ou seja, os países integrantes da UE cederam parcela de seus poderes soberanos em favor das instituições da UE, enquanto que nas instituições internacionais formadas a partir do Direito Internacional não ocorre transferência de soberania. Portanto, a União Europeia é forte, devido à soberania que possui, ao contrário de outras instituições internacionais.

Essa ordem jurídica peculiar que possui a UE é denominada em inglês de *Community Law* e, em português, de “Direito Comunitário”. PEARSON (1994, p. 30) define *Community Law* como sendo “um corpo de leis compreendendo direitos, deveres, poderes e recursos criados por e com base nos tratados que instituem as três Comunidades Europeias”¹⁰.

Em linha semelhante, CASELLA (1994, p. 248) define “Direito Comunitário” como sendo “o ramo do direito cujo objeto é o estudo dos tratados constitutivos da Comunidade Europeia, bem com (SIC! como), a evolução jurídica resultante da regulamentação de caráter derivado, combinada com a aplicação jurisprudencial progressiva dos dispositivos desses mesmos Tratados”.

Nota-se em ambas as definições que o “Direito Comunitário”, ou *Community Law*, tem relação direta com os Tratados no âmbito da UE. De acordo com THORSTENSEN (1992, p. 56), os tratados seriam as fontes primárias ou originárias de direito na UE, possuindo o valor de constituições nacionais; emanando destes estariam as fontes secundárias ou derivadas, que seriam as normas jurídicas ou a legislação da UE, propriamente dita.

Como já comentado no histórico, a UE fundamenta-se juridicamente em quatro Tratados: os três Tratados de fundação que instituíram as três diferentes Comunidades (CECA, CEE e EURATOM) e o Tratado da União Europeia. Cabe salientar que os três Tratados de fundação foram sofrendo alterações na sua redação à medida que se desenvolvia o processo de

⁹ “se trata de un orden jurídico específico que difiere cualitativamente de los ordenamientos internos y del Derecho Internacional”.

¹⁰ “a body of law comprising rights, duties, powers and remedies created by under treaties setting up the three European Communities”.

integração europeia, ou pelas novas adesões ou pelas novas políticas adotadas, até chegar ao Tratado da União Europeia, que é a lei máxima na qual se baseia a UE e que contém o Tratado que instituiu a Comunidade Europeia (TCE/TUE), o qual é mais amplo que o anterior Tratado da CEE.

O TCE/TUE, em seu artigo 189º, estabelece que são cinco as normas jurídicas à disposição da UE: o Regulamento, a Directiva (Diretiva), a Decisão, a Recomendação e o Parecer.

Segundo CASELLA (1994, p. 123), essas normas seguem uma hierarquia conforme sua importância e abrangência de aplicação. Ou seja, como será visto, a aplicabilidade direta do regulamento é que o condiciona a estar no topo da hierarquia.

2.3.1 O Regulamento

“O regulamento tem carácter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros” (artigo 189º do TCE/TCU).

Os regulamentos, pela sua aplicabilidade direta, são de implementação imediata para todos os Estados-membros, assim que aprovados pelo Conselho de Ministros. Diz-se que os regulamentos são um instrumento de unificação do Direito Comunitário, devido ao seu grau de adoção pelos Estados-membros simultaneamente. Os regulamentos se sobrepõem às legislações nacionais dos Estados-membros, não precisando passar por estas últimas para que sejam adotados. Não possuindo um destinatário determinado, as disposições contidas em um regulamento criam direitos e deveres para todos os Estados-membros, suas empresas e cidadãos. De acordo com PEARSON (1994, p. 31), a maioria dos regulamentos concerne à política comum de agricultura e à legislação sobre competição da UE.

2.3.2 A Directiva (Diretiva)

“A directiva vincula o Estado-Membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios” (artigo 189º do TCE/TUE).

Os destinatários de uma directiva podem ser um ou vários Estados-membros, isto é, possuem destinatário ou destinatários específicos. As directivas expõem um resultado ou objetivo a atingir e deixam os destinatários escolherem a forma de implementá-la. A título de ilustração, seria como se fosse dado um ponto num mapa a se chegar e o caminho para chegar até este ponto ficaria a cargo de cada um. Ao contrário dos regulamentos, as directivas não são instrumentos de uniformidade, sendo utilizadas para aproximar o Direito Comunitário, de maneira a respeitar as distintas particularidades de cada Estado-membro. Ou seja, a directiva trata de conciliar essas particularidades com as necessidades impostas pela UE. As directivas têm sido utilizadas, freqüentemente, para harmonizar políticas nacionais relacionadas com o mercado comum, tal como o direito do consumidor, o direito das sociedades e o direito ambiental (PEARSON, 1994, p. 31). Por último, cabe salientar que as directivas fixam uma data para sua implementação pelos Estados-membros. Esta implementação varia de Estado-membro para Estado-membro, como se pode verificar no caso da adoção da Quarta Diretiva de 1978. A Itália, por exemplo, levou quase quinze anos para adotá-la efetivamente, enquanto que a Dinamarca o fez em menos de três anos.

2.3.3 A Decisão

“A decisão é obrigatória em todos os seus elementos para os destinatários que designar” (artigo 189º do TCE/TUE).

A principal característica das decisões, e que as difere dos regulamentos e das diretivas, é que elas possuem destinatários determinados nominalmente, que podem ser um ou vários Estados-membros, ou todos, bem como uma ou várias empresas ou pessoas. Um exemplo desta norma, poderia ser uma decisão referindo-se a uma empresa que tem agido em desacordo com a legislação sobre competição da UE. Um outro exemplo, poderia ser uma decisão destinada a um Estado-membro que estivesse fornecendo incentivos fiscais para empresas internas em detrimento de empresas externas. Em ambos os casos, nota-se a existência de particularidade quanto à decisão.

2.3.4 As Recomendações e os Pareceres

“As recomendações e os pareceres não são vinculativos” (artigo 189º do TCE/TUE).

Como o próprio nome indica, não possuem caráter obrigatório. Tal como as decisões, as recomendações e os pareceres também possuem destinatário particular, que podem ser os Estados-membros, as empresas e os cidadãos. Segundo THORSTENSEN (1992, p. 58), as recomendações “são uma forma de convite para que os destinatários adotem determinada regra de conduta”. Portanto, poderiam ser utilizadas, quer para sugerir uma postura a ser adotada, quer para advertir que algo não está correto e que deve ser modificado. Cabe comentar que na bibliografia consultada, pouco tratamento é dado a estas normas, levando a concluir que, provavelmente, estas não possuem a mesma relevância das anteriormente abordadas.

O processo para a elaboração e adoção das legislações na UE, normalmente denominado de processo de decisão, é um tema extremamente complexo, o qual, conforme expõe LUDLOW, citado por THORSTENSEN (1992, p. 55), envolve todo um conjunto de prazos determinados para cada etapa e uma correta ordem de consultas às instituições.

Os artigos 189ºB e 189ºC do TCE/TUE tratam, especificamente, do processo de decisão no âmbito da UE. De acordo com este artigo, a adoção da legislação se dá, simplificadamente, da seguinte forma:

1. A Comissão apresenta uma proposta de legislação ao Parlamento Europeu e ao Conselho.
2. Dependendo do tema em causa, o Conselho aprova a legislação sozinho ou juntamente com o Parlamento Europeu (*processo de co-decisão*).
3. A legislação aprovada, dependendo do seu alcance, é então aplicada, ou aos Estados-membros, ou às empresas, ou aos cidadãos.

Embora os artigos 189ºB e 189ºC não mencionem, em alguns casos, o processo de decisão ainda envolve consultas do Conselho ou da Comissão Europeia ao Comitê das Regiões e ao Comitê Econômico e Social, conforme pode se verificar nos artigos 198º e 198º C, que tratam destes Comitês Consultivos.

2.4 Contabilidade na União Européia

A presente seção localiza e apresenta a contabilidade e os seus responsáveis dentro do processo de integração da UE.

Conforme o item “h” do artigo 3º do TCE/TUE, para que o mercado comum da UE funcione perfeitamente e a mesma possa alcançar os seus objetivos, há necessidade de aproximação das legislações nacionais dos Estados-membros.

Nota-se, neste artigo, os fundamentos sobre harmonização num sentido amplo, ou seja, a aproximação das legislações deve cobrir as regras referentes às mais diversas atividades do campo de atuação da UE.

Dentre estas atividades, a contabilidade tem passado por um processo de harmonização de maneira a compatibilizar as diferentes regras dos países integrantes da UE.

A harmonização da contabilidade não está especificamente explicitada no TCE/TUE. Ela é parte do programa de harmonização do “Direito das Sociedades” (*Company Law*), baseada no artigo 54º, parágrafo 3 (g) do TCE/TUE. O Direito das Sociedades, por sua vez, é parte integrante de um maior, que é o Direito das Empresas, o qual abrange, além daquele, o Direito de Propriedade Intelectual e o Direito Econômico.

De acordo com o TCE/TUE, artigo 52º, o programa de harmonização do Direito das Sociedades tem por objetivo favorecer a liberdade de estabelecimento, ou seja, a criação de empresas na UE e fazer com que sejam mais comparáveis as informações financeiras publicadas pelas empresas de diferentes Estados-membros.

Segundo GADEA (1993, p. 130), o Direito das Sociedades “tem se dirigido, principalmente, à regulamentação das sociedades de capital”¹¹. A preferência dada a estes tipos de empresas se deve, conforme VAN HULLE, citado por GADEA (1993, p. 130), “à necessidade de proteger os interesses de sócios e terceiros, frente à responsabilidade limitada que

¹¹ “*El Derecho de sociedades comunitario se ha dirigido, principalmente, a la regulación de las sociedades de capital*”.

possuem estes últimos e às características de seus órgãos de gestão, geralmente separados da propriedade”¹².

Assim, o Direito das Sociedades busca garantir que as empresas estabelecidas em qualquer Estado-membro da UE forneçam um nível equivalente de proteção aos interesses de sócios e de terceiros, de maneira que estes últimos conheçam seus direitos e obrigações, independentemente do local de estabelecimento da empresa na UE.

A contabilidade, tendo dentre seus objetivos o suprimento de informações úteis para a tomada de decisões, desempenha papel relevante no processo de integração da UE, por ser um dos instrumentos de proteção dos interesses dos sócios e de terceiros e, por que não, das próprias empresas. A própria competitividade das empresas, uma das consequências do processo de integração, pode ser melhor atingida quando apoiada em um fluxo de informações contábeis harmonizadas.

Cabe salientar que “harmonização” se diferencia de “padronização”. Enquanto aquela busca reduzir as variações nas práticas contábeis, de maneira a torná-las mais comparáveis, a padronização visa acabar com as variações e propor um modelo único a ser seguido.

Muitos têm questionado o processo de harmonização contábil, devido às suas limitações, e sugerido uma verdadeira padronização da contabilidade. Porém, os defensores da harmonização ressaltam que um processo de padronização contábil é extremamente difícil de ser alcançado por envolver fatores que se sobrepõem às práticas contábeis, como a linguagem, o ambiente econômico, o sistema legal, o nacionalismo, além de outros.¹³

A União Européia optou pelo caminho da harmonização contábil, ao invés do da padronização. Comentando sobre as vantagens do processo de harmonização do Direito das Sociedades, VAN HULLE e VAN DER TAS (1995, p 929) tomam a seguinte posição: “A harmonização das normas contábeis serve a inúmeros objetivos específicos. Ela deve facilitar as

¹² “a la necesidad de proteger los intereses de socios y terceros, frente a la responsabilidad limitada que poseen estos últimos y a las características de sus órganos de gestión, generalmente separados de la propiedad”.

¹³ Ver autores como: BLAKE e AMAT (1993, p. 1 – 27), GADEA (1993, p. 35 – 145), JULVE (1980, p. 21 – 56) e VAN HULLE (1998, p. 3 – 6).

negociações no seio da União Européia bem como as transações internacionais. Ela deve, também, fomentar um mercado de capitais europeu.”¹⁴

Como uma vantagem da opção feita pela União Européia, GADEA (1993, p. 130) diz que “a harmonização tem se apresentado como um produto dirigido a favorecer às entidades que operam em vários países da UE, simplificando o seu trabalho de elaboração das demonstrações contábeis”¹⁵.

Antes da existência de diretivas relacionadas com a contabilidade, as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas de um país, provavelmente, encontravam dificuldades de entendimento em outros países da UE. Presume-se que o advento de tais diretivas provocou a minimização daquelas dificuldades, pois elas fixaram um limite de possibilidades para a forma de apresentação das demonstrações contábeis

Como já mencionado, cabe à Comissão Européia propor a legislação da UE. Ela possui, dentro de sua estrutura administrativa, várias Direções Gerais, normalmente denominadas de DG's, as quais tratam de elaborar projetos de normas nas mais diversas áreas de atividade da UE. Essas DG's possuem, ainda, divisões e subdivisões para tratarem mais especificamente sobre cada assunto de interesse da UE.

A responsabilidade pelas propostas de normas contábeis da UE fica a cargo da Direção Geral XV (DG XV), a qual trata especificamente dos assuntos relacionados com o Mercado Interno e Serviços Financeiros. Esta DG possui várias outras divisões, e uma destas, a DG XV-C, denominada “Serviços Financeiros”, abrange cinco setores, que são:

- DG XV-C/1 - Serviços Bancários
- DG XV-C/2 - Seguros, Fundos de Pensão e Aspectos Externos dos Serviços Financeiros
- DG XV-C/3 - Bolsas e Valores Mobiliários
- DG XV-C/4 - Transações Financeiras e Sistemas de Pagamento
- DG XV-C/5 - Informação Financeira e Direito das Sociedades

¹⁴ “The harmonization of accounting standards also serves a number of specific objectives. It should facilitate trade within the European Union as well as cross-border transactions. It should also help to bring about a European capital market”.

¹⁵ “la armonización se ha presentado como un producto dirigido a favorecer a las entidades que operan en varios países comunitarios, simplificando su labor de elaboración de los estados financieros”.

Este último, a DG XV-C/5, é o responsável direto pelos assuntos relativos à contabilidade, cabendo a ele tanto elaborar as normas e fiscalizar o seu cumprimento, quanto representar a UE junto a organismos internacionais que tratam de harmonização contábil, tais como o IASC, a ONU e a OCDE. Ainda cabe a este setor fornecer o presidente e o secretário do *Contact Committee on the Accounting Directives* e do *Advisory Accounting Forum*.

O “*Contact Committee*” é um órgão aconselhador em matéria de harmonização contábil na UE, previsto pelo Artigo 52º da Quarta Diretiva, reunindo, além dos representantes da Comissão Europeia, também os representantes dos Estados-membros.

O *Advisory Accounting Forum*, também um órgão aconselhador em matéria de harmonização contábil, é formado por representantes dos órgãos emissores de normas contábeis dos Estados-membros e das principais organizações de usuários da contabilidade na UE, tais como indústrias, bancos, bolsas de valores, sindicatos e profissionais contábeis.

3 A QUARTA DIRETIVA

Para melhor compreensão do que é a Quarta Diretiva, estruturou-se este capítulo da seguinte forma: apresenta-se, primeiramente, o histórico da Quarta Diretiva, propulsora da harmonização da informação contábil da UE; logo após, contempla-se o âmbito de aplicação da Quarta Diretiva, com o tratamento dado às empresas; por fim, vem a estrutura e o conteúdo da Quarta Diretiva, com uma visão geral dos temas abordados por ela.

3.1 O Histórico da Quarta Diretiva

Esta seção apresenta um breve relato sobre o surgimento e desenvolvimento da Quarta Diretiva, a propulsora da harmonização da informação contábil dentro da União Européia.

A Quarta Diretiva marca o início da aproximação das legislações sobre contabilidade entre os países integrantes da UE. Além disto, assinala uma etapa muito importante na evolução histórica da harmonização contábil, quando se tornou a primeira realização concreta de harmonização de normas contábeis a nível internacional, com aplicação em uma pluralidade de países: os quinze que atualmente integram a UE.

Em 1965, iniciaram-se os primeiros passos em direção à harmonização das práticas contábeis entre os países da UE (TURLEY, 1983, p.19). Tal ocorreu com o estabelecimento de um “grupo de trabalho” formado por representantes de proeminentes organizações contábeis dos países que, na época, integravam a CEE¹ e que recebeu a denominação de *Company Law Study Group*² (VAN HULLE e VAN DER TAS, 1995, p. 929).

¹ No grupo de trabalho, Luxemburgo não se fez representar em vista do pequeno número de membros em sua organização profissional.

² Em francês, conhecido por *Groupe d'Études Droit des Sociétés des Experts Comptables de la CEE*.

Segundo esses autores, a formação daquele grupo de trabalho foi resposta a uma provocação da Comissão Europeia no sentido de que se explicitassem propostas para harmonização das normas contábeis no seio dos então seis Estados-membros. Em 1968, o “grupo de trabalho” encaminhou à Comissão Europeia um relatório (denominado *Elmendorf Report*), o qual foi objeto de discussões que culminaram em uma minuta de diretiva, em 1970. Em virtude dos pedidos de adesão de três novos Estados-membros (Dinamarca, Irlanda e Inglaterra), foram reabertos os estudos sobre o conteúdo de tal minuta (VAN HULLE e VAN DER TAS, 1995, p. 929).

Em 1971, mesmo antes da Irlanda e Reino Unido aderirem à UE, foi publicada a primeira minuta da Quarta Diretiva, a qual, segundo WATTS (1996, p. 248), teve muita influência da legislação societária/contábil alemã. A minuta foi encaminhada ao Parlamento Europeu e ao Comitê Econômico e Social e deles recebeu opiniões emitidas em, respectivamente, 1972 e 1973, ambas publicadas no Jornal Oficial das Comunidades Europeias (VAN HULLE e VAN DER TAS, 1995, p. 930).

Conforme esses autores, as opiniões/sugestões daquelas duas instituições, o exame da legislação dos novos Estados-membros e as sugestões contidas em dois memorandos do *Company Law Study Group* permitiram que a Comissão Europeia apresentasse, em fevereiro de 1974, uma segunda minuta da Quarta Diretiva.

De acordo com NOBES e PARKER (1985, p. 348), nessa nova versão foi sensível a influência do Reino Unido e da Irlanda, com a clarificação de “princípios contábeis” utilizados em tais países e com a definitiva inclusão do conceito de *true and fair view*, além da flexibilização da forma de apresentação das demonstrações contábeis. Ou seja, na segunda minuta da Quarta Diretiva ocorreu uma espécie de reação à forma rígida das contabilidades alemã e francesa, baseadas na uniformidade de seus planos contábeis.

Somente em 25 de julho de 1978, após as inúmeras discussões entre a Comissão Europeia e os estudiosos dos Estados-membros, conforme expõem VAN HULLE e VAN DER TAS (1995, p. 930), a Quarta Diretiva foi, finalmente, adotada pelo Conselho de Ministros, sendo publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias no dia 14 de agosto de 1978, sob o número 78/660/CEE³.

³ Todas as diretivas da UE possuem uma numeração específica, composta, respectivamente, pelo ano da publicação da diretiva com dois algarismos, pelo número de ordem e pela sigla da Comunidade que emitiu (CEE, CECA, EURATOM). Todavia, algumas diretivas também possuem uma denominação que as caracteriza (por exemplo: Quarta Diretiva)

Desde a sua adoção, a Quarta Diretiva passou por várias alterações, devido, principalmente, à adoção de novas diretivas pelo Conselho de Ministros e dos atos de adesão de novos Estados-membros. De acordo com o Texto Consolidado da Quarta Diretiva de 01 de janeiro de 1995, publicado pelo Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, que é um documento atualizado sobre a Quarta Diretiva, as diretivas e atos que modificaram a Quarta Diretiva, em seu texto original de 1978, são:

- Sétima Diretiva do Conselho de 13 de junho de 1983 (83/349/CEE);
- Diretiva do Conselho de 27 de novembro de 1984 (84/569/CEE);
- Décima Primeira Diretiva do Conselho de 21 de dezembro de 1989 (89/666/CEE);
- Diretiva do Conselho de 8 de novembro de 1990 (90/604/CEE);
- Diretiva do Conselho de 8 de novembro de 1990 (90/605/CEE);
- Diretiva do Conselho de 21 de março de 1994 (94/8/CE);
- Ato de Adesão da Grécia;
- Ato de Adesão da Espanha e de Portugal;
- Ato de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia.

3.2 O Âmbito de Aplicação da Quarta Diretiva

A ementa da Quarta Diretiva, tal como foi publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº L 222 de 14.08.1978, contém o seguinte trecho: “...e relativa às contas anuais de certas formas de sociedades”.

Esta seção explora o significado desse trecho, explicitando as formas jurídicas de sociedades que devem adotar a Quarta Diretiva. Aborda, também, o tratamento dado às empresas de alguns setores específicos e, finalmente, tendo em vista a importância que a UE devota às pequenas e médias empresas, a seção destaca as regalias a elas concedidas.

3.2.1 O âmbito de aplicação: aspectos gerais

A Quarta Diretiva trata do seu âmbito de aplicação, especificamente, no Artigo 1º, o qual possui dois parágrafos. Este Artigo é o único a não fazer parte de uma Seção, uma vez que todos os demais possuem Seção específica na Diretiva. Este detalhe mostra que houve, em

primeiro lugar, uma preocupação em delimitar quais seriam as empresas destinatárias das disposições regulamentares impostas pela Quarta Diretiva.

O âmbito de aplicação da Quarta Diretiva foi objeto de muitas discussões e emendas antes e após a sua adoção. Os motivos dessas discussões e emendas foram os tipos de sociedades (tanto na forma jurídica como no porte) que deveriam preparar suas contas anuais de acordo com as exigências da Quarta Diretiva ⁴.

A Quarta Diretiva, como originalmente foi adotada em 1978, delimitou o campo de aplicação das suas disposições apenas às sociedades que limitavam a responsabilidade de seus sócios, quais eram: as sociedades anônimas, as sociedades em comandita por ações e as sociedades por quotas de responsabilidade limitada (ou seus equivalentes nos Estados-membros).

Segundo FERREIRA (1994, p.32), a responsabilidade dos membros destas sociedades é limitada ao montante do capital contribuído por cada quotista (sociedade por quotas de responsabilidade limitada) ou por acionistas (sociedade anônima e sociedade em comandita por ações).

Cabe salientar que a principal característica que diferencia as sociedades comerciais umas das outras é a forma de responsabilidade de seus membros, pois, conforme o tipo de sociedade, eles respondem ou não com seus bens particulares pelas obrigações da sociedade.

As razões da escolha daquelas formas de sociedades deram-se, de acordo com o preâmbulo da Quarta Diretiva, à necessidade de proteger os interesses de sócios (quotistas ou acionistas) e de terceiros (fornecedores, financiadores, governos etc.), pois elas oferecem como garantia apenas o seu patrimônio social, e pela frequência com que as atividades de tais sociedades se estendem para além das fronteiras nacionais.

Observa-se, então, que as disposições contábeis da Quarta Diretiva possuem papel fundamental na proteção dos interesses daqueles envolvidos com as empresas, pois, uma das principais preocupações da Quarta Diretiva é que seja atingida a fiel apresentação da situação patrimonial, financeira e de resultados das sociedades (*true and fair view*).

⁴ A parte evolutiva, relativa ao âmbito de aplicação da Quarta Diretiva, não será abordada em detalhes no trabalho. Recomenda-se, àqueles que buscam informações pormenorizadas sobre o assunto, o Capítulo 12 do livro "Transnational Accounting".

No seio da UE, também existem duas formas de sociedades: as sociedades em nome coletivo e as sociedades em comandita simples. Tais sociedades se caracterizam por possuir dois tipos de sócios: os de responsabilidade limitada e os de responsabilidade ilimitada. Podem existir casos em que tais sociedades tenham sócios de responsabilidade ilimitada como pessoas jurídicas constituídas sob a forma de sociedade anônima, sociedade em comandita por ações ou sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Uma posterior Diretiva do Conselho (90/605/CEE), de 8 de novembro de 1990, ampliou o âmbito de aplicação da Quarta Diretiva às sociedades em nome coletivo e às sociedades em comandita simples que tenham todos os seus sócios de responsabilidade ilimitada revestidos de uma das seguintes formas jurídicas: sociedade anônima, sociedade em comandita por ações e sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Esta ampliação se deu, de acordo com o preâmbulo da Diretiva 90/605/CEE, pelo reconhecimento de que os objetivos da Quarta Diretiva seriam afetados se estes tipos de sociedades não fossem sujeitos às mesmas exigências impostas às sociedades de responsabilidade limitada.

Tanto a Quarta Diretiva, como a Diretiva 90/605/CEE, não definiram as formas de sociedades das quais tratavam; todavia, listaram os nomes pelos quais são conhecidas as sociedades em cada um dos Estados-membros.

3.2.2 Empresas de setores específicos

Embora a Quarta Diretiva trate de delimitar a sua aplicação às formas jurídicas de sociedades, independentemente do setor de atividade da economia ao qual estão ligadas, a mesma apresenta três momentos que focalizam setores de atividade em particular.

O primeiro deles ocorre no parágrafo 2 do Artigo 1º, o qual estabelece que os Estados – membros podiam excluir do âmbito de aplicação da Quarta Diretiva as instituições financeiras e as empresas de seguros, até que houvesse regulamentação posterior. De fato, tal regulamentação veio a ocorrer, pois, segundo GADEA (1993, p. 133), as diretivas contábeis destes dois setores foram adotadas, respectivamente, em 8 de dezembro de 1986 e em 19 de dezembro de 1991, seguindo as orientações básicas da Quarta Diretiva.

O segundo enfoque dado aos setores de atividade aparece no Artigo 5º, o qual dispõe que os Estados-membros podem prover esquemas específicos para o balanço e para a conta de ganhos e perdas de sociedades de investimentos e de sociedades de participação financeira, que são definidas nos parágrafos 2 e 3 do próprio Artigo 5º.

Por último, o parágrafo 1 do Artigo 55º estabeleceu, a partir da sua publicação, um prazo de dois anos para cada Estado-membro adaptar suas disposições legislativas, regulamentares e administrativas aos ditames da Quarta Diretiva. Como regra geral, foi determinado, no parágrafo 2 do mesmo Artigo, que os Estados-membros podiam prever um período de 18 meses para que suas sociedades passassem a respeitar tais disposições. Este mesmo parágrafo abriu a possibilidade de que os 18 meses fossem estendidos até 8 anos para as sociedades cujo objeto principal fosse a navegação, desde que existissem já no momento da entrada em vigor das disposições mencionadas.

Observa-se que, independentemente do tipo de atividades das empresas, as demonstrações contábeis, no âmbito da UE, estão amarradas ao modelo de harmonização da Quarta Diretiva.

3.2.3 Pequenas e médias empresas

O texto da Quarta Diretiva não adotou explicitamente as expressões “pequena empresa” e “média empresa”. Neste trabalho, a utilização destas expressões está baseada na classificação que VAN HULLE e VAN DER TAS (1995, p. 944) fizeram com base naquela Diretiva.

O tratamento dado pela Quarta Diretiva às pequenas e médias empresas é abordado, especificamente, nos Artigos 11º, 12º, 27º, 44º, 45º, 46º, 47º e 51º.

A classificação em “pequena empresa” e “média empresa” é notada, respectivamente, nos Artigos 11º e 27º (observados os pormenores do Artigo 12º), os quais estabelecem três critérios. Destes três critérios, dois deles devem, no mínimo, ser satisfeitos, quais sejam:

Pequenas empresas (Art. 11º):

- total do balanço: até 2.500.000 ECU⁵
- volume líquido de negócios: até 5.000.000 ECU
- número médio de empregados durante o exercício: até 50

Médias empresas (Art. 27º):

- total do balanço: até 10.000.000 ECU
- volume líquido de negócios: até 20.000.000 ECU
- número médio de empregados durante o exercício: até 250

Conforme deduz-se dos Artigos 11º, 27º, 44º, 45º, 46º, 47º e 51º, os benefícios concedidos pela Quarta Diretiva relativamente às obrigações contábeis das pequenas e médias empresas, que satisfizerem os critérios acima, são os seguintes:

As pequenas empresas podem:

- preparar e publicar um balanço sintético (Artigos 11º e 47º);
- preparar e publicar o anexo de forma sintética (Artigos 44º e 47º);
- deixar de publicar a conta de ganhos e perdas, o relatório de gestão e o relatório elaborado pela pessoa encarregada do controlo das contas (Artigo 47º);
- deixar de preparar o relatório de gestão, desde que respeitadas as exigências do Artigo 46º; e
- deixar de ter auditadas as suas contas anuais (Artigo 51º).

As médias empresas podem:

- preparar uma conta de ganhos e perdas sintética (Artigo 27º);
- publicar o balanço e o anexo de forma sintética (Artigo 47º); e
- não mencionar, no anexo, a distribuição do montante líquido das vendas e prestações de serviços por categoria de atividade e por mercados geográficos (Artigo 45º).

⁵ *European Currency Unit* (ECU). Unidade de conta própria da UE, composta de quantidades específicas das moedas dos Estados-membros. No dia 1/1/1999, 1 ECU = 1 Euro, e a partir desse momento o Euro substituirá o ECU.

Segundo VAN HULLE e VAN DER TAS (1995, p. 948), cabe a cada Estado-membro conceder ou não os benefícios previstos pela Quarta Diretiva às pequenas e médias empresas estabelecidas em seus territórios.

Por último, é importante salientar que, embora a Quarta Diretiva conceda alguns privilégios às pequenas e médias empresas, ela não as exclui, completamente, de seu âmbito de aplicação.

3.3 A Estrutura e o Conteúdo da Quarta Diretiva

A presente seção dá uma visão geral dos temas abordados pela Quarta Diretiva e como estes se distribuem no texto da mesma. Também, são comentados alguns pontos que se julgou relevantes para as propostas deste trabalho.

O corpo da Quarta Diretiva consiste de um preâmbulo e de sessenta e dois (62) Artigos, contidos em doze Seções enumeradas. Como já foi alertado, o Artigo 1º é o único a não possuir Seção própria. Quando os Artigos necessitam ser subdivididos, o são em parágrafos numerados.

Ainda que conte 62 Artigos na Quarta Diretiva, duas considerações merecem ser tecidas. A primeira é com relação ao Artigo 54º, o qual mesmo tendo sido excluído pela Décima Primeira Diretiva, de 21 de dezembro de 1989, conta para efeito de numeração dos Artigos. A outra consideração diz respeito aos Artigos 50ºA e 57ºA, ambos criados em 8 de novembro de 1990, respectivamente, pelas Diretivas 90/604/CEE e 90/605/CEE, os quais são os únicos Artigos a possuírem um complemento após o número, no caso a letra “A”.

Estas duas particularidades mostram o cuidado que o legislador teve em preservar a estrutura inicial da Quarta Diretiva, após as emendas.

A seguir é mostrado um resumo que permite visualizar o contexto da estrutura e do conteúdo da Quarta Diretiva, conforme redação dada por Portugal.

Seção	Artigo	Conteúdo
–	1º	Âmbito de aplicação
1	2º	Disposições gerais
2	3º a 7º	Disposições gerais relativas ao balanço e à conta ganhos e perdas
3	8º a 14º	Estrutura do balanço
4	15º a 21º	Disposições particulares respeitantes a certas rubricas do balanço
5	22º a 27º	Estrutura da conta de ganhos e perdas
6	28º a 30º	Disposições particulares respeitantes a certas rubricas da conta de ganhos e perdas
7	31º a 42º	Regras de valorimetria
8	43º a 45º	Conteúdo do anexo
9	46º	Conteúdo do relatório de gestão
10	47º a 50ºA	Publicidade
11	51º	Controlo
12	52º a 62º	Disposições finais

Como se pode observar, todo o corpo da Quarta Diretiva guarda relação direta ou indireta com as demonstrações contábeis.

Embora o presente trabalho concentre seu foco na Seção 3 da Quarta Diretiva, alguns pontos que chamaram a atenção durante o seu estudo são a seguir enfatizados. São eles: as contas anuais, a conta de ganhos e perdas, o anexo, a distribuição dos resultados, o relatório de gestão e os princípios contábeis.

3.3.1 Contas anuais

A expressão “contas anuais”, que constituem o objeto central da Quarta Diretiva, está definida no parágrafo 1 do Artigo 2º, que diz: “As contas anuais compreendem o balanço, a conta de ganhos e perdas e o anexo. Estes documentos formam um todo.”

Os três itens constantes das contas anuais são equivalentes, respectivamente, ao Balanço Patrimonial, à Demonstração do Resultado do Exercício e às Notas Explicativas da Lei das S.A. brasileira.

Embora as contas anuais não incluam uma “Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos” (DOAR) e tampouco uma “Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados” (DLPA) e/ou uma “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” (DMPL), como ocorre na Lei das S.A. brasileira, a Quarta Diretiva não excluiu a possibilidade de tais demonstrações serem geradas, conforme se pode constatar no parágrafo 6 do Artigo 2º, bem como no Artigo 50º. Todavia, nem a forma e nem o conteúdo destas demonstrações são regulamentadas na Diretiva.

A Quarta Diretiva ainda dispõe que as contas anuais devem ser elaboradas e apresentadas na forma de dois exercícios consecutivos (parágrafo 4 do Artigo 4º), e os seus valores, além de publicados na moeda em que são elaboradas, podem o sê-lo em ECU (Artigo 50ºA).

3.3.2 Conta de ganhos e perdas

Conforme comentado, a “conta de ganhos e perdas” é um dos componentes integrantes das contas anuais, juntamente com o balanço e o anexo.

A conta de ganhos e perdas equivale, no Brasil, à “Demonstração do Resultado do Exercício” (DRE) e tem a finalidade de evidenciar o resultado (lucro ou prejuízo) obtido pela empresa num determinado período e os componentes de tal resultado (receitas e despesas).

A Quarta Diretiva oferece uma grande flexibilidade na forma de apresentação da conta de ganhos e perdas, estabelecendo quatro modelos que poderão ser adotados pelos Estados-membros (Artigo 22º a 26º).

Em dois desses modelos (Artigos 23º e 25º), a conta de ganhos e perdas é estruturada de forma vertical (escalonada ou dedutiva), em que o resultado líquido do período é obtido deduzindo as despesas das receitas. Ou seja, similares ao modo de construir a DRE na Lei das S.A. brasileira.

Nos outros dois modelos (Artigos 24º e 26º), a conta de ganhos e perdas é estruturada de modo a apresentar as receitas e as despesas como se estivessem posicionadas em um “razonete” da conta “Apuração do Resultado do Exercício”: as receitas no lado direito e as despesas no lado

esquerdo. O resultado líquido do período, se positivo, fica posicionado junto com as despesas e, se negativo, junto com as receitas.

Estes dois modelos (Artigos 24º e 26º) têm recebido a denominação de forma de apresentação horizontal da conta de ganhos e perdas, sendo similares a que era prevista, no Brasil, na denominada “Antiga Lei das S.A.” (Decreto-lei nº 2627 de 26 de setembro de 1940).

Existe uma razão para a Diretiva ter reservado dois artigos para representar a conta de ganhos e perdas na forma vertical e dois artigos para representar a conta de ganhos e perdas na forma horizontal. Tal razão prende-se às duas possibilidades, abertas pela Quarta Diretiva, de como as receitas e as despesas são estruturadas dentro da demonstração.

Uma das possibilidades é apresentar as receitas e as despesas dentro de blocos com finalidades diferentes na formação do resultado líquido final, tais como: “Custos dos Produtos Vendidos”, “Despesas com Vendas” e “Despesas Administrativas”. O primeiro bloco auxilia na formação do “Resultado Operacional Bruto”, enquanto que os outros dois blocos auxiliam na formação do “Resultado Operacional Líquido”. Assim, e apenas como exemplificação, um item como “despesas com salários” poderá aparecer nos três blocos antes citados. Tal possibilidade recebe, na literatura, a denominação de conta de ganhos e perdas “por função” ou “por operação”. Esta possibilidade é similar à que está prevista na Lei das S.A. brasileira.

A segunda possibilidade é apresentar as receitas e as despesas aglutinadas por suas naturezas. Apenas para exemplificar, as despesas com salários apareceriam em um único item da demonstração, o mesmo ocorrendo com quaisquer outras despesas ou receitas (juros, depreciações, energia elétrica, manutenção etc.). Tal possibilidade recebe, na literatura, a denominação de conta de ganhos e perdas “por natureza”, e não possui similar na Lei das S.A. brasileira.

Os apelidos “horizontal”, “vertical”, “por função” e “por natureza” não estão contidos no texto da Quarta Diretiva. Todavia, são largamente utilizados por estudiosos do assunto, dentre eles: JULVE (1980, p. 287), BLAKE e AMAT (1993, p. 66), KINSERDAL (1995, p. 126) e VAN HULLE e VAN DER TAS (1995, p. 970).

A seguir é mostrado um resumo que reúne os quatro modelos de conta de ganhos e perdas, prescritos pela Quarta Diretiva, antes comentados:

Artigo	Forma de Representação	Classificação das Receitas e Despesas
23º	Vertical	por natureza
24º	Horizontal	por natureza
25º	Vertical	por função
26º	Horizontal	por função

3.3.3 Anexo

Conforme comentado anteriormente, o “anexo” equivale ao que, no Brasil, denomina-se de “Notas Explicativas”. Assim como o anexo tem sua elaboração e divulgação obrigatórias no âmbito da UE, as Notas Explicativas devem, também, no Brasil, ser elaboradas e divulgadas.

A legislação societária brasileira diz que as Notas Explicativas complementam as demonstrações financeiras (contábeis), motivo pelo qual não se pode considerá-las como demonstrações contábeis mas, isto sim, um complemento indispensável a elas.

Na Quarta Diretiva, o anexo está umbilicalmente ligado ao balanço e à conta de ganhos e perdas, de modo que estes três documentos, quando reunidos, formam o que é denominado de “contas anuais”, conforme o já comentado parágrafo 1 do Artigo 2º da Diretiva. A literatura consultada no decorrer do trabalho permitiu inferir que, para a Quarta Diretiva, o anexo é considerado como uma demonstração contábil.

A Seção 8 da Quarta Diretiva trata especificamente do anexo, e o Artigo 43º relaciona os treze itens que, no mínimo, devem ser abordados no mesmo.

Muitas das informações exigidas no Artigo 43º da Quarta Diretiva são similares às que são exigidas pela Lei das S.A. brasileira, tais como: critérios de avaliação dos elementos constantes das demonstrações contábeis, investimentos relevantes em outras sociedades, informações sobre as ações que compõem o capital social e informações sobre dívidas de longo prazo.

Interessante observar que o Artigo 43º da Quarta Diretiva exige que, no anexo, sejam informados, entre outros:

- a distribuição do montante da receita líquida por categoria de atividade e por mercado geográfico na medida em que, do ponto de vista da organização da venda dos produtos e da prestação de serviços correspondendo às atividades normais da sociedade, estas categorias e mercados diferem entre si de forma considerável (item 8, parágrafo 1 do Artigo 43º); e
- o número médio de empregados durante o exercício, distribuído por categorias, assim como, se não forem mencionadas separadamente na conta de ganhos e perdas, as despesas com pessoal referentes ao exercício e discriminadas entre salários e ordenados e encargos sociais, mencionando separadamente os encargos com fundos de pensão (item 9, parágrafo 1 do Artigo 43º).

A Lei das S.A. brasileira não determinou que essas duas informações fizessem parte das Notas Explicativas. A primeira delas é internacionalmente conhecida como *segment reporting* e já é exigência das *International Accounting Standards* (IAS) do IASC, desde 1981⁶.

A segunda informação (sobre empregados e sua remuneração) tem sido apresentada por algumas empresas brasileiras num documento divulgado espontaneamente ao público e que tem recebido a denominação de “balanço social”.

Ao iniciar o Artigo 43º, a Quarta Diretiva não excluiu a possibilidade de que, além dos treze itens que enumera, outras informações venham a compor o “anexo”, exigidas/sugeridas por outros Artigos da Diretiva. O exame do seu texto permitiu verificar que isso ocorre em diversos Artigos. Sem a intenção de relacioná-los de forma exaustiva, alguns Artigos são apontados a seguir: 2º (parágrafo 5), 3º, 4º (parágrafos 3 e 4), 13º, 15º (parágrafo 3), 33º (parágrafo 2), 35º (parágrafos 1 e 4), 40º (parágrafo 2), 42º, 50º A, 58º e 59º (parágrafo 2).

Observa-se, na relevância dada pela Quarta Diretiva ao anexo, que a qualidade da informação contábil está muito dependente do conteúdo divulgado por este, uma vez que, além de explicitar e fundamentar dados contidos no balanço e na conta de ganhos e perdas, cabe ao anexo divulgar fatos ou situações que, não recebendo guarida nas outras demonstrações contábeis, são úteis para o usuário, pois influenciam ou podem vir a influenciar nas suas tomadas de decisão.

⁶ A IAS 14, denominada *Reporting Financial Information by Segment* foi revisada em 1997 pelo IASC e, mantendo o mesmo número (IAS 14), passou a denominar-se de *Segment Reporting*. As *International Accounting Standards* (IAS) são conhecidas, no Brasil, por Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

3.3.4 Distribuição do resultado

Como já foi dito, a Quarta Diretiva não previu demonstrações específicas nos moldes das que, no Brasil, recebem a denominação de “Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados” e “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”, nas quais é mostrada a destinação do resultado do exercício.

Apesar disso, a Quarta Diretiva exige que tal destinação seja divulgada juntamente com as contas anuais. Isso ocorre no Artigo 50º, ao estipular que:

Devem ser publicadas ao mesmo tempo que as contas anuais e segundo as mesmas modalidades:

- a proposta da aplicação dos resultados;
- aplicação dos resultados,

no caso em que estes elementos não apareçam nas contas anuais.

Uma vez imposta a exigência, a própria Diretiva abriu a possibilidade da distribuição dos resultados ser apresentada no corpo do balanço ou no corpo da conta de ganhos e perdas, tanto que o Artigo 6º estipula: “Os Estados-membros podem autorizar ou prescrever a adaptação dos esquemas do balanço e da conta de ganhos e perdas, a fim de evidenciar a afectação dos resultados”.

Assim, a distribuição do resultado do exercício, se não for exibida no corpo de uma daquelas demonstrações, deve ser mostrada à parte, ou no anexo (como um de seus itens) ou como uma demonstração específica.

No Brasil, antes do advento da Lei n. 6404/76, a determinação legal societária adotava a alternativa de apresentar a distribuição do resultado no corpo da Demonstração do Resultado do Exercício (então denominada “demonstração da conta de lucros e perdas”).

Os comentários tecidos, sobre o assunto, por VAN HULLE e VAN DER TAS (1995, p. 956), indicam que nos países da UE havia pluralidade de tratamento relativamente à evidenciação da distribuição dos resultados. Por esta razão é que, provavelmente, a Quarta Diretiva obrigou a divulgação, mas abriu um leque de opções sobre como fazê-la.

Sobre a questão, ainda convém ressaltar que o Artigo 50º da Quarta Diretiva estabelece a obrigatoriedade de divulgar não somente a “proposta da aplicação dos resultados” como, também, a “aplicação dos resultados”. Conclui-se, portanto, que a Diretiva preocupou-se com os casos em que a efetiva destinação dos resultados não venha a ser idêntica à proposta.

3.3.5 Relatório de gestão

O “relatório de gestão” está previsto no Artigo 46º (o único da Seção 8) da Quarta Diretiva. Segundo tal Artigo, o relatório de gestão deve conter, “pelo menos, uma exposição fiel acerca da evolução dos negócios e da situação da sociedade” (parágrafo 1 do Artigo 46º).

O parágrafo 2 do mesmo Artigo 46º arrola cinco itens sobre os quais deve o relatório de gestão abordar, dentre eles: os eventos relevantes ocorridos após o término do exercício social, a evolução previsível da sociedade, as atividades de pesquisa e desenvolvimento e a existência de filiais.

O relatório de gestão previsto na Quarta Diretiva é equivalente ao “Relatório da administração” previsto na Lei das S.A. brasileira e pode ser considerado um documento relevante para a compreensão das atividades já desenvolvidas pelas empresas, bem como de suas perspectivas futuras.

A Quarta Diretiva não considera o relatório de gestão uma peça integrante das contas anuais. Todavia, sua elaboração é obrigatória para todas as sociedades abrangidas pela mesma, com exceção das “pequenas empresas” (parágrafo 3 do Artigo 46º).

Com relação à publicação, o relatório de gestão está submetido às mesmas obrigatoriedades das contas anuais. Entretanto, a Quarta Diretiva admite que as legislações dos Estados-membros permitam que o relatório de gestão não seja objeto de publicação. Neste caso, o relatório de gestão deve ser posto à disposição do público na sede da sociedade, no Estado-membro que facultar à não publicação (parágrafo 1 do Artigo 47º).

No caso de a sociedade estar obrigada à auditoria, “a pessoa ou pessoas encarregadas do controlo das contas devem igualmente verificar a concordância do relatório de gestão com as contas anuais do exercício” (letra “b” do parágrafo 1 do Artigo 51º).

Conforme se pode notar, a Quarta Diretiva entende que o relatório de gestão é um elemento informativo tão importante quanto o é o “anexo” (Notas Explicativas).

3.3.6 Princípios contábeis e características qualitativas da informação contábil

No plano teórico, a literatura não é unânime quanto à abrangência da expressão “princípios contábeis”. Casos há em que um corpo de princípios contábeis é tripartido em “postulados”, “princípios” (propriamente ditos) e “convenções” (ou “restrições” ou “normas”), como é a posição de HENDRIKSEN (1982, p. 56). Em outros casos, ocorre uma bipartição em “princípios” e “convenções”, como a adotada por IUDICIBUS et al. (1996, p. 260).

No plano da regulamentação sobre princípios contábeis, a situação, no Brasil, não é diferente. A Resolução CFC n.º 750, de 29 de dezembro de 1993, aponta sete princípios, sem qualquer hierarquização. Já a “Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade”⁷ apresenta os princípios contábeis estratificados em “postulados”, “princípios” (propriamente ditos) e “convenções”.

No que se refere às “características qualitativas da informação contábil”, encontra-se o assunto regulamentado, no Brasil, através da NBC-T-1, aprovada pela Resolução CFC n.º 785, de 28 de julho de 1995.

No plano internacional, utilizando o IASC como referencial, tanto o assunto “princípios contábeis” como o assunto “características qualitativas da informação contábil” são encontrados em duas diferentes Seções do documento denominado *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, que é uma espécie de “estrutura conceitual” que serve como viga mestra quando da emissão das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

Quando do estudo da Quarta Diretiva, observou-se não existirem Seções especificamente reservadas para elencar “princípios contábeis” ou para elencar “características qualitativas da informação contábil”. Todavia, em diversos de seus Artigos existem termos ou

⁷ A “Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade” é um documento elaborado pelo IPECAFI – Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras. Tal documento foi aprovado pelo IBRACOM (Instituto Brasileiro de Contadores) em 22 de novembro de 1985 e referendado pela CVM (Comissão de Valores Imobiliários) através da Deliberação CVM n.º 29, de 5 de fevereiro de 1986.

determinações que guardam similaridade, quer com os princípios contábeis, quer com as características qualitativas da informação contábil, tal como o são tratados pelo IASC e, no Brasil, pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As similaridades encontradas são apontadas, a seguir, com breves comentários nos quais, para simplificação de redação, se utiliza o termo *princípio* ao invés de “princípio contábil” e *característica* ao invés de “característica qualitativa da informação contábil”.

Clareza

A “clareza” está prevista no parágrafo 2 do Artigo 2º da Quarta Diretiva e pode ser equiparada a uma *característica*, prevista tanto pelo IASC, como pelo CFC (Resolução 785/95) com a denominação de “compreensibilidade”.

Consistência

A “consistência” é expressa, na Quarta Diretiva, tanto no Artigo 3º, como na letra “b” do parágrafo 1 do Artigo 31º. Segundo o IASC, é uma *característica* embutida na “comparabilidade” (com a denominação de “uniformidade”). Não é explicitada pelo CFC, mas pode ser induzida como necessária para a existência da *característica* “comparabilidade” (Resolução 785/95).

Relevância

A “relevância” está inserida, na Quarta Diretiva, na letra “a” do parágrafo 3 do Artigo 4º, diretamente ligada a outra *característica*, que é abordada mais adiante: a da “imagem fiel”. O IASC a considera uma das quatro grandes *características*. Se aceito “relevância” como sinônimo de “pertinência”, pode-se inferir que o CFC a tem como necessária para a existência da *característica* “confiabilidade” (Resolução CFC 785/95).

Comparabilidade

Na Quarta Diretiva, esta *característica* aparece no parágrafo 4 do Artigo 4º. É também considerada como *característica*, tanto pelo IASC, como pelo CFC (Resolução 785/95).

Não compensação

A “não compensação” entre contas do ativo e do passivo, ou entre contas de receitas e de despesas, é prevista no Artigo 7º da Quarta Diretiva. Não é possível estabelecer uma direta relação com qualquer *característica*, quer das previstas pelo IASC, quer das previstas pelo CFC, salvo se a “não compensação” for entendida como uma *característica* para dar ênfase à *característica* “compreensibilidade”.

Correspondência de balanços

A “correspondência de balanços” pode ser observada na letra “f” do parágrafo 1 do Artigo 31º da Quarta Diretiva, ao exigir que “o balanço de abertura de um exercício deve corresponder ao balanço de encerramento do exercício precedente”.

Esta *característica*, aparentemente óbvia, tem íntima relação com a “confiabilidade” e com o *princípio* da “continuidade” (apontados, ambos, pelo IASC e pelo CFC).

Avaliação individual

A “avaliação individual” está, na Quarta Diretiva, prevista na letra “e” do parágrafo 1 do Artigo 31º, ao estipular que “os elementos das rubricas do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente”. Não é encontrada *característica* ou *princípio* similares, quer no IASC, quer no CFC.

Continuidade

Na Quarta Diretiva, a “continuidade” das sociedades é um *princípio* explicitado na letra “a” do parágrafo 1 do Artigo 31º. Tal *princípio* também é encontrado na Resolução CFC 750/93 e é um dos dois únicos pressupostos básicos (*underlying assumptions*) enunciados pelo IASC, com a denominação de *going concern*.

Prudência

A “prudência”, na Quarta Diretiva, é apresentada como *princípio* na letra “c” do parágrafo 1 do Artigo 31º. A Resolução CFC 750/93 também considera a “prudência” como um *princípio*. Já o IASC a vê como necessária para a existência da *característica* confiabilidade.

Competência

Na Quarta Diretiva, a redação da letra “d” do parágrafo 1 do Artigo 31º permite observar que, mesmo não sendo utilizada a denominação “competência”, tal *princípio* é por ela adotado. O mesmo *princípio* é explicitado pelo CFC na Resolução 750/93 e é um dos dois únicos pressupostos básicos (*underlying assumptions*) adotados pelo IASC, com a denominação de *accrual basis*.

Preço de aquisição ou custo de produção

É considerado como princípio no Artigo 32º da Quarta Diretiva e também o é pela Resolução CFC 750/93, com a denominação de “princípio do registro pelo valor original”, expressão que o CFC adotou ao invés da já arraigada designação de “custo histórico como base de valor”.

O IASC, no seu *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, abriu uma Seção especial (chamada *Measurement of the Elements of Financial Statements*) na qual elencou o “custo histórico” como sendo uma das diferentes bases de mensuração possíveis de serem adotadas, assim como o *current cost*, o *realisable (settlement) value* e o *present value*. Todavia, reconheceu que o “custo histórico” é a base de mensuração mais comumente utilizada.

Imagem fiel

A expressão “imagem fiel” aparece, especificamente, no parágrafo 3 do Artigo 2º da Quarta Diretiva, sendo que os parágrafos 4 e 5 voltam a citá-la.

A expressão “imagem fiel”, em português, foi a possível tradução da expressão de origem inglesa *true and fair view* adotada na Europa, praticamente apenas pela Inglaterra, Estado-membro que provocou a sua inclusão na Quarta Diretiva com conseqüentes problemas de versão para as demais línguas (KINSERDAL, 1995, p. 129).

Tanto este último autor, como VAN HULLE e VAN DER TAS (1995, p. 950) consideram a *true and fair view* como o mais importante *princípio* contido na Quarta Diretiva. Esses dois últimos autores devotam pormenorizada explanação sobre as questões relacionadas com a introdução do *true and fair view* na Diretiva.

No Brasil, o CFC não considera a “imagem fiel” como um princípio contábil (Resolução CFC 750/93) e não usa tal expressão ao tratar das características da informação contábil (Resolução CFC 785/95). O único elo possível de ligação entre “imagem fiel” e os ditames da Resolução CFC 785/95 seria quando esta abre a Seção 3.1 (Dos Atributos da Informação Contábil) com as seguintes palavras: “a informação contábil deve ser, em geral, e antes de tudo, veraz e eqüitativa, de forma a satisfazer...”.

O IASC, por ser um organismo que congrega um número muito grande de países com “culturas contábeis” de correntes as mais diversas, julgou prudente não incluir o *true and fair view* como uma característica qualitativa da informação contábil. Todavia, não o ignorou. Ao finalizar os comentários sobre as características, disse que se todas as já por ele explicitadas estivessem presentes na informação contábil, poder-se-ia considerá-la dotada de *true and fair view*.

4 BALANÇO (BALANÇO PATRIMONIAL)

O presente capítulo dedica-se, exclusivamente, a analisar a estrutura e o conteúdo dos modelos obrigatórios de balanço, prescritos pelos Artigos 9º e 10º da Quarta Diretiva.

A fim de facilitar o entendimento deste capítulo, o mesmo apresenta-se dividido em quatro seções. Primeiramente, são feitas algumas considerações gerais a respeito do balanço. Na segunda seção são apresentados os modelos de balanço prescritos pela Quarta Diretiva, a comparação entre eles e alguns comentários específicos sobre os mesmos. A terceira seção destaca algumas contas daqueles balanços, consideradas relevantes para uma comparação com a Lei das S.A. brasileira. Na última, são apresentados exemplos dos dois modelos de balanço.

4.1 Considerações Gerais

Conforme mencionado anteriormente, o “balanço” é uma das demonstrações que integram as contas anuais prescritas pela Quarta Diretiva, e equivale ao “Balanço Patrimonial” previsto pela Lei das S.A. brasileira.

O balanço ou Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que tem como objetivo mostrar o patrimônio (bens, direitos e obrigações) de uma dada empresa, num determinado momento, bem como o seu patrimônio líquido, este entendido como a diferença entre ativos (bens e direitos) e passivos (obrigações).

O balanço ou Balanço Patrimonial possui o mesmo objetivo em qualquer país do mundo. Todavia, pode variar consideravelmente a forma de apresentar esta demonstração, ou seja, o modo como é estruturado o seu conteúdo informativo.

Provavelmente, a “cultura contábil” de cada país conduziu a que os diversos componentes do patrimônio e do patrimônio líquido recebessem diferentes posicionamentos quando da construção dos balanços. Isto é, cada país moldou o “seu balanço” de modo que as necessidades informativas dos usuários fossem apresentadas na forma que os mesmos julgaram mais satisfatórias.

Na União Européia, a Quarta Diretiva adotou uma postura conciliatória relativamente às várias possibilidades de apresentar o balanço. Entretanto, ela limitou o número de opções que existiam na prática, visando, assim, enfatizar a comparabilidade e a compreensibilidade dos balanços no âmbito da UE.

Na Quarta Diretiva, há uma seção específica para tratar da estrutura do balanço: a Seção 3 (Artigos 8º a 14º). Esta seção estabelece toda a ordenação que deve ser levada em conta, no âmbito da UE, para a preparação do balanço. Além desta Seção, a Seção 2 (Artigos 3º a 7º) e a Seção 4 (Artigos 15º a 21º) também fornecem disposições que devem ser consideradas quando da sua preparação.

De acordo com o estipulado em tais Seções, verifica-se, fundamentalmente, que:

- para a apresentação do balanço, os Estados-membros poderão escolher um ou os dois modelos de balanço prescritos pelos Artigos 9º e 10º. Se um Estado-membro optar pelos dois modelos, ele pode permitir às empresas de seu território a escolha de um deles (Artigo 8º);
- as contas (rubricas) do balanço ficam contidas em três níveis hierárquicos, quais sejam: letras maiúsculas para indicar os grupos de contas, algarismos romanos para indicar os subgrupos de contas e algarismos arábicos para indicar as contas propriamente ditas;
- a estrutura de apresentação do balanço não pode ser modificada de exercício para exercício; todavia, se houver modificação, tal fato deve ser informado no anexo e com a devida justificativa (Artigo 3º);

- embora as estruturas apresentadas nos Artigos 9º e 10º sejam obrigatórias, os Estados-membros poderão impor agrupamentos, subdivisões ou acréscimos às contas do balanço, desde que não seja modificada a estrutura imposta por aqueles Artigos (Artigo 4º, parágrafos 1 a 3);
- para efeito de comparação, o balanço deve apresentar os valores das contas correspondentes ao exercício atual e ao exercício imediatamente anterior (Artigo 4º, parágrafos 4 e 5);
- as contas do Activo (Ativo) são dispostas por ordem crescente de liquidez, ou seja, em primeiro lugar são apresentados os activos que se destinam, teoricamente, a permanecer na empresa por mais tempo. Já as contas do Passivo devem ser dispostas por ordem crescente de exigibilidade, devendo, portanto, ser apresentados, em primeiro lugar, os passivos cujo prazo de exigibilidade, para a empresa, é mais longo.

No Brasil, quanto à forma de apresentação do Balanço Patrimonial, sempre existiu um modelo a seguir, quer na “Antiga Lei das S.A.” (Decreto-lei n. 2627 de 26 de setembro de 1940), quer na Circular n.º 179, de 11 de maio de 1972, do Banco Central do Brasil, quanto, atualmente, pela Lei n.º 6404/76.

A Lei das S.A brasileira, também, determina uma hierarquia das contas no Balanço Patrimonial. Ela estabeleceu três grupos no Ativo, o último dos quais dividido em três subgrupos:

Ativo Circulante

Ativo Realizável a Longo Prazo

Ativo Permanente (dividido em:)

Investimentos

Ativo Imobilizado

Ativo Diferido

O Passivo, por sua vez, foi dividido em quatro grupos, o último dos quais subdividido em cinco subgrupos:

Passivo Circulante
 Passivo Exigível a Longo Prazo
 Resultados de Exercícios Futuros
 Patrimônio Líquido (dividido em:)
 Capital Social
 Reservas de Capital
 Reservas de Reavaliação
 Reservas de Lucros
 Lucros ou Prejuízos Acumulados

Observa-se que a Lei 6404/76 não alcançou um grau de detalhamento a nível de conta dentro dos subgrupos ou dentro dos grupos que não possuem subgrupos legalmente previstos. Apenas explicitou o que classificar em cada grupo/subgrupo legalmente previsto (artigos 179 a 182).

A Lei das S.A. brasileira também exige a publicação dos valores do Balanço Patrimonial na forma comparativa de dois exercícios sociais consecutivos, de modo a permitir aos usuários uma melhor análise da evolução do patrimônio e do patrimônio líquido da empresa.

A vigente Lei das S.A. brasileira adotou a ordem decrescente de liquidez para as contas do Ativo e a ordem decrescente de exigibilidade para as contas do Passivo, posição oposta à da Quarta Diretiva. Nem sempre isso ocorreu no Brasil.

Enquanto vigente o Decreto-lei n.º 2627, de 26 de setembro de 1940, conhecido como “Antiga Lei das S.A.”, o agrupamento das contas se dava de acordo com o artigo 135 de tal diploma legal:

Ativo

Ativo imobilizado estável ou fixo
 Ativo disponível
 Ativo realizável a curto prazo
 Ativo realizável a longo prazo
 Contas de resultados pendentes (saldo devedor)
 (Contas de compensação)

Passivo

Passivo exigível a longo prazo
 Passivo exigível a curto prazo
 Passivo não exigível (Capital e Reservas)
 Contas de resultado pendente (saldo credor)
 (Contas de compensação)

Não se pode afirmar que as contas, no Ativo, seguiam uma rigorosa ordem crescente de liquidez, apesar dele iniciar com os “ativos imobilizados”. Tampouco, no Passivo, as contas eram dispostas em uma rigorosa ordem: quer crescente, quer decrescente de exigibilidade.

No Brasil, um passo em direção à posição hoje prevalecente na Lei 6404/76 foi a edição, pelo Banco Central do Brasil, da Circular n.º 179, de 11 de maio de 1972. Nela, o agrupamento das contas se dava da seguinte forma:

Ativo

Disponível
Realizável a Curto Prazo
Realizável a Longo Prazo
Imobilizado
Resultado Pendente
(Contas de compensação)

Passivo

Exigível a Curto Prazo
Exigível a Longo prazo
Não Exigível
Pendente
(Contas de compensação)

A adoção do que estabelecia a Circular n.º 179 era compulsória para as empresas emissoras de títulos e valores imobiliários, negociáveis em bolsas de valores e nos demais integrantes do sistema de distribuição no mercado de capitais. Apesar disto, acredita-se que outras empresas brasileiras passaram a adotar espontaneamente a forma de apresentar o “balanço” de acordo com a mencionada Circular: uma espécie de “efeito demonstração”.

4.2 Modelos de Apresentação do Balanço

Conforme foi comentado, a Quarta Diretiva prescreve dois modelos para apresentação do balanço, que são: o modelo do Artigo 9º e o modelo do Artigo 10º.

A Quarta Diretiva não definiu ou classificou ambos os modelos. Todavia, a bibliografia pesquisada denomina o modelo do Artigo 9º de “balanço em forma de conta” ou “balanço em

forma horizontal”. Já o modelo do Artigo 10º é denominado de “balanço em forma de lista” ou “balanço em forma vertical”¹.

Adiante são apresentados os dois modelos de balanço. Como o texto da Quarta Diretiva está anexado na íntegra ao presente trabalho, optou-se por transcrever apenas os grupos de contas que formam cada balanço.

4.2.1 Balanço em forma de conta ou em forma horizontal (Artigo 9º)

O modelo de balanço do Artigo 9º encontra-se dividido em dois títulos: Activo e Passivo.

O Activo é dividido em seis grupos a saber:

- A – Capital subscrito não realizado;
- B – Despesas de estabelecimento;
- C – Activo imobilizado;
- D – Activo circulante;
- E – Contas de regularização;
- F – Prejuízo do exercício.

O Passivo, por sua vez, é dividido em cinco grupos:

- A – Capitais próprios;
- B – Provisões para riscos e encargos;
- C – Dívidas;
- D – Contas de regularização;
- E – Lucro do exercício.

¹ Vide por exemplo os autores: JULVE (1980, p. 227); BLAKE e AMAT (1993, p. 66); VAN HULLE e VAN DER TAS (1995, p. 959); WATTS (1996, p. 249).

O total deste balanço se dá, de acordo com o parágrafo 3 do Artigo 12º, pela soma das contas dos grupos de A até E do Activo. De imediato verifica-se que a letra “F” fica de fora do somatório, dando a entender que a intenção do legislador da Quarta Diretiva era mostrar o total do Activo.

4.2.2 Balanço em forma de lista ou em forma vertical (Artigo 10º)

O modelo de balanço prescrito pelo Artigo 10º não se apresenta dividido em Activo e Passivo, como ocorre com o modelo do Artigo 9º, ainda que contenha contas de natureza ativa e passiva, claramente explicitadas.

A estrutura de apresentação do Artigo 10º lembra muito a forma de uma DRE da Lei das S.A. brasileira, onde as contas são todas dispostas umas abaixo das outras.

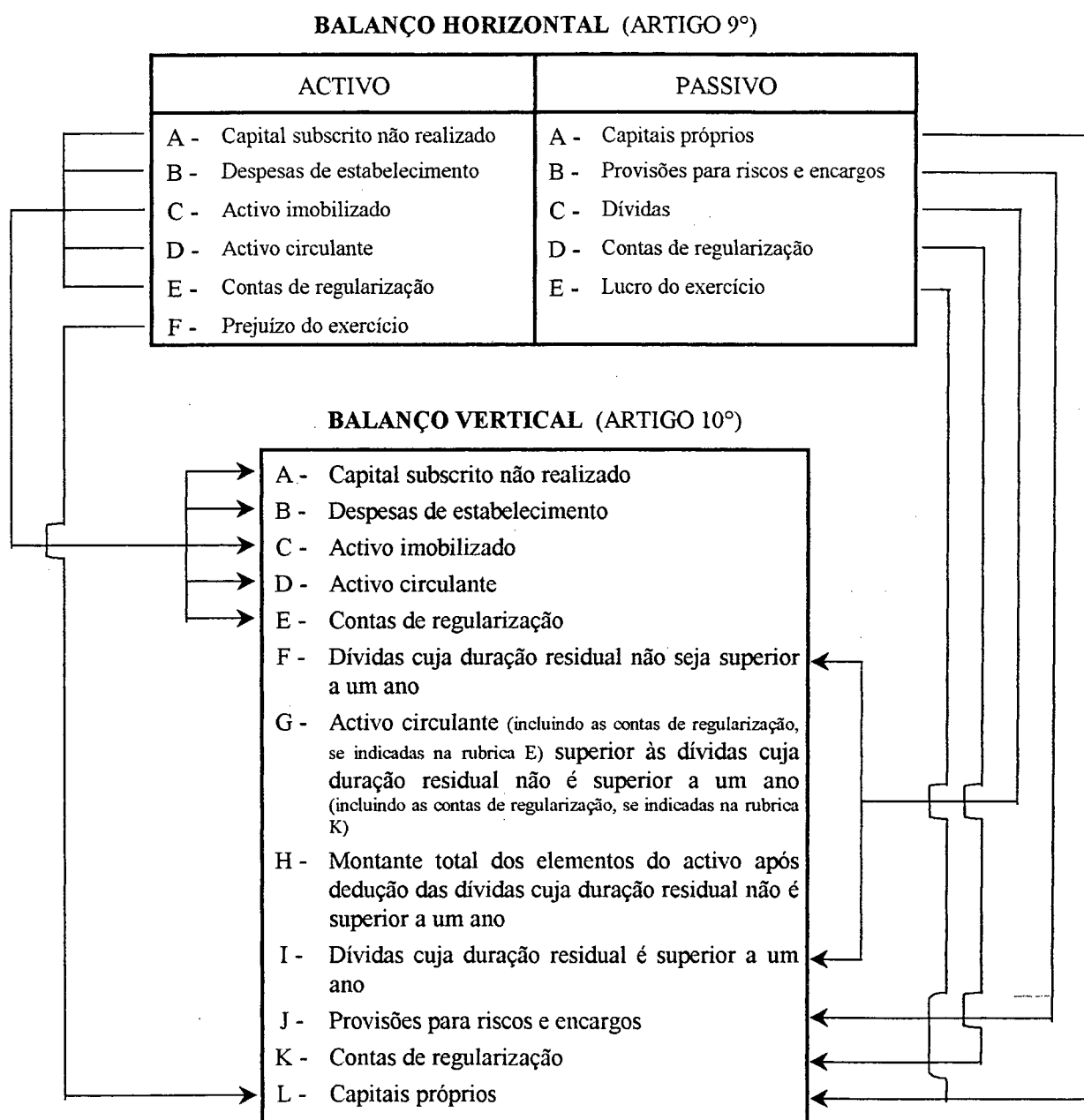
O “balanço em forma de lista” ou “balanço em forma vertical” é composto, ordenadamente, dos seguintes grandes grupos de contas:

- A – Capital subscrito não realizado;
- B – Despesas de estabelecimento;
- C – Activo imobilizado;
- D – Activo circulante;
- E – Contas de regularização;
- F – Dívidas cuja duração residual não seja superior a um ano;
- G – Activo circulante superior às dívidas, cuja duração residual não é superior a um ano;
- H – Montante total dos elementos do activo após dedução das dívidas cuja duração residual não é superior a um ano;
- I – Dívidas cuja duração residual é superior a um ano;
- J – Provisões para riscos e encargos;
- K – Contas de regularização;
- L – Capitais próprios.

4.2.3 Comparação dos modelos de balanço

A seguir são comparados os dois modelos de apresentação do balanço, neles sendo evidenciados apenas os grupos de contas (os que são precedidos de letras).

Na figura, as setas partem do modelo de “balanço horizontal” (Artigo 9º) para atingir a forma de “balanço vertical” (Artigo 10º).



Conforme se pode verificar, é grande a similaridade do conteúdo informativo dos dois modelos de balanço.

Enquanto que o balanço no modelo horizontal visualiza a equação básica da contabilidade expressa por:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido} \quad ,$$

o balanço no modelo vertical visualiza a mesma equação básica da contabilidade expressa de outra forma, qual seja:

$$\begin{array}{r} \text{Ativo} \\ \text{(menos) } \underline{\text{Passivo}} \\ \hline = \text{Patrimônio Líquido} \end{array}$$

No Brasil, pelo menos desde o advento da Antiga Lei das S.A., o Balanço Patrimonial assume a forma de balanço horizontal, motivo pelo qual o balanço em forma vertical chama a atenção e exige comentários adicionais.²

O montante do Capital Circulante Líquido (CCL) é uma informação relevante a qual, no Brasil e em outros países, é apresentada na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). A União Européia resolveu evidenciar o montante do CCL no corpo do balanço em forma vertical, e o fez através do valor do grupo “G”:

“G - Activo circulante (incluindo as contas de regularização, se indicadas na rubrica E) superior às dívidas cuja duração residual não é superior a um ano (incluindo as contas de regularização, se indicadas na rubrica K).”

Ou seja:

$$\text{CCL} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

(no Brasil)

$$\text{G} = \text{Activo circulante} - \begin{array}{l} \text{Dívidas cuja duração} \\ \text{residual não seja} \\ \text{superior a um ano} \end{array}$$

(na UE)

$$\text{G} = \text{D} - \text{F}$$

² Vários destes comentários têm sua fonte em autores tais como: VAN HULLE e VAN DER TAS; JULVE; e KINSERDAL.

No cálculo do CCL, a Quarta Diretiva não se descuidou das contas de regularização (quer as do Activo, quer as do Passivo), motivo pelo qual a expressão completa da letra “G” é a seguinte:

$$G = (D + E) - (F + K)$$

Sobre as contas de regularização (letras “E” e “K”) serão tecidos comentários na seção 4.3.4 deste trabalho.

Outra informação contida no balanço vertical, e que merece considerações especiais, é a letra “H”:

“H - Montante total dos elementos do activo após dedução das dívidas cuja duração residual não é superior a um ano.”

Não foi encontrado, no Brasil, terminologia similar à adotada, pela União Européia, para a descrição da letra “H”. Por esta razão, resolveu-se adotar a seguinte denominação: “Ativos financiados por capitais próprios e por capitais de terceiros de longo prazo”.

O montante da letra “H” é obtido através da expressão:

$$H = \text{Total do Ativo} - \text{Passivo Circulante}$$

(no Brasil)

$$H = \text{Total do Ativo} - \text{Dívidas cuja duração residual não seja superior a um ano}$$

(na UE)

$$H = (A + B + C + D) - F$$

Também no cálculo da letra “H”, a Quarta Diretiva levou em consideração as contas de regularização (quer as do Activo, quer as do Passivo). Por este motivo, a expressão completa para a letra “H” é:

$$H = (A + B + C + D + E) - (F + K)$$

O balanço em forma vertical contém a letra “J”, que trata de dívidas, ou seja, efetivos passivos reunidos sob a denominação “Provisões para riscos e encargos”. Sobre tais provisões são tecidos comentários na seção 4.3.8 deste trabalho.

Resta mostrar que, efetivamente, a estrutura do balanço vertical se inspira na equação expressa na forma:

Ativo (menos) <u>Passivo</u> = Patrimônio Líquido

Verifica-se que até a letra “E” (inclusive), o balanço vertical já evidenciou todos os itens componentes do ativo.

A posterior inclusão da letra “F” (dívidas de curto prazo) visou a obtenção da letra “G” (o CCL).

Constata-se que a letra “H” é um “recomeço sintético” do balanço uma vez que o “H” é todo o ativo deduzido das dívidas de curto prazo.

Para que o Patrimônio Líquido (PL) seja obtido, resta apenas deduzir da letra “H” as demais dívidas, que são as contidas nos grupos “I”, “J” e “K”. Desta forma, o PL (que a Quarta Diretiva denomina de “Capitais próprios”; letra “L”) decorre de:

H (Montante total dos elementos do activo após dedução das dívidas cuja duração residual não é superior a um ano) (menos) I (Dívidas cuja duração residual é superior a um ano) (menos) J (Provisões para riscos e encargos) (menos) <u>K</u> (Contas de regularização) = L (Capitais próprios)

4.3 Comentários Sobre Alguns Itens dos Modelos de Balanço

Esta seção visa comentar os grupos, subgrupos e contas dos modelos de balanço prescritos pela Quarta Diretiva que chamam a atenção, tanto pelos seus significados, como pelas suas localizações no balanço. Contudo, não é feito um estudo exaustivo a respeito dos mesmos.

Para facilitar a redação desta seção, o termo “item” é utilizado para se referir, indistintamente, quer aos grupos, quer aos subgrupos, quer às contas.

4.3.1 Capital subscrito não realizado

O “Capital subscrito não realizado” sustenta a parcela do capital ainda não integralizado pelos sócios da empresa. Hoje, no Brasil, esta conta aparece como redutora do Capital Social, no Patrimônio Líquido, com a denominação de Capital a Integralizar ou Capital a Realizar. A Quarta Diretiva permite que esta conta apareça, nos modelos de balanço, em um dos seguintes locais:

- No balanço horizontal (Art. 9º):
 - a) grupo A, do Activo; ou
 - b) grupo D, subgrupo II, conta 5, do Activo; ou
 - c) grupo A, subgrupo I, do Passivo.

- No balanço vertical (Art. 10º):
 - a) grupo A; ou
 - b) grupo D, subgrupo II, conta 5; ou
 - c) grupo L, subgrupo I.

O Brasil, na vigência da Antiga Lei das S.A., admitia o posicionamento da conta Capital a Integralizar no Ativo. Já a Circular n.º 179 exigia o seu posicionamento como conta redutora do Capital Subscrito, no “Não Exigível” (anterior denominação do Patrimônio Líquido).

4.3.2 Despesas de estabelecimento

No Brasil, esta conta equivale às Despesas Pré-Operacionais, constantes do Ativo Diferido.

A Quarta Diretiva permite que as “Despesas de estabelecimento” sejam mostradas, nos modelos de balanço, em um dos seguintes locais:

- No balanço horizontal (Art. 9º):
 - a) grupo B, do Activo; ou
 - b) grupo C, subgrupo I, conta 1, do Activo.

- No balanço horizontal (Art. 9º):
 - a) grupo B; ou
 - b) grupo C, subgrupo I, conta 1.

No parágrafo 4 do Artigo 15º, a Quarta Diretiva exige que as movimentações ocorridas na conta Despesas de estabelecimento sejam apresentadas no balanço ou no anexo.

FERREIRA (1994, p. 207) transcreve integralmente as contas anuais da empresa portuguesa SOMICOR – Sociedade Mineira de Neves Corvo SA, relativas ao exercício social findo em 31.12.1989, no apêndice A de seu trabalho. Em tais contas anuais, pôde ser observado que, realmente, as Despesas de estabelecimento tiveram a sua movimentação devidamente evidenciadas no anexo.

4.3.3 Dívidas

No modelo de balanço em forma vertical existem dois grupos para abrigar as dívidas, em função de seus vencimentos:

- a) o grupo F: Dívidas cuja duração residual não seja superior a um ano; e
- b) o grupo I: Dívidas cuja duração residual é superior a um ano.

No Brasil, que adota o Balanço Patrimonial em forma horizontal, a separação das dívidas conforme seus prazos de vencimento, se dá através do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo.

No modelo de balanço em forma horizontal, a Quarta Diretiva reuniu as dívidas em um só grupo: o grupo “C” do Passivo, que recebe a denominação genérica “Dívidas”. Porém, exige que, para cada conta apresentada dentro de tal grupo, haja separação em função do prazo de vencimento.

4.3.4 Contas de regularização (do Activo e do Passivo)

Na Quarta Diretiva, tanto no Activo, quanto no Passivo, estão previstas as “Contas de regularização”.

As “Contas de regularização do Activo” são definidas no artigo 18º da Quarta Diretiva. Esta conta suporta o registro de direitos decorrentes de duas situações distintas a saber:

- a) Valores que serão despesas de exercício(s) seguinte(s), pelas quais a empresa já efetuou o correspondente desembolso. O recebimento de tais direitos não se fará, em princípio, em moeda corrente, mas, sim, pelo recebimento de bens e serviços. São exemplos as seguintes situações: seguros pagos antecipadamente, aluguéis pagos antecipadamente, comissões e prêmios pagos antecipadamente.
- b) Valores que são receitas deste exercício, cujo recebimento ocorrerá no(s) exercício(s) seguinte(s). Ao contrário do caso anterior, estes direitos serão recebidos, em princípio, em moeda corrente. Exemplo: juros de mora auferidos ainda não recebidos.

As Contas de regularização do Activo podem aparecer nos balanços prescritos pela Quarta Diretiva nos seguintes locais:

- No balanço horizontal (Art. 9º):
 - a) grupo E, do Activo; ou
 - b) grupo D, subgrupo II, conta 6, do Activo.
- No balanço vertical (Art. 10º):
 - a) grupo E; ou
 - b) grupo D, subgrupo II, conta 6.

Por sua vez, as “Contas de regularização do Passivo” são definidas no Artigo 21º da Quarta Diretiva. Esta conta registra as obrigações decorrentes de duas situações, a saber:

- a) Valores que serão receitas de exercício(s) seguinte(s), pelas quais a empresa já os recebeu. A liquidação destas obrigações se fará, em princípio, com a entrega de bens ou serviços. São exemplos: adiantamentos recebidos de clientes, aluguel recebido antecipadamente.
- b) Valores que são despesas deste exercício, cujo desembolso ocorrerá no(s) exercício(s) seguinte(s). Ao contrário do caso anterior, estas obrigações são liquidadas, em princípio, com moeda corrente. São exemplos: aluguéis a pagar, juros a pagar, comissões e prêmios a pagar.

As “Contas de regularização do Passivo” podem aparecer nos balanços prescritos pela Quarta Diretiva, nos seguintes locais:

- No balanço horizontal (Art. 9º):
 - a) grupo D, do Passivo; ou
 - b) grupo C, conta 9, do Passivo.
- No balanço vertical (Art. 10º):
 - a) conta K; ou
 - b) grupo F, conta 9; ou
 - c) grupo I, conta 9.

A descrição do que deve ser registrado nas “Contas de regularização” (Artigos 18º e 21º da Quarta Diretiva), permite concluir que elas guardam estreita relação com a correta avaliação dos ativos e dos passivos por ocasião da elaboração do balanço e, por consequência, com a correta determinação do “resultado do exercício”, em consonância com o “Princípio da Competência”.

A atual legislação societária brasileira não previu grupos ou subgrupos com tal denominação (ou similar) e, tampouco mencionou Contas de regularização ao descrever o que classificar nos grupos/subgrupos.

Todavia, a literatura contábil brasileira já se utilizou da expressão. FLORENTINO (1980, p. 33) apresenta a expressão “contas provisórias” como sinônima das “contas de regularização” ou de “contas pendentes”.

Ao exemplificar a utilização de tais contas, cria situações similares às antes descritas nos itens “a)” das Contas de regularização da Quarta diretiva. Nos seus exemplos, FLORENTINO (1980, p. 98) adota as contas “Despesa(s) Antecipada(s)” e “Receita(s) Antecipada(s)” para, respectivamente, o que, na Quarta Diretiva, são contas de regularização do Activo e do Passivo³.

Despesas Antecipadas e Receitas Antecipadas são, na literatura e prática brasileira, por vezes utilizadas como sinônimos de, respectivamente, Despesas Diferidas e Receitas Diferidas.

Estas últimas são explicitadas, no modelo de balanço da Circular n.º 179, nos grupos “Resultado pendente” (do Ativo) e “Pendente” (do Passivo). Retrocedendo no tempo, é interessante lembrar que a Antiga lei das S.A. brasileira previa, tanto no Ativo, quanto no Passivo, o grupo “Contas de Resultado Pendente”.

As Contas de regularização da Quarta diretiva também abrangem as situações descritas nos itens “b)” quando, anteriormente, foram mencionados os artigos 18º e 21º da Diretiva. Situações similares são descritas na literatura contábil brasileira por autores, tais como, FRANCO (1983, p. 326), VIANA (1957, p. 145) e D’ÁURIA (1954, p. 55).

Em todos eles, o assunto é apresentado intimamente ligado aos cuidados a serem tomados na preparação dos “balanços” quando, então, se valem de expressões, como, “lançamentos retificativos”, “ajustes de receitas e despesas” e “regularização de contas”.

Dos autores citados, D’ÁURIA (1954, p. 55) utiliza alguns exemplos dos quais, dentre outros, apresenta as contas “Pequenos Devedores”, “Alugueres a Pagar” e “Ordenados a Pagar” e as chama de “contas transitórias”. No seu entender, “denominamos contas transitórias as que são abertas, provisoriamente, por ocasião do balanço, a-fim-de ser representada a verdadeira situação patrimonial, para serem extintas logo `a abertura do novo exercício”.

³ As Despesas Antecipadas utilizam-se para ativos representativos de desembolsos efetuados em um exercício social e que “se transformarão” em despesa apenas no(s) exercício(s) seguinte(s). As Receitas Antecipadas, utilizam-se para passivos representativos de valores recebidos em um exercício social e que “se transformarão” em receita apenas no(s) exercício(s) seguinte(s).

Observou-se, nos autores, preocupações com a precisão da avaliação dos ativos e dos passivos por ocasião dos “balanços” (com a conseqüente precisão da mensuração do resultado do exercício). Ou seja, o que nos dias de hoje, seria expresso como “respeito ao Princípio da Competência aplicado ao exercício social”. Como tal preocupação não é manifestada relativamente a intervalos menores (meses, por exemplo), pode-se inferir que não era praxe um rigoroso respeito ao “Princípio da Competência”, aplicada a períodos menores do que ao do exercício social ⁴.

Como atualmente a geração de relatórios contábeis em períodos mensais é uma necessidade de gestão e o Princípio da Competência um mandamento largamente aceito em nível internacional (esposado, inclusive, pela Quarta Diretiva), causa estranheza a criação de um específico grupo de “Contas de regularização” nos ativos e nos passivos, como o fez a Diretiva.

4.3.5 Resultado do exercício e resultados transitados

Os balanços prescritos pela Quarta Diretiva determinam que o resultado do exercício, lucro ou prejuízo, deve aparecer em locais específicos, quais sejam:

- No balanço horizontal (Art. 9º):
 - a) grupo F, do Activo, quando o resultado for prejuízo; ou
 - b) grupo A, subgrupo VI, do Passivo, independente de o resultado ser lucro ou prejuízo; ou
 - c) grupo E, do Passivo, quando o resultado for lucro. ou
- No balanço vertical (Art. 10º):
 - a) grupo L, subgrupo VI, independente do resultado ser lucro ou prejuízo.

Nota-se que a Quarta Diretiva entendeu ser relevante isolar em local próprio, no balanço, o valor do lucro ou do prejuízo do exercício.

⁴ Ressalta-se que dos três autores citados, apenas FRANCO utiliza a expressão “princípio da competência dos exercícios”. VIANA utiliza a expressão “regime de competência”. D’ÁURIA não utiliza qualquer das duas.

Os resultados de exercícios anteriores que não receberam destinação são, pela Quarta Diretiva, suportados no subgrupo “V. Resultados transitados” que aparecem nos seguintes locais:

- No balanço horizontal (Art. 9º): no grupo A, do Passivo.
- No balanço vertical (Art. 10º): no grupo L.

No Brasil, a atual legislação societária não exige referida separação, cabendo ao subgrupo “Lucros ou Prejuízos Acumulados” (do Patrimônio Líquido) receber o valor do resultado do exercício.

4.3.6 Activo imobilizado

Na Seção 4 “Disposições particulares respeitantes a certas rubricas do balanço”, a Quarta Diretiva assinala que “o activo imobilizado compreende os elementos do património que se destinam a servir de maneira durável a atividade da empresa” (parágrafo 2, Artigo 15º).

A definição acima abrange os três subgrupos do Activo imobilizado (Imobilizações corpóreas, Imobilizações incorpóreas e Imobilizações financeiras), não havendo uma preocupação, por parte da Quarta Diretiva, de defini-los individualmente. O conteúdo de cada um destes subgrupos é explicitado por meio das diversas contas formalmente listadas em cada um deles.

No balanço, as contas de cada um dos subgrupos podem ser mostradas de duas formas. Uma é apontando o custo de aquisição ou de produção em uma conta e, através de conta redutora, as “correções de valor acumuladas”. Outra forma, é evidenciar apenas o valor contábil líquido de cada conta, caso em que o detalhamento deve ser evidenciado no anexo.

Cabe salientar que a Lei das S.A. brasileira não faz menção a respeito desta forma de evidenciar o Ativo Imobilizado. Todavia, algumas empresas brasileiras já estão exibindo, nas Notas Explicativas, quadros em consonância com a segunda forma mencionada no parágrafo anterior.

Segundo a letra “a”, do parágrafo 3, do Artigo 15º, “os movimentos das diversas rubricas do activo imobilizado devem ser indicadas no balanço ou no anexo”.

Deste modo, a Quarta Diretiva entendeu não ser suficiente mostrar apenas os saldos iniciais e finais das diversas contas que compõem o Activo imobilizado. Ela exigiu que sejam explicitados, por suas naturezas, os acréscimos e os decréscimos ocorridos no exercício social em cada uma das contas, tanto na que contém o custo de aquisição/produção, quanto nas respectivas contas de “correções de valor acumuladas”.

Nas contas anuais da SOMICOR – Sociedade mineira de neves Corvo SA, referidas na seção 4.3.2, observa-se que tal comportamento foi realmente adotado por aquela empresa portuguesa (FERREIRA, 1994, p. 207).

Convém ressaltar que as contas que levam o nome de “correções de valor acumuladas” são as que, no Brasil, denomina-se de Depreciações Acumuladas, Amortizações Acumuladas e Exaustões Acumuladas.

4.3.7 Acções próprias

As Acções próprias, que equivalem no Brasil às “Ações em Tesouraria”, são as ações da empresa que foram adquiridas pela própria empresa.

Ao contrário do Brasil, em que a Lei das S.A. determina que as Ações em Tesouraria devem ser destacadas no Balanço Patrimonial como conta redutora do Patrimônio Líquido, a Quarta Diretiva prescreve que as Acções próprias serão mostradas nos balanços, ou como item do Activo imobilizado ou como item do Activo circulante.

A inclusão das Acções próprias nesses grupos depende da estratégia da empresa: se a mesma desejar reter as ações, estas devem ser classificadas no Activo imobilizado; se a empresa deseja vender as ações adquiridas num futuro próximo, estas serão classificadas no Activo circulante.

Para ambos os casos, a Quarta Diretiva exige a formação de uma reserva específica dentro dos Capitais próprios, com o mesmo montante pago pelas Acções próprias.

Cabe salientar que houve discussões, na UE, para permitir que as Acções próprias pudessem ser assinaladas como uma conta redutora dos Capitais próprios, assim como é praxe no Brasil. Porém, esta opção não foi acatada (VAN HULLE e VAN DER TAS, 1995, p. 966).

Os locais, nos modelos de balanço, onde as Acções próprias podem aparecer são os seguintes:

- No balanço horizontal (Art. 9º):
 - a) grupo C, subgrupo III, conta 7, do Activo; ou
 - b) grupo D, subgrupo III, conta 2, do Activo.

- No balanço vertical (Art. 10º):
 - a) grupo C, subgrupo III, conta 7; ou
 - b) grupo D, subgrupo III, conta 2.

4.3.8 Provisões para riscos e encargos

De acordo com IUDÍCIBUS et al. (1995, p. 402), “as provisões são normalmente encargos e riscos já conhecidos, e seus valores são calculáveis, mesmo por estimativa”.

A característica principal das provisões é a que seus valores são frutos de estimativas, as quais, de acordo com o artigo 6º da Resolução CFC 750/93, devem ser compulsoriamente registradas, desde que tecnicamente estimáveis (“Princípio da Oportunidade”).

No Brasil, são conhecidos dois tipos de provisões que podem ser divulgados no Balanço Patrimonial:

- a) As provisões que retificam o valor de uma conta do ativo. São exemplos: as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e as Provisões para Perdas em Estoques.

- b) As provisões que registram obrigações futuras, quer no Passivo Circulante, quer no Passivo Exigível a Longo Prazo. São exemplos: as Provisões para 13º Salário, as Provisões para Férias e as Provisões para Assistências Técnicas.

Em qualquer das situações acima, as contas de provisões sempre apresentam saldo credor. As provisões que retificam elementos do ativo são demonstradas logo após a conta ativa retificada, precedida do sinal “(-)”. Já as provisões que registram obrigações serão demonstradas no Passivo Circulante ou no Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme seu prazo.

A Quarta Diretiva instituiu um grupo denominado “Provisões para riscos e encargos”, que, no balanço horizontal, é representado pela letra “B” do Passivo e, no balanço vertical, pela letra “J”.

Tal grupo é utilizado, única e exclusivamente, para registrar provisões representativas de dívidas. Tanto é verdade que há, no parágrafo 3 do Artigo 20º, proibição expressa deste grupo suportar quaisquer valores que visem retificar itens do Activo.

É importante ressaltar que a Quarta Diretiva admite a existência de provisões que retificam itens do Activo. Apesar disto, para estas, não utiliza o termo “provisões”, mas sim, da expressão “correções de valor”. Tal afirmação está embasada no exame de alguns artigos contidos na Seção 7 da Quarta Diretiva, que trata das “Regras de valorimetria”.

Ainda com relação ao grupo Provisões para riscos e encargos, chama a atenção o fato de a Diretiva não ter se preocupado com o prazo de vencimento (curto ou longo) das dívidas nela registradas. No Brasil, tal situação não ocorre, uma vez que as provisões representativas de dívidas ficam automaticamente registradas em um dos seguintes grupos: ou no Passivo Circulante ou no Passivo Exigível a Longo Prazo.

4.4 Exemplos com os Modelos de Balanço

A seguir são apresentados exemplos que possibilitam verificar, na prática, o conteúdo informativo obtido, tanto com o balanço horizontal (Artigo 9º), quanto com o balanço vertical (Artigo 10º).

Os exemplos foram elaborados de maneira a permitir quatro opções de balanço (duas no modelo horizontal e duas no modelo vertical) que demonstrassem as situações “mais estranhas” à realidade brasileira. Isto é, os exemplos trazem à tona aquelas peculiaridades discutidas

anteriormente, com respeito à localização de alguns itens nos modelos de balanço prescritos pela Quarta Diretiva.

Dados para o exemplo:

Em 31 de dezembro de 199X, após a apuração do resultado do exercício, a Companhia UE possuía os seguintes valores, expressos em ECU:

Caixa	50
Clientes (a curto prazo)	37
Clientes (a longo prazo)	26
Mercadorias (estoques)	40
Instalações técnicas e máquinas	58
Goodwill adquirido (Trespasse adquirido)	13
Despesas pré-operacionais (Despesas de estabelecimento)	18
Ações em tesouraria (Acções próprias) sem caráter de permanência	15
Ações em tesouraria (Acções próprias) com caráter de permanência	11
Seguros pagos antecipadamente até um ano (Conta de regularização do Activo)	24
Fornecedores (a curto prazo)	44
Fornecedores (a longo prazo)	21
Empréstimos bancários (a curto prazo)	23
Empréstimos bancários (a longo prazo)	10
Provisões para riscos e encargos (a longo prazo)	19
Adiant. recebidos de clientes até um ano (Conta de regularização do Passivo)	20
Capital social subscrito (Capital subscrito)	70
Capital a integralizar (Capital subscrito não realizado)	25
Reservas	61
Resultados acumulados (Resultados transitados)	33
Resultado do exercício (Lucro do exercício)	16

Com base nos dados anteriores, as opções de montagem dos exemplos são:

- **Opção 1:** balanço horizontal contendo o “Capital subscrito não realizado”, as “Despesas de estabelecimento”, as “Contas de regularização (do Activo e do Passivo)” e o “Resultado do exercício (Lucro do Exercício)” como grupos (itens precedidos de letras maiúsculas).
- **Opção 2:** balanço horizontal contendo o “Capital subscrito não realizado”, as “Despesas de estabelecimento” e as “Contas de regularização (do Activo e do Passivo)”, como contas (itens precedidos de algarismos arábicos). Já o “Resultado do exercício (Lucro do Exercício)” aparece nesta opção como um subgrupo (item precedido de algarismo romano).
- **Opção 3:** balanço vertical contendo o “Capital subscrito não realizado”, as “Despesas de estabelecimento” e as “Contas de regularização (do Activo e do Passivo)” como grupos.
- **Opção 4:** balanço vertical contendo o “Capital subscrito não realizado”, as “Despesas de estabelecimento” e as “Contas de regularização (do Activo e do Passivo)” como contas.

[illegible]

ACTIVO		PASSIVO	
A	CAPITAL SUBSCRITO NÃO REALIZADO	A	CAPITAIS PRÓPRIOS
B	DESPESAS DE ESTABELECIMENTO	I	Capital subscrito
C	ACTIVO IMOBILIZADO	II	Reservas
I	Imobilizações Incorpóreas	V	Resultados Transitados
1	Despesas de estabelecimento	VI	Resultado do Exercício
3	Trespasse	B	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS
II	Imobilizações Corpóreas	C	DÍVIDAS
2	Instalações técnicas e máquinas	2	Dívidas aos estabelecimentos de crédito
III	Imobilizações Financeiras	- mais de um ano	10
7	Ações próprias	- até um ano	23
D	ACTIVO CIRCULANTE	4	Dívidas por compras
I	Existências	- mais de um ano	21
3	Mercadorias	- até um ano	44
II	Créditos	9	Contas de Regularização
1	Créditos resultantes de vendas:	D	CONTAS DE REGULARIZAÇÃO
- mais de um ano	26	E	LUCRO DO EXERCÍCIO
- até um ano	37		
5	Capital subscrito não realizado		
6	Contas de regularização		
III	Valores Mobiliários		
2	Ações próprias		
IV	Caixa		
E	CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
	TOTAL DO ACTIVO		TOTAL DO PASSIVO
	317		317

BALANÇO DA COMPANHIA UE em 31/12/199X
(De acordo com o Artigo 10º da Quarta Diretiva)

OPÇÃO 3

A	CAPITAL SUBSCRITO NÃO REALIZADO		25
B	DESPESAS DE ESTABELECIMENTO		18
C	ACTIVO IMOBILIZADO		
I	Imobilizações Incorpóreas		
1	Despesas de estabelecimento	—	
3	Trespasse	13	
II	Imobilizações Corpóreas		
2	Instalações técnicas e máquinas	58	
III	Imobilizações Financeiras		
7	Acções próprias	11	82
			<hr/>
D	ACTIVO CIRCULANTE		
I	Existências		
3	Mercadorias	40	
II	Créditos		
1	Créditos resultantes de verbas:		
-	mais de um ano	26	
-	até um ano	37	63
5	Capital subscrito não realizado	—	
6	Contas de regularização	—	
III	Valores Mobiliários		
2	Acções próprias	15	
IV	Caixa	50	168
			<hr/>
E	CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		24
			<hr/>
			317
F	DÍVIDAS CUJA DURAÇÃO RESIDUAL NÃO SEJA SUPERIOR A UM ANO		
2	Dívidas aos estabelecimentos de crédito	23	
4	Dívidas por compras	44	
9	Contas de regularização	—	67
			<hr/>
G	ACTIVO CIRCULANTE (incluindo as contas de regularização, se indicadas na rubrica E) SUPERIOR AS DÍVIDAS CUJA DURAÇÃO RESIDUAL NÃO É SUPERIOR A UM ANO (incluindo as contas de regularização, se indicadas na rubrica K)		105
H	MONTANTE TOTAL DOS ELEMENTOS DO ACTIVO APÓS DEDUÇÃO DAS DÍVIDAS CUJA DURAÇÃO RESIDUAL NÃO É SUPERIOR A UM ANO		230
I	DÍVIDAS CUJA DURAÇÃO RESIDUAL É SUPERIOR A UM ANO		
2	Dívidas aos estabelecimentos de crédito	10	
4	Dívidas por compras	21	31
			<hr/>
J	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		19
K	CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		20
			<hr/>
			180
L	CAPITAIS PRÓPRIOS		
I	Capital Subscrito	70	
IV	Reservas	61	
V	Resultados Transitados	33	
VI	Resultado do Exercício	16	180
			<hr/>

BALANÇO DA COMPANHIA UE em 31/12/199X
(De acordo com o artigo 10º da Quarta Diretiva)

OPÇÃO 4

A	CAPITAL SUBSCRITO NÃO REALIZADO			—
B	DESPESAS DE ESTABELECIMENTO			—
C	ACTIVO IMOBILIZADO			
I	Imobilizações Incorpóreas			
1	Despesas de estabelecimento	18		
3	Trespasse	13	31	
II	Imobilizações Corpóreas			
2	Instalações técnicas e máquinas		58	
III	Imobilizações Financeiras			
7	Acções próprias		11	100
D	ACTIVO CIRCULANTE			
I	Existências			
3	Mercadorias		40	
II	Créditos			
1	Créditos resultantes de verbas:			
-	mais de um ano	26		
-	até um ano	37	63	
5	Capital subscrito não realizado		25	
6	Contas de regularização		24	112
III	Valores Mobiliários			
2	Acções próprias		15	
IV	Caixa		50	217
E	CONTAS DE REGULARIZAÇÃO			—
				317
F	DÍVIDAS CUJA DURAÇÃO RESIDUAL NÃO SEJA SUPERIOR A UM ANO			
2	Dívidas aos estabelecimentos de crédito	23		
4	Dívidas por compras	44		
9	Contas de regularização	20	87	
G	ACTIVO CIRCULANTE (incluindo as contas de regularização, se indicadas na rubrica E) SUPERIOR AS DÍVIDAS CUJA DURAÇÃO RESIDUAL NÃO É SUPERIOR A UM ANO (incluindo as contas de regularização, se indicadas na rubrica K)			130
H	MONTANTE TOTAL DOS ELEMENTOS DO ACTIVO APÓS DEDUÇÃO DAS DÍVIDAS CUJA DURAÇÃO RESIDUAL NÃO É SUPERIOR A UM ANO			230
I	DÍVIDAS CUJA DURAÇÃO RESIDUAL É SUPERIOR A UM ANO			
2	Dívidas aos estabelecimentos de crédito	10		
4	Dívidas por compras	21	31	
J	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS			19
K	CONTAS DE REGULARIZAÇÃO			—
				180
L	CAPITAIS PRÓPRIOS			
I	Capital Subscrito		70	
IV	Reservas		61	
V	Resultados Transitados		33	
VI	Resultado do Exercício		16	180

Conforme se pôde observar, nas opções 3 e 4 foram incluídos valores que não são explicitamente previstos no modelo de balanço vertical da Quarta Diretiva, quais sejam:

- os 317 ECU posicionados logo abaixo da letra “E”, que foram colocados para ressaltar o total do balanço (parágrafo 3, do Artigo 12º, da Quarta Diretiva); e
- os 180 ECU posicionados logo abaixo da letra “K”, que foram colocados para ressaltar o valor Patrimônio Líquido (PL) por diferença entre o Activo e o Passivo. PL esse que é verificado na explosão dos capitais próprios no grupo “L”.

Também, observa-se que os passivos circulantes nas opções 3 e 4 não coincidem, o que, conseqüentemente, faz com que o CCL de ambas as opções sejam diferentes. A razão desta diferença não se deve a erro na montagem do exemplo, mas sim devido aos 25 ECU registrados no grupo “Capital subscrito não realizado”, da opção 3, que, certamente, a Quarta Diretiva esqueceu de comentar que deve-se somar ao total do Activo circulante, quando do cálculo do CCL. Abaixo, com base na expressão evidenciada na seção 4.2.3 deste trabalho, tem-se a comprovação daquela afirmação:

- cálculo do CCL da opção 3:

$$G = (D + E) - (F + K)$$

$$G = (168 + 24) - (67 + 20)$$

$$G = 192 - 87$$

$$G = 105$$

- cálculo do CCL da opção 4:

$$G = D - F$$

$$G = 217 - 87$$

$$G = 130$$

Adiante, apenas por curiosidade, é apresentado como os dados do exemplo ficariam dispostos no Balanço Patrimonial exigido pela atual legislação societária do Brasil (Lei 6404/76).

BALANÇO DA COMPANHIA UE em 31/12/199X
(De acordo com a Lei 6404/76)

A T I V O		P A S S I V O	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa	50	Fornecedores	44
Duplicatas a Receber	37	Adiantamentos Recebidos de Clientes	20
Estoques	40	Empréstimos Bancários	23
Seguros Pagos Antecipadamente	24		87
	151		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Duplicatas a Receber	26	Fornecedores	21
		Empréstimos Bancários	10
		Provisões	19
			50
ATIVO PERMANENTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
INVESTIMENTOS		Capital Subscrito	70
ATIVO IMOBILIZADO		(-)Capital a Integralizar	(25)
Goodwill Adquirido	13	Reservas	61
Instalações Técnicas e Máquinas	58	Lucros Acumulados	49
	71	(-)Ações em Tesouraria	(26)
			129
ATIVO DIFERIDO			
Despesas Pré-Operacionais	18		
	89		
TOTAL DO ATIVO	266	TOTAL DO PASSIVO + PL	266

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia adotada na elaboração deste trabalho possibilitou o alcance dos seus objetivos, o principal dos quais foi apresentar os aspectos que, na Quarta Diretiva, se relacionam com a estrutura e o conteúdo do balanço, no âmbito da União Européia.

Partindo-se do geral, o estudo dos aspectos históricos, jurídicos e institucionais da União Européia, para o particular, a análise da legislação contábil da UE, mais especificamente a Quarta Diretiva, pode-se ter uma idéia do nível de complexidade que é a integração na Europa, com toda uma formalidade a seguir e etapas a alcançar.

A União Européia, mais do que buscar integrar a economia de seus países membros frente à competitividade internacional, almejou pôr um ponto final num passado de guerras, de sofrimento e de destruição da Europa.

O nível de integração a que chegou a UE, como o bloco econômico mais importante do mundo, só foi possível graças à criação de instituições, que abarcaram parte relevante das soberanias nacionais dos Estados-membros, e à elaboração de políticas comuns acima das políticas nacionais.

Dentre as políticas comuns, a integração econômica exigiu a harmonização das legislações dos países membros com o intuito de facilitar as relações comerciais entre eles.

A contabilidade, essencial no mundo dos negócios, foi uma das áreas que passaram por um processo de harmonização entre os países membros da UE, tendo em vista a diversidade entre as legislações contábeis destes.

Diante das mais diversas situações encontradas e que suscitaram muitas discussões, a UE conseguiu, através da Quarta Diretiva – um documento legal – conciliar a contabilidade dos Estados-membros da União Européia no que versa, entre outros, sobre princípios contábeis,

regras de avaliação, critérios de classificação e preparação das demonstrações contábeis para fins externos.

Dentre as várias disposições contidas na Quarta Diretiva, este trabalho se dispôs a contribuir com o aprofundamento daquelas relativas ao balanço.

O balanço, uma das demonstrações contábeis presentes em todos o Estados-membros da UE e diante da sua diversidade de apresentação, foi, pela Quarta Diretiva, conciliado através de dois modelos a escolher – um estruturado horizontalmente (Artigo 9º) e outro estruturado verticalmente (Artigo 10º).

Embora os modelos se apresentem estruturados de forma distinta, o conteúdo informativo de ambos é o mesmo, conforme é demonstrado no trabalho.

Com relação à comparação do balanço (UE) com o Balanço Patrimonial (Brasil), buscou-se relacionar aqueles aspectos que, no balanço, ou são estranhos à atual legislação contábil brasileira ou que são convergentes com alguma legislação contábil brasileira do passado.

O presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema. Estudos poderiam ser feitos para analisar se balanços de empresas dos Estados-membros da UE estão sendo elaborados de acordo com as disposições da Quarta Diretiva, tentando averiguar o grau de harmonização contábil já alcançado.

As demais demonstrações contábeis e disposições constantes da Quarta Diretiva podem ser temas para outros trabalhos de conclusão de curso uma vez que, se o MERCOSUL busca uma aproximação da contabilidade de seus países integrantes, faz-se necessário ter como referência o trabalho pioneiro da Quarta Diretiva da União Européia.

Também como sugestão para novos trabalhos, podem ser objeto de estudo as disposições de outras “diretivas contábeis” da UE.

Por fim, acredita-se que o estudo de temas sobre contabilidade internacional, realizados no âmbito deste Departamento, seja um passo no sentido de ampliar o reconhecimento da UFSC a nível nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular n.º 179, de 11 de maio de 1972.** Baixa as Normas Gerais de Auditoria e disciplina os Princípios e Normas de Contabilidade, aplicáveis a empresas industriais e comerciais.

BLAKE, John; AMAT, Oriol. **European accounting.** London: Pitman, 1993.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A unificação europeia: as origens e o desenvolvimento da União Europeia.** 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995.

BORGES, Antônio et. al. **Elementos de contabilidade geral.** 15. ed. Lisboa: Rei dos Livros, 1997.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.** Dispõe sobre as sociedades por ações.

BRASIL. **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações.

BROCKINGSTON, Raymond. **Dictionary of accounting and finance.** 2. ed. London: Pitman, 1993.

CAIRNS, David. The future shape of harmonization: a replay. **The European Accounting Review**, London, v. 6, n. 2, p. 305 - 348, 1997.

CASELLA, Paulo Borba. **Comunidade Europeia e seu ordenamento jurídico.** São Paulo: LTr, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução n.º 750, de 29 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução n.º 785, de 28 de julho de 1995.** Aprova a NBC T 1 – Das características da informação contábil.

COVENEY, James; AMEY, Julian. **Business dictionary:** English - Portuguese. Longman, 1982.

D'ÁURIA, Francisco. **Contabilidade mercantil.** 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

- ESPAÑA. Ministerio de Economia y Hacienda. **Comunidad Economica Europea**: cuarta directriz. 2. ed. Madrid: Instituto de Planificacion Contable, 1986.
- EVANS, Thomas G.; TAYLOR, Martin E.; HOLZMANN, Oscar. **International accounting and reporting**. New York: Macmillan, 1985.
- FÉDÉRATION DES EXPERTS COMPTABLES EUROPÉENS. **1992 FEE analysis of European accounting and disclosure practices**. London: Routledge, 1992.
- FERREIRA, Leonor Fernandes. **European Financial Reporting**: Portugal. London: Routledge, 1994.
- FLORENTINO, Américo Matheus. **Teoria contábil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- FLOWER, John. The future shape of harmonization: the EU versus the IASC versus the SEC. **The European Accounting Review**, London, v.6, n. 2, p. 281 - 303, 1997.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 1983.
- FRANCO, Hilário. Ecos do XV Congresso Mundial de Contadores. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v.26, n. 108, p. 70 - 81, nov./dez. 1997.
- FRIEDMAN, Jack P. **Dictionary of business terms**. 2. ed. New York: Barron, 1994.
- FROST, Carol A. Discussion of the effects of accounting diversity: evidence from the European Union. **Journal of Accounting Research**, v. 32 supplement, p. 169 - 175, 1994.
- GADEA, José Antonio Lainez. A regulamentação da informação contábil na Espanha. Tradução de Carlos Antonio De Rocchi. **Revista do CRCRS**, Porto Alegre, v. 21, n. 69, p. 25 - 51, abr./jun. 1992.
- GADEA, José Antonio Lainez. **Comparabilidad internacional de la informacion financiera**: analisis y posicion de la normativa española. Madrid: Ministerio de Economia y Hacienda, Instituto de Contabilidad y Auditoria de Cuentas, 1993.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- GOELTZ, Richard. International accounting harmonization: the impossible (and unnecessary?) dream. **Accounting Horizons**, v. 5, n. 1, p. 85 - 88, March 1991.
- HENDRIKSEN, Eldon S. **Accounting theory**. 4. ed. Homewood, Illinois (USA): Irwin, 1982.
- HERRMAN, Don; THOMAS, Wayne. Harmonisation of accounting measurement practices in the European Community. **Accounting and Business Research**, v. 25, n. 100, p. 253 - 265, 1995.
- HOPWOOD, Anthony G. Some reflections on the harmonization of accounting within the EU. **The European Accounting Review**, London, v. 3, n. 2, p. 241 - 253, 1994.

- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE (IASC). Estrutura conceitual para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. In: IASC. **Normas internacionais de contabilidade 1997**. São Paulo: IBRACON, 1998.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também as demais sociedades. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade introdutória**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- JOOS, Peter; LANG, Mark. The effects of accounting diversity: evidence from the European Union. **Journal of Accounting Research**, v. 32 supplement, p. 141 - 148, 1994.
- JULVE, Vicente Montesinos. **Las normas de contabilidad en la Comunidad Economica Europea**. Madrid: Ministerio de Economia y Hacienda, Instituto de Planificación Contable, 1980.
- KINSERDAL, Arne. **Financial accounting**: an international perspective. London: Pitman, 1995.
- LISBOA, Nahor P. **Uma contribuição ao estudo da harmonização de normas contábeis**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- LOUSÃ, Aires; LAMBERT, Raul. **Contabilidade**: teoria e prática. v. 2. 4. ed. Porto: Porto, 1996.
- LOUSÃ, Aires; MAGALHÃES, Marta. **Contabilidade**: teoria e prática. v. 1. 4. ed. Porto: Porto, 1996.
- MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MARTINS, Eliseu. Globalização de mercados e harmonização das práticas contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 78, p. 28 - 34, jan./mar. 1992.
- MARTINS, Eliseu; HIRASHIMA, Taiki. **Harmonização internacional dos princípios e normas contábeis**. Trabalho apresentado na 12ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo. Santos, 1991.
- MUELLER, Gerhard G. et al. **Accounting**: an international perspective. 3 rd ed. Illinois: Irwin, 1994.
- NASI, Antônio Carlos. Globalização da economia e as novas tendências da profissão contábil no século XXI. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 27, n. 109, p. 58 - 67, jan./fev. 1998.
- NOBES, C. W. Harmonization of accounting within the European Communities: the Fourth Directive on Company law. **The International Journal of Accounting**, Illinois, v. 15, n. 2, p. 1 - 16, Spring, 1980.

- NOBES, Christopher; PARKER, Robert H. **Comparative international accounting**. 2 ed. New York: St.Martin's, 1985.
- PARKER, R. H. Harmonizing the notes in the UK and France: a case study in de jure harmonization. **The European Accounting Review**, London, v. 5, n. 2, p. 317 - 337, 1996.
- PEARSON, Edward S. **Law for european business studies**. London: Pitman, 1994.
- PEREIRA, Helena B. C.; SIGNER, Rena. **Michaelis**: minidicionário espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- POHLMANN, Marcelo Coletto. Harmonização contábil no Mercosul: a profissão e o processo de emissão de normas - uma contribuição. **Caderno de Estudos (FIECAFI/ Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP)**. São Paulo, n. 12, p. 40 - 64, set. 1995.
- DEL POZO, Carlos Francisco Molina; ANDECHAGA, Luiz Ortúzar. **Tratado de La Unión Europea**: texto refundido y anotado del tratado constitutivo de la Comunidad Europea. Granada: Comares, 1994.
- RADEBAUGH, Lee H.; GRAY, Sidney J. **International accounting and multinational enterprises**. 3 ed. New York: John Wiley & Sons, 1993.
- RAHMAN, Asheq et al. Measureament of formal harmonisation in accounting: in exploratory study. **Accounting and Business Research**, v. 26, n. 4, p. 325 - 339, 1996.
- SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **A união europeia e o comércio mundial**. Luxemburgo, 1995.
- SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **O mercado único**. Luxemburgo, 1995.
- SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Ao serviço da União Europeia**: guia do cidadão para instituições da União Europeia. Luxemburgo, 1996.
- SIEGEL, Joel G.; SHIM, Joe K. **Dictionary of accounting terms**. 2. ed. New York: Barron, 1995.
- SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos**: um guia metodológico. Florianópolis: UFSC, 1997.
- TAY, J. S. W.; PARKER, R. H. Measuring international harmonization and standardization. **Abacus**, v. 26, n. 1, 1990.
- THORSTENSEN, Vera. **Comunidade Europeia**: a construção de uma potência econômica. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- THORSTENSEN, Vera et. al. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Nobel, 1995.

- THORELL, Per; WHITTINGTON, Geoffrey. The harmonization of accounting within the EU: problems, perspectives and strategies. **The European Accounting Review**, London, v. 3, n. 2, 1994.
- TURLEY, W. S. International harmonization of accounting: the contribution of the EEC Fourth Directive on Company Law. **The International Journal of Accounting**. Illinois, v. 18, n. 2, p. 13-27, Spring, 1983.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de trabalhos: referências bibliográficas**. v. 6. 6. ed. Curitiba, 1992.
- UNIÃO EUROPEIA. **Quarta Directiva do Conselho, de 25 de Julho de 1978**. Relativa às contas anuais de certas formas de sociedades. Texto consolidado. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de trabalhos: citações e notas de rodapé**. v. 7. 6. ed. Curitiba, 1992.
- VALDÉZ, Salvador Colmenar. El ordenamiento jurídico comunitario. In: Instituto de Estudios Fiscales (Ed.). **La adhesión de España a las Comunidades Europeas**. XXIII Semana de Estudios de Derecho Financiero. Madrid: Fundación para la Promoción de los Estudios Financieros/Instituto de Estudios Fiscales, 1989. p. 43 – 55.
- VAN HULLE, Karel. As perspectivas da harmonização contábil na Europa. Tradução de Olivio Koliver. **Revista do CRCRS**, Porto Alegre, v. 27, n. 92, p. 3 - 9, jan./mar. 1998.
- VAN HULLE, Karel. A expansão no estabelecimento de padrões estará criando harmonia ou confusão?: O ponto de vista europeu. Tradução de Olivio Koliver. **Revista do CRCRS**, Porto Alegre, v. 27, n. 93, p. 3 - 6, abr./jun. 1998.
- VAN HULLE, Karel; VAN DER TAS, Leo. European Union: individual accounts. In: ORDELHEIDE, Dieter; KPMG (Ed.). **TRANSACC – Transnational accounting**. London: Macmillan, 1995. p. 921 - 1045.
- VIANA, Cibilis da Rocha. **Compêndio de contabilidade geral**. Porto Alegre: Sulina, 1957.
- WALTON, Peter. Harmonization of accounting in France and Britain: same evidence. **Abacus**, v. 28, n. 2, 1992.
- WATTS, John. **Accounting in the business environment**. 2 ed. London: Pitman, 1996.
- WILSON, Allister. Harmonisation: is it now or never for Europe. **Accountancy**, v. 14, n. 1215, p. 98, Nov. 1994.

ANEXO

TEXTO consolidado

produzido pelo sistema **CONSLEG**

do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

CONSLEG - 78L0660 - 01/01/1995

páginas : Cl. I - 39. I - XIV



Este documento constitui um instrumento de documentação e não vincula as instituições.

QUARTA DIRECTIVA DO CONSELHO
de 25 de Julho de 1978
baseada no artigo 54º, nº 3, alínea (SIC alínea) g), do Tratado, e relativa às contas anuais de
certas formas de sociedades (*) (SIC!)
(78/660/CEE)

(JO nº L 222 de 14. 8. 1978, p. 11)

Modificada por:

	Jornal Oficial		
	nº	página	data
Sétima Directiva do Conselho de 13 de Junho de 1983 (83/349/CEE)	L 193	1	18. 7. 1983
Directiva do Conselho de 27 de Novembro de 1984 (84/569/CEE)	L 314	28	4. 12. 1984
Décima Primeira Directiva do Conselho de 21 de Dezembro de 1989 (89/666/CEE)	L 395	36	30. 12. 1989
Directiva do Conselho de 8 de Novembro de 1990 (90/604/CEE)	L 317	57	16. 11. 1990
Directiva do Conselho de 8 de Novembro de 1990 (90/605/CEE)	L 317	60	16. 11. 1990
Directiva 94/8/CE do Conselho de 21 de Março de 1994	L 82	33	25. 3. 1994

Modificada por:

A1 Acto de Adesão da Grécia (*)	L 291	89	19. 11. 1979
A2 Acto de Adesão da Espanha e de Portugal	L 302	157	15. 11. 1985
A3 Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia	C 241	195	29. 8. 1994
(adaptado pela Decisão do Conselho 95/1/CE, Euratom, CECA)	L 1	143	1. 1. 1995

(*) Este acto não existe em língua portuguesa.

QUARTA DIRECTIVA DO CONSELHO

de 25 de Julho de 1978

baseada no artigo 54°, n° 3, alínea (SIC alínea) g), do Tratado, e relativa às contas anuais de certas formas de sociedades (*) (SIC!)

(78/660/CEE)

O CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 54°, n° 3, alínea g),

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu ⁽¹⁾,

Tendo em conta a parecer do Comité Económico e Social ⁽²⁾,

Considerando que a coordenação das disposições nacionais respeitantes à estrutura e conteúdo das contas anuais e do relatório de gestão, aos métodos de avaliação, assim como à publicidade destes documentos, no que respeita nomeadamente à sociedade anónima e à sociedade de responsabilidade limitada, reveste uma importância particular quanto à protecção dos associados e de terceiros;

Considerando que se impõe uma coordenação simultânea nesses domínios para as referidas formas de sociedades, já que, por um lado, a actividade dessas sociedades se estende frequentemente para além dos limites do território nacional e que, por outro lado, só oferecem como garantia a terceiros o seu património social; que, aliás, a necessidade e a urgência de uma tal coordenação foram reconhecidas e confirmadas pelo artigo 2°, n° 1, alínea f), da Directiva 68/151/CEE ⁽³⁾;

Considerando que, além disso, é necessário estabelecer na Comunidade regras jurídicas equivalentes mínimas quanto ao âmbito das informações financeiras a divulgar junto do público por sociedades concorrentes;

Considerando que as contas anuais devem dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, assim como dos resultados da sociedade; que, com esta finalidade, devem prever-se esquemas de carácter obrigatório para a elaboração do balanço e da conta de ganhos e perdas e que deve fixar-se o conteúdo mínimo do anexo, assim como do relatório de gestão; que, todavia, podem ser concedidas derrogações em favor de certas sociedades tendo em conta a sua pouca importância económica e social;

⁽¹⁾ JO n° C 129 de 11. 12. 1972, p. 38.

⁽²⁾ JO n° C 39 de 7. 6. 1973, p. 31.

⁽³⁾ JO n° L 65 de 14. 3. 1968, p. 8.

Considerando que os diferentes métodos de avaliação devem ser coordenados na medida necessária de modo a assegurar a comparabilidade (SIC! possibilidade de comparação) e equivalência das informações contidas nas contas anuais;

Considerando que as contas anuais de todas as sociedades a que se aplica a presente directiva devem ser objecto de publicidade, em conformidade com a Directiva 68/151/CEE; que, todavia, igualmente neste domínio (SIC! domínio), certas derrogações podem ser concedidas em favor das pequenas e médias sociedades;

Considerando que as contas anuais devem ser controladas por pessoas habilitadas cujas qualificações mínimas (SIC! mínimas) serão objecto de coordenação posterior e que só as pequenas sociedades podem ser isentas desta obrigação de controlo;

Considerando que, quando uma sociedade faz parte de um grupo, é desejável que sejam publicadas contas do grupo dando uma imagem fiel das actividades do conjunto do grupo; que, todavia, até à entrada em vigor de uma directiva do Conselho relativa às contas consolidadas, se torna necessário prever derrogações a certas disposições da presente directiva;

Considerando que, para responder às dificuldades resultantes do estado actual das legislações de certos Estados-membros, o prazo estabelecido para a aplicação de certas disposições da presente directiva deve ser mais longo que o prazo previsto em geral a este respeito,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1°

78/660/CEE

1. As medidas de coordenação prescritas pela directiva aplicam-se às disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros respeitantes às seguintes formas de sociedades:

- na República Federal da Alemanha:
die Aktiengesellschaft, die Kommanditgesellschaft auf Aktien, die Gesellschaft mit beschränkter Haftung;
- na Bélgica:
la société anonyme/de naamloze vennootschap, la société en commandite par actions/de commanditaire vennootschap op aandelen, la société de personnes à responsabilité limitée (SIC! limitée)/de personenvennootschap met beperkte aansprakelijkheid;
- na Dinamarca:
aktieselskaber, kommanditaktieselskaber, anpartsselskaber;
- na (SIC! em) França:
la société anonyme, la société en commandite par actions, la société à responsabilité limitée;
- na Irlanda:
public companies limited by shares or by guarantee (SIC! guarantee), private companies limited by shares or by guarantee;
- na Itália:
la società per azioni, la società in accomandita per azioni, la società a responsabilità limitata;
- na (SIC! no) Luxemburgo:
la société anonyme, la société en commandite par actions, la société à responsabilité limitée;
- nos Países Baixos:
de naamloze vennootschap, de besloten vennootschap met beperkte aansprakelijkheid;
- no Reino Unido:
public companies limited by shares or by guarantee, private companies limited by shares or by guarantee;
- na Grécia:
η ανώνυμη εταιρία, η εταιρία περιορισμένης ευθύνης, η ετερόρρυθμη κατά μετοχές εταιρία;
- *em relação a Espanha:* (SIC! em Espanha:)
la sociedad anónima, la sociedad comanditaria por acciones, la sociedad de responsabilidad limitada;
- *em relação a Portugal:* (SIC! em Portugal:)
a sociedade anónima de responsabilidade limitada, a sociedade em comandita por acções, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada;

Acto de Adesão GR (*)

Acto de Adesão ES, PT

(*) Este acto não existe em língua portuguesa.

- | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| <p>— <i>na Áustria:</i> (SIC! na Áustria:)
die Aktiengesellschaft, die Gesellschaft mit beschränkter Haftung;</p> <p>— <i>na Finlândia:</i> (SIC! na Finlândia:)
osakeyhtiö, aktiebolag;</p> <p>— <i>na Suécia:</i> (SIC! na Suécia:)
aktiebolag.</p> | 95/1/CE, Euratom, CECA |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|

As medidas de coordenação prescritas pela presente directiva aplicam-se igualmente às disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros relativas às seguintes formas de sociedades:

90/605/CEE

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>a) Na República Federal da Alemanha:
die Offene Handelsgesellschaft, die Kommanditgesellschaft;</p> <p>b) Na Bélgica:
la société en nom collectif/de vennootschap onder firma, la société en commandite simple/de gewone commanditaire vennootschap;</p> <p>c) Na Dinamarca:
interessantskaber, kommanditselskaber;</p> <p>d) Em França:
la société en nom collectif, la société en commandite simple;</p> <p>e) Na Grécia:
η ομόρρυθμος εταιρεία, η ετερόρρυθμος εταιρεία;</p> <p>f) Em Espanha:
sociedad colectiva, sociedad en comandita simple;</p> <p>g) Na Irlanda:
the partnership, the limited partnership, the unlimited company;</p> <p>h) Em Itália:
la società in nome collettivo, la società in accomandita semplice;</p> <p>i) No Luxemburgo:
la société en nom collectif, la société en commandite simple;</p> <p>j) Nos Países Baixos:
de vennootschap onder firma, de commanditaire vennootschap;</p> <p>k) Em Portugal:
sociedade em nome colectivo, sociedade em comandita simples;</p> <p>l) No Reino Unido:
the partnership, the limited partnership, the unlimited company;</p> | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|

m) *na Áustria:* (SIC! na Áustria:)

die offene Handelsgesellschaft, die Kommanditgesellschaft;

n) *na Finlândia:* (SIC! na Finlândia:)

avoin yhtiö/öppet bolag, kommandiittiyhtiö/kommanditbolag;

o) *na Suécia:* (SIC! na Suécia:)

handelsbolag, kommanditbolag.

95/1/CE, Euratom, CECA

sempre que todos os sócios de responsabilidade ilimitada sejam sociedades sob uma das formas indicadas no primeiro parágrafo ou sociedades não sujeitas à legislação de um Estado-membro, mas cuja forma jurídica seja comparável às referidas na Directiva 68/151/CEE.

90/605/CEE

A presente directiva aplica-se igualmente às sociedades sob as formas contempladas no segundo parágrafo, sempre que todos os sócios de responsabilidade ilimitada se encontrem eles próprios organizados numa das formas indicadas nesse parágrafo ou no primeiro parágrafo.

2. Até coordenação ulterior, os Estados-membros podem não aplicar a presente directiva aos bancos e a outros estabelecimentos financeiros, assim como às sociedades de seguros.

78/660/CEE

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 2º

1. As contas anuais compreendem o balanço, a conta de ganhos e perdas e o anexo. Estes documentos formam um todo.

2. As contas anuais devem ser estabelecidas com clareza e em conformidade com a presente directiva.

3. As contas anuais devem dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, assim como dos resultados da sociedade.

4. Quando a aplicação da presente directiva não for suficiente para dar a imagem fiel mencionada no nº 3, devem ser fornecidas informações complementares.

5. Se, em casos excepcionais, a aplicação de uma disposição da presente directiva se revelar contrária à obrigação prevista no nº 3, deve derrogar-se a disposição em causa de modo que seja dada uma imagem fiel na acepção do nº 3. Uma tal derrogação deve ser mencionada no anexo e devidamente justificada, com indicação da sua influência sobre o património, a situação financeira e os resultados. Os Estados-membros podem especificar os casos excepcionais e fixar o regime derogatório correspondente.

6. Os Estados-membros podem autorizar ou exigir a divulgação nas contas anuais de outras informações além daquelas cuja divulgação é exigida pela presente directiva.

78/660/CEE

SECÇÃO 2

Disposições gerais relativas ao balanço e à conta de ganhos e perdas

Artigo 3º

A estrutura do balanço e a da conta de ganhos e perdas, especialmente quanto à forma prevista para a sua apresentação, não podem ser modificadas de exercício para exercício. Em casos excepcionais são admissíveis derrogações a este princípio. Quando se fizer uso de tais derrogações, estas devem ser mencionadas no anexo e devidamente justificadas.

Artigo 4º

1. No balanço e na conta de ganhos e perdas as rubricas previstas nos artigos 9º, 10º, e 23º a 26º devem aparecer separadamente pela ordem indicada. É autorizada uma subdivisão mais pormenorizada das rubricas, desde que respeite a estrutura dos esquemas. Podem ser acrescentadas novas rubricas na medida em que o seu conteúdo não esteja abrangido por nenhuma das rubricas previstas nos esquemas. Os Estados-membros podem impor essa subdivisão ou acréscimo.

2. A estrutura, a nomenclatura e a terminologia das rubricas do balanço e da conta de ganhos e perdas que são precedidas de algarismos árabes devem ser adaptadas quando o exigir a natureza particular da empresa. Uma tal adaptação pode ser imposta pelos Estados-membros às empresas que façam parte de um determinado sector económico.

3. As rubricas do balanço e da conta de ganhos e perdas que são precedidas de algarismos árabes podem ser agrupadas:

- a) Quando apresentem um valor pouco significativo face ao objectivo do artigo 2º, nº 3;
- b) Quando o agrupamento favoreça a clareza, com a condição de que as rubricas agrupadas sejam apresentadas de forma separada no anexo. Um tal agrupamento pode ser imposto pelos Estados-membros.

4. Cada uma das rubricas do balanço e da conta de ganhos e perdas deve comportar a indicação do valor relativo à rubrica correspondente do exercício anterior. Os Estados-membros podem prever que, quando esses valores não sejam comparáveis, o valor do exercício precedente deva ser adaptado. Em todo o caso, a falta de comparabilidade (SIC! possibilidade de comparação) e, sendo caso disso, a adaptação dos valores devem ser assinaladas no anexo e devidamente comentadas.

5. Salvo se existir uma rubrica correspondente ao exercício precedente em conformidade com o nº 4, uma rubrica do balanço ou da conta de ganhos e perdas que não comporte qualquer valor não é mencionada.

Artigo 5°

78/660/CEE

1. Por derrogação ao artigo 4°, n.ºs 1 e 2, os Estados-membros podem prever esquemas específicos relativamente às contas anuais das sociedades de investimento, bem como no que respeita às sociedades de participação financeira, com a condição de que estes esquemas dêem dessas sociedades uma imagem equivalente à prevista no artigo 2°, n.º 3.

2. Por sociedades de investimento, para efeitos da presente directiva, entende-se exclusivamente:

- a) As sociedades cuja (SIC! cujo) objecto único é colocar os seus fundos em diversos valores mobiliários, em diversos valores imobiliários e noutros valores com a única finalidade de repartir os riscos de investimento e de fazer beneficiar os seus accionistas ou associados dos resultados da gestão dos seus capitais;
- b) As sociedades coligadas com sociedades de investimento de capital fixo, se o único objecto daquelas sociedades coligadas é o de adquirir acções inteiramente liberadas emitadas (SIC! emitidas) por essas sociedades de investimento, sem prejuízo (SIC! prejuízo) do artigo 20°, n.º 1, alínea (SIC! alínea) b), da Directiva (SIC! Directiva) 77/91/CEE ⁽¹⁾.

3. Por sociedades de participação financeira, para efeito da presente directiva, entende-se exclusivamente as sociedades cujo objecto único (SIC! único) é a tomada de participações noutras empresas, assim como a gestão e valorização dessas participações sem que estas sociedades interfiram directa ou indirectamente na gestão dessas empresas, sem prejuízo (SIC! prejuízo) dos direitos que as sociedades de participação financeira têm na sua qualidade de accionistas ou de associados. O respeito dos limites impostos às actividades dessas sociedades deve poder ser controlado por uma autoridade judicial ou administrativa.

Artigo 6°

Os Estados-membros podem autorizar ou prescrever a adaptação dos esquemas do balanço e da conta de ganhos e perdas, a fim de evidenciar a afectação dos resultados.

Artigo 7°

É proibida qualquer compensação entre contas do activo e do passivo, ou entre contas de custos e proveitos.

SECÇÃO 3

Estrutura do balanço*Artigo 8°*

No que respeita à apresentação do balanço, os Estados-membros preverão um dos dois esquemas ou os dois esquemas contidos nos artigos 9° e 10°. Se um Estado-membro prever os dois esquemas, pode deixar às sociedades a escolha entre esses dois esquemas.

⁽¹⁾ JO n.º L 26 de 31. 1. 1977, p. 1.

Artigo 9°

78/660/CEE

Activo**A. Capital subscrito não realizado**

com indicação da parte exigida

(a menos que a legislação nacional preveja a inscrição do capital exigido no passivo. Neste caso, a parte do capital exigido mas ainda não realizado deve figurar ou na rubrica A do activo ou na rubrica D, II, 5, do activo).

B. Despesas de estabelecimento

Tal como são definidas pela legislação nacional e desde que esta autorize a sua inscrição no activo. A legislação nacional pode igualmente prever a inscrição das despesas de estabelecimento como primeira rubrica em «Imobilizações incorpóreas».

C. Activo imobilizado**I. Imobilizações incorpóreas**

1. Despesas de investigação e de desenvolvimento, desde que a legislação nacional autorize a sua inscrição no activo.
2. Concessões, patentes, licenças, marcas, assim como os direitos e valores similares, se foram:
 - a) adquiridos a título oneroso, sem dever figurar na rubrica C, I, 3;
 - b) criados pela própria empresa, desde que a legislação nacional autorize a sua inscrição no activo.
3. Trespasse, na medida em que tenha sido adquirido a título oneroso.
4. Adiantamentos por conta.

II. Imobilizações corpóreas

1. Terrenos e construções.
2. Instalações técnicas e máquinas.
3. Outras instalações, utensílios e mobiliário.
4. Adiantamentos por conta e imobilizações corpóreas em curso.

III. Imobilizações financeiras

1. Partes de capital em empresas coligadas.
2. Créditos sobre empresas coligadas.
3. Participações.
4. Créditos sobre empresas com as quais a sociedade tem um elo de participação.
5. Títulos com a característica de imobilizações.
6. Outros empréstimos.

7. Acções próprias ou quotas próprias (com a indicação do seu valor nominal ou, na falta de valor nominal, do seu equivalente contabilístico), na medida em que a legislação nacional autorize a sua inscrição no balanço.

78/660/CEE

D. Activo circulante

I. *Existências*

1. Matérias-primas e de consumo.
2. Produtos em curso de fabrico.
3. Produtos acabados e mercadorias.
4. Adiantamentos por conta.

II. *Créditos*

(o montante dos créditos cuja duração residual é superior a um ano deve ser indicado separadamente para cada uma das rubricas abaixo):

1. Créditos resultantes de verbas e de prestações de serviços.
2. Créditos sobre empresas coligadas.
3. Créditos sobre empresas com as quais a sociedade tem um elo de participação.
4. Outros créditos.
5. Capital subscrito, exigido, mas não realizado (a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição do capital exigido na rubrica A do activo).
6. Contas de regularização (a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição das contas de regularização na rubrica E do activo).

III. *Valores mobiliários*

1. Partes de capital em empresas coligadas.
2. Acções próprias ou quotas próprias (com a indicação do seu valor nominal ou, na falta de valor nominal, do seu equivalente contabilístico), na medida em que a legislação nacional autorize a sua inscrição no balanço.
3. Outros valores mobiliários.

IV. *Depósitos bancários e caixa*

E. Contas de regularização

(a não ser que a legislação nacional (SIC! nacional) preveja a inscrição das contas de regularização na rubrica D, II, 6, do activo).

F. Prejuízo do exercício

(a não ser que a legislação nacional preveja a sua inscrição na rubrica A, VI, do passivo).

Passivo

A. Capitais próprios

I. *Capital subscrito*

(a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição do capital exigido nesta rubrica. Neste caso, os montantes do capital subscrito e do capital realizado devem ser mencionados separadamente).

78/660/CEE

II. *Prémios de emissão*

III. *Reserva de reavaliação*

IV. *Reservas*

1. Reserva legal, na medida em que a legislação nacional imponha a constituição de uma tal reserva.
2. Reserva para acções próprias ou quotas próprias, na medida em que a legislação nacional imponha a constituição de uma tal reserva, sem prejuízo do artigo 22º, parágrafo 1, alínea b), da Directiva 77/91/CEE.
3. Reservas estatutárias.
4. Outras reservas.

V. *Resultados transitados*

VI. *Resultado do exercício*

(a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição desta conta nas rubricas F do activo e E do passivo).

B. **Provisões para riscos e encargos**

1. Provisões para pensões e obrigações similares.
2. Provisões para impostos.
3. Outras provisões.

C. **Dívidas**

(o montante das dívidas cuja duração residual não é superior a um ano e o montante das dívidas cuja duração residual é superior a um ano devem ser indicados separadamente para cada uma das rubricas abaixo mencionadas, assim como para o conjunto das mesmas):

1. Empréstimos por obrigações, com menção separada dos empréstimos convertíveis.
2. Dívida aos estabelecimentos de crédito.
3. Adiantamentos recebidos sobre encomendas, na medida em que não sejam deduzidos das existências de maneira distinta (SIC! distinta).
4. Dívidas por compras e prestações de serviços.
5. Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar.
6. Dívidas a empresas coligadas.
7. Dívidas a empresas com as quais a sociedade tem um elo de participação.
8. Outras dívidas, entre as quais dívidas fiscais e dívidas a título de segurança (SIC! segurança) social.

9. Contas de regularização (a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição das contas de regularização na rubrica D do passivo).

78/660/CEE

D. Contas de regularização

(a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição das contas de regularização na rubrica C 9 do passivo).

E. Lucro do exercício

(a não ser que a legislação nacional preveja a sua inscrição na conta A, VI, do passivo).

Artigo 10°

A. Capital subscrito não realizado

com indicação da parte exigida

(a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição do capital exigido na conta L. Neste caso, a parte do capital exigido, mas ainda não realizado, deve figurar ou na rubrica A ou na rubrica D, II, 5).

B. Despesas de estabelecimento

Tal como são definidas pela legislação nacional e desde que esta autorize a sua inscrição no activo. A legislação nacional pode igualmente prever a inscrição das despesas de estabelecimento como primeira rubrica em «Imobilizações incorpóreas».

C. Activo imobilizado

I. Imobilizações incorpóreas

1. Despesas de investigação e de desenvolvimento, desde que a legislação nacional autorize a sua inscrição no activo.
2. Concessões, patentes, licenças, marcas, assim como os direitos e valores similares, se foram:
 - a) adquiridos a título oneroso, sem dever figurar na rubrica C, I, 3;
 - b) criados pela própria empresa, desde que a legislação nacional autorize a sua inscrição no activo.
3. Trespasse, na medida em que tenha sido adquirido a título oneroso.
4. Adiantamentos por conta.

II. Imobilizações corpóreas

1. Terrenos e construções.
2. Instalações técnicas e máquinas.
3. Outras instalações, utensílios e mobiliário.
4. Adiantamentos por conta e imobilizações corpóreas em curso.

III. *Imobilizações financeiras*

78/660/CEE

1. Partes de capital em empresas coligadas.
2. Créditos sobre empresas coligadas.
3. Participações.
4. Créditos sobre empresas com as quais a sociedade tem um elo de participação.
5. Títulos com a característica de imobilizações.
6. Outros empréstimos.
7. Acções próprias ou quotas próprias (com a indicação do seu valor nominal ou, na falta de valor nominal, do seu equivalente contabilístico), na medida em que a legislação nacional autorize a sua inscrição no balanço.

D. **Activo circulante**I. *Existências*

1. Matérias-primas e de consumo.
2. Produtos em curso de fabrico.
3. Produtos acabados e mercadorias.
4. Adiantamentos por conta.

II. *Créditos*

(o montante dos créditos cujo valor residual é superior a um ano deve ser indicado separadamente para cada uma das rubricas abaixo):

1. Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços.
2. Créditos sobre empresas coligadas.
3. Créditos sobre empresas com as quais a sociedade tem um elo de participação.
4. Outros créditos.
5. Capital subscrito, exigido, mas não realizado (a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição do capital exigido na rubrica A).
6. Contas de regularização (a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição das contas de regularização na rubrica E.)

III. *Valores mobiliários*

1. Partes de capital em empresas coligadas.
2. Acções próprias ou quotas próprias (com a indicação do seu valor nominal ou, na falta de valor nominal, do seu equivalente contabilístico), na medida em que a legislação nacional autorize a sua inscrição no balanço.
3. Outros valores mobiliários.

IV. *Depósitos bancários e caixa*E. **Contas de regularização**

(a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição das contas de regularização na rubrica D, II, 6).

- F. Dívidas cuja duração residual não seja superior a um ano** 78/660/CEE
1. Empréstimos por obrigações, com menção separada dos empréstimos convertíveis.
 2. Dívidas aos estabelecimentos de crédito.
 3. Adiantamentos recebidos sobre encomendas, na medida em que não sejam deduzidos das existências de maneira distinta.
 4. Dívida (SIC! Dívidas) por compras e prestações de serviço.
 5. Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar.
 6. Dívidas a empresas coligadas.
 7. Dívidas a empresas com as quais a sociedade tem um elo de participação.
 8. Outras dívidas (SIC! dívidas), entre as quais dívidas fiscais e dívidas a título de segurança social.
 9. Contas de regularização (a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição das contas de regularização na rubrica K).
- G. Activo circulante [incluindo as contas de regularização, se indicadas na rubrica E] superior às dívidas cuja duração residual não é superior a um ano [incluindo as contas de regularização, se indicadas na rubrica K]**
- H. Montante total dos elementos do activo após dedução das dívidas cuja duração residual não é superior a um ano**
- I. Dívidas cuja duração residual é superior a um ano**
1. Empréstimos por obrigações, com menção separada dos empréstimos convertíveis.
 2. Dívidas aos estabelecimentos de crédito.
 3. Adiantamentos recebidos sobre encomendas, na medida em que não sejam deduzidos das existências de maneira distinta.
 4. Dívidas por compras e prestações de serviço.
 5. Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar.
 6. Dívidas a empresas coligadas.
 7. Dívidas a empresas com as quais a sociedade (SIC! sociedade) tem um elo de participação.
 8. Outras dívidas, entre as quais dívidas fiscais e dívidas a título de segurança social.
 9. Contas de regularização (a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição das contas de regularização na rubrica K).
- J. Provisões para riscos e encargos**
1. Provisões para pensões e obrigações similares.
 2. Provisões para impostos.
 3. Outras provisões.

K. Contas de regularização

(a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição das contas de regularização nas rubricas F, 9, ou I, 9).

L. Capitais próprios**I. Capital subscrito**

(a não ser que a legislação nacional preveja a inscrição do capital exigido nesta rubrica. Neste caso, os montantes do capital subscrito e do capital realizado devem ser mencionados separadamente).

II. Prémios de emissão**III. Reserva de reavaliação****IV. Reservas**

1. Reserva legal, na medida em que a legislação nacional imponha a constituição de uma tal reserva.
2. Reserva para acções próprias ou quotas próprias, na medida em que a legislação nacional imponha a constituição de uma tal reserva, sem prejuízo do artigo 22º, parágrafo 1, alínea b), da Directiva 77/91/CEE.
3. Reservas estatutárias.
4. Outras reservas.

V. Resultados transitados**VI. Resultado do exercício****Artigo 11º**

Os Estados-membros podem permitir que as sociedades que, na data de encerramento do balanço, não ultrapassem os limites quantitativos de dois dos três critérios seguintes:

- total do balanço: 2 500 000 ecus;
- montante líquido do volume de negócios: 5 000 000 de ecus;
- número de membros do pessoal empregue em média durante o exercício: 50,

estabeleçam um balanço sintético tomando apenas as contas precedidas de letras e de algarismos romanos previstos nos artigos 9º e 10º com menção (SIC! com menção) separada das informações exigidas entre parêntesis nas rubricas D, II, do activo e C do passivo no artigo 9º e na rubrica D, II, no artigo 10º, mas de uma maneira global para cada rubrica referida.

Os Estados-membros podem autorizar que a alínea a) do nº 3 e o nº 4 do artigo 15º não se apliquem ao balanço sintético.

78/660/CEE

94/8/CE

94/8/CE

90/604/CEE

Artigo 12°

78/660/CEE

1. Quando uma sociedade, na data de encerramento do balanço, acabar de ultrapassar ou já não ultrapassar os limites quantitativos de dois dos três critérios indicados no artigo 11°, esta circunstância não produz efeitos para aplicação da derrogação prevista no referido artigo, senão quando ela se verifique durante dois exercícios consecutivos.
2. Os montantes em unidades de conta europeias que figuram no artigo 11° podem ser aumentados no limite máximo de 10 % para serem convertidos em moeda nacional.
3. O total do balanço referido no artigo 11° compõe-se, no esquema previsto no artigo 9°, das rubricas A a E do activo c, (SIC! e,) no esquema previsto no artigo 10°, das rubricas A a E.

Artigo 13°

1. Quando um elemento do activo ou do passivo seja abrangido por várias rubricas do esquema, a sua relação com outras rubricas deve ser indicada ou na rubrica onde figura ou no anexo, quando esta indicação é necessária para a compreensão das contas anuais.
2. As acções próprias e as quotas próprias, bem como as partes de capital em empresas coligadas, não podem figurar noutras rubricas que não sejam as previstas para esse fim.

Artigo 14°

Devem figurar de maneira distinta a seguir ao balanço ou no anexo, se não existir a obrigação de os inscrever no passivo, todos os compromissos assumidos a título de qualquer garantia, distinguindo segundo as categorias de garantias previstas pela legislação nacional e mencionado (SIC! mencionando) expressamente as garantias reais dadas. Se os compromissos mencionados existem relativamente a empresas ligadas, deve ser feita referência separadamente.

SECÇÃO 4**Disposições particulares respeitantes a certas rubricas do balanço***Artigo 15°*

1. A inscrição dos elementos do património no activo imobilizado ou no activo circulante é determinada pelo destino destes elementos.
2. O activo imobilizado compreende os elementos do património que se destinam a servir de maneira durável à actividade da empresa.

3. a) Os movimentos das diversas rubricas do activo imobilizado devem ser indicados no balanço ou no anexo. Para este efeito deve evidenciar-se, partindo do preço de aquisição ou do custo de produção, para cada uma das rubricas do activo imobilizado separadamente, por um lado, as entradas e saídas, assim como as transferências do exercício e, por outro lado, as correcções de valor acumuladas à data de encerramento do balanço e as rectificações efectuadas durante o exercício às correcções de valor de exercícios anteriores. As correcções de valor são indicadas no balanço, deduzindo-as de maneira distinta à rubrica respectiva, ou no anexo;
- b) Quando, no momento da elaboração das primeiras contas anuais, em conformidade com a presente directiva, o preço de aquisição ou custo de produção de um elemento do activo imobilizado não pode ser determinado sem despesa ou demora injustificadas, o valor residual no início do exercício pode ser considerado como preço de aquisição ou custo de produção. A aplicação da presente alínea b) deve ser mencionada no anexo;
- c) Em caso de aplicação do artigo 33°, os movimentos das diversas rubricas do activo imobilizado mencionadas na alínea a) do presente parágrafo são indicados partindo do preço de aquisição ou do custo de produção reavaliado.
4. O n° 3, alíneas a) e b), aplica-se à apresentação da rubrica «Despesas de estabelecimento».

Artigo 16°

Na rubrica «Terrenos e construções» devem figurar os direitos imobiliários e outros direitos assimilados tal como são definidos na legislação nacional.

Artigo 17°

Para efeitos da presente directiva, entende-se por participações os direitos no capital de outras empresas, materializados ou não por títulos, que, criando uma ligação duradoura com estas, se destinam a contribuir para a actividade da sociedade. A detenção de uma parte do capital de uma outra sociedade presume-se ser uma participação, quando excede uma percentagem fixada pelos Estados-membros a um nível que não pode ser superior a 20 %.

Artigo 18°

78/660/CEE

Na rubrica «Contas de regularização» do activo devem figurar os encargos contabilizados durante o exercício mas respeitantes a um exercício seguinte, assim como os proveitos que respeitem ao exercício que não serão exigíveis senão posteriormente ao encerramento deste último. Os Estados-membros podem, no entanto, prever que os mencionados proveitos figurem entre os créditos; quando sejam de uma certa importância, devem ser explicitados no anexo.

Artigo 19°

As correcções de valor compreendem todas as correcções destinadas a ter em conta a depreciação, definitiva ou não, dos elementos do património verificada à data do encerramento do balanço.

Artigo 20°

1. As provisões para riscos e encargos têm por objecto cobrir perdas ou dívidas (SIC! dívidas) que estão claramente circunscritas, quanto à sua natureza, mas que, na data de encerramento do balanço, são ou prováveis ou certas, mas indeterminadas quanta (SIC! quanto) ao seu montante ou quanto à data da sua ocorrência.
2. Os Estados-membros podem igualmente autorizar a constituição de provisões tendo por objecto cobrir encargos que tenham a sua origem no exercício ou em exercício anterior e que estão claramente circunscritos quanto à sua natureza mas que, na data de encerramento do balanço, são ou prováveis ou certos mas indeterminados quanto ao seu montante ou quanto à data da sua ocorrência.
3. As provisões para riscos e encargos não podem ter por objecto corrigir os valores dos elementos do activo.

Artigo 21°

Na rubrica «Contas de regularização» do passivo devem figurar os proveitos recebidos antes da data de encerramento do balanço, mas imputáveis a um exercício seguinte, bem como os encargos que, respeitando ao exercício, só serão pagos durante um exercício seguinte. Os Estados-membros podem, no entanto, prever que os mencionados encargos figurem entre as dívidas; quando sejam de certa importância, devem ser explicitados no anexo.

SECÇÃO 5

Estrutura da conta de ganhos e perdas

Artigo 22°

Para a apresentação da conta de ganhos e perdas, os Estados-membros prevêem um ou vários dos esquemas mencionados nos artigos 23° a 26°. Se um Estado-membro previr vários esquemas, pode deixar as (SIC! às) sociedades a escolha entre estes esquemas.

Artigo 23°

78/660/CEE

1. Montante líquido das vendas e prestações de serviços.
2. Variação das existências de produtos acabados e em curso de fabrico.
3. Trabalhos efectuados pela empresa para ela própria e levados ao (SIC! ao) activo.
4. Outros proveitos de exploração.
5.
 - a) Encargos com matérias-primas e de consumo.
 - b) Outros encargos externos.
6. Despesas com o pessoal:
 - a) Salários e ordenados.
 - b) Encargos sociais, com menção separada dos que cobrem as pensões.
7.
 - a) Correções de valor sobre despesas de estabelecimento e sobre imobilizações corpóreas e incorpóreas.
 - b) Correções de valor sobre elementos do activo circulante, na medida em que elas ultrapassem as correções de valor normais no seio da empresa.
8. Outros encargos de exploração.
9. Proveitos provenientes de participações, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
10. Proveitos provenientes de outros valores mobiliários e de créditos incluídos no activo imobilizado, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
11. Outros juros e proveitos assimilados, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
12. Correções de valor sobre imobilizações financeiras e sobre valores mobiliários fazendo parte do activo circulante.
13. Juros e encargos assimilados, com menção separada dos respeitantes a empresas ligadas.
14. Impostos sobre o resultado provenientes das actividades normais.
15. Resultado proveniente das actividades normais, depois de impostos.
16. Proveitos excepcionais.
17. Encargos excepcionais.
18. Resultado excepcional.
19. Impostos sobre o resultado excepcional.
20. Outros impostos não figurando nas rubricas acima.
21. Resultado do exercício.

Artigo 24°

78/660/CEE

A. Encargos

1. Redução das existências de produtos acabados e em curso de fabrico.
2.
 - a) Encargos com matérias-primas e de consumo.
 - b) Outros encargos externos.
3. Despesas com o pessoal:
 - a) Salários e ordenados.
 - b) Encargos sociais, com menção separada dos que cobrem as pensões.
4.
 - a) Correções de valor sobre despesas de estabelecimento e sobre imobilizações corpóreas e incorpóreas.
 - b) Correções (SIC! Correções) de valor sobre elementos do activo circulante, na medida em que elas ultrapassem as correções de valor normais no seio da empresa.
5. Outros encargos de exploração.
6. Correções de valor sobre imobilizações financeiras e sobre valores mobiliários fazendo parte do activo circulante.
7. Juros e encargos assimilados, com menção separada dos respeitantes a empresas ligadas.
8. Impostos sobre os resultados provenientes das (SIC! das) actividades normais.
9. Resultado proveniente das actividades normais, depois de impostos.
10. Encargos excepcionais.
11. Impostos sobre o resultado excepcional.
12. Outros impostos não figurando nas rubricas acima.
13. Resultado do exercício.

B. Proveitos

1. Montante líquido das vendas e prestações de serviços.
2. Aumento das existências de produtos acabados e em curso de fabrico.
3. Trabalhos efectuados pela empresa para ela própria levados ao activo.
4. Outros proveitos de exploração.
5. Proveitos provenientes de participações, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
6. Proveitos provenientes de outros valores mobiliários e de créditos indevidos no activo imobilizado, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.

7. Outros juros e proveitos assimilados, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
8. Resultado proveniente das actividades normais, depois de impostos.
9. Proveitos excepcionais.
10. Resultado do exercício.

78/660/CEE

Artigo 25°

1. Montante líquido das vendas e prestações de serviços.
2. Custos de produção das prestações fornecidas para a realização das vendas e prestações de serviços (compreendendo as correcções de valor).
3. Resultado bruto proveniente das vendas e prestações de serviços.
4. Custos de distribuição (compreendendo as correcções de valor).
5. Despesas gerais administrativas (compreendendo as correcções de valor).
6. Outros proveitos de exploração.
7. Proveitos provenientes de participações, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
8. Proveitos provenientes de outros valores mobiliários e de créditos indevidos no activo imobilizado, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
9. Outros juros e proveitos assimilados, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
10. Correcções de valor sobre imobilizações financeiras e sobre valores (SIC! valores) mobiliários fazendo parte do activo circulante.
11. Juros e encargos assimilados, com menção separada dos respeitantes a empresas ligadas.
12. Impostos sobre o resultado proveniente das actividades normais.
13. Resultado proveniente das actividades normais, depois de impostos.
14. Proveitos excepcionais.
15. Encargos excepcionais (SIC! excepcionais).
16. Resultado excepcional.
17. Impostos sobre o resultado excepcional.
18. Outros impostos não figurando nas rubricas acima.
19. Resultado do exercício.

Artigo 26°

A. Encargos

1. Custos de produção das prestações fornecidas para a realização das vendas e prestações de serviços (compreendendo as correcções de valor).

2. Custos de distribuição (compreendendo as correcções de valor).
3. Despesas gerais administrativas (compreendendo as correcções de valor).
4. Correcções de valor sobre imobilizações financeiras e sobre valores mobiliários fazendo parte do activo circulante.
5. Juros e encargos assimilados, com menção separada dos respeitantes a empresas ligadas.
6. Impostos o (SIC! sobre o) resultado proveniente das actividades normais.
7. Resultado proveniente das actividades normais, depois de impostos.
8. Encargos excepcionais.
9. Impostos sobre o resultado excepcional.
10. Outros impostos não figurando nas rubricas acima.
11. Resultado do exercício.

78/660/CEE

B. Proveitos

1. Montante líquido das vendas e prestações de serviços.
2. Outros proveitos de exploração.
3. Proveitos provenientes de participações, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
4. Proveitos provenientes de outros valores mobiliários e de créditos incluídos no activo imobilizado, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
5. Outros juros e proveitos assimilados, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas.
6. Resultado proveniente das actividades normais depois de impostos.
7. Proveitos excepcionais.
8. Resultado do exercício.

Artigo 27°

Os Estados-membros podem autorizar as sociedades que, na data de encerramento do balanço, não ultrapassem os limites quantitativos de dois dos três critérios seguintes:

- total do balanço: 10 000 000 de ecus;
- montante líquido do volume de negócios: 20 000 000 de ecus;
- número de membros de pessoal empregue em média durante o exercício: 250,

94/8/CE

94/8/CE

a derrogar os esquemas figurando nos artigos 23° a 26° dentro dos seguintes limites:

- a) Artigo 23°: reagrupamento das rubricas 1 a 5, inclusive, sob uma única rubrica denominada «Resultado bruto».

- b) Artigo 24°: reagrupamento das rubricas A1, A2 e B1 a B4, inclusive, sob uma única rubrica denominada «Proveitos brutos» ou «Encargos brutos», conforme o caso.
- c) Artigo 25°: reagrupamento das rubricas 1, 2, 3 e 6 numa única rubrica denominada «Resultado bruto».
- d) Artigo 26°: reagrupamento das rubricas A1, B1 e B2 numa única rubrica denominada (SIC! denominada) «Proveitos brutos» ou «Encargos brutos», conforme o caso.

78/660/CEE

O artigo 12° é aplicável.

SECÇÃO 6

Disposições particulares respeitantes a certas rubricas da conta de ganhos e perdas

Artigo 28°

O montante líquido das vendas e prestações de serviços (SIC!) de serviços compreende os montantes resultantes da venda dos produtos e da prestação de serviços correspondentes às actividades normais da sociedade, dedução feita das reduções sobre vendas, assim como da taxa sobre o valor acrescentado e de outros impostos directamente ligados às vendas e prestações de serviços.

Artigo 29°

1. Nas rubricas «Proveitos extraordinários» ou «Encargos extraordinários» devem figurar os proveitos ou encargos não provenientes das actividades normais da sociedade.
2. Se os proveitos e encargos mencionados no n° 1 forem importantes para apreciação dos resultados, devem ser dadas no anexo explicações sobre o seu montante e a sua natureza. O mesmo se aplica para os proveitos e encargos imputáveis a um outro exercício.

Artigo 30°

Os Estados-membros podem permitir que os impostos sobre o resultado proveniente das actividades normais e os impostos sobre o resultado excepcional sejam agrupados e inscritos na conta de ganhos e perdas numa rubrica figurando antes da rubrica «Outros impostos não figurando nas rubricas acima». Nesse caso, a rubrica «Resultado proveniente das actividades normais, depois de impostos» que figura nos esquemas dos artigos 23° a 26° é suprimida.

Quando esta derrogação for aplicada, as sociedades devem fornecer no anexo informações sobre as proporções em que os impostos sobre o resultado incidem sobre o resultado proveniente das actividades normais e sobre (SIC! sobre o) resultado excepcional.

SECÇÃO 7
Regras da valorimetria

78/660/CEE

*Artigo 31**

1. Os Estados-membros assegurarão que a valorimetria das rubricas que figuram nas contas anuais seja feita de acordo com os seguintes princípios gerais:

- a) Presume-se que a sociedade continua as suas actividades;
- b) Os critérios valorimétricos não podem ser modificados de um exercício para o outro;
- c) O princípio de prudência deve em qualquer caso ser observado e em particular:
 - aa) Somente os lucros realizados à data de encerramento do balanço podem nele ser inscritos;
 - bb) Devem tomar-se em conta os riscos previsíveis e as perdas eventuais que tenham a sua origem no exercício ou num exercício anterior, mesmo se estes riscos ou perdas apenas tiverem sido conhecidos entre a data de encerramento do balanço e a data na qual este é elaborado;
 - cc) Devem tomar-se em conta as depreciações, quer o exercício apresente prejuízo quer lucro;
- d) Devem tomar-se em consideração os encargos e os proveitos respeitantes ao exercício a que se referem as contas, sem atenção à data de pagamento ou de recebimento destes encargos ou proveitos;
- e) Os elementos das rubricas do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente;
- f) O balanço de abertura de um exercício deve corresponder ao balanço de encerramento do exercício precedente.

2. Admitem-se, em casos excepcionais, derrogações a estes princípios gerais. Quando se faça uso destas derrogações, estas devem ser assinaladas no anexo e devidamente justificadas, com indicação da sua influência sobre o património, a situação financeira e os resultados.

*Artigo 32**

A valorimetria das rubricas que figuram nas contas anuais faz-se segundo as disposições dos artigos 34° a 42°, baseadas no princípio do preço de aquisição ou do custo de produção.

*Artigo 33**

1. Os Estados-membros podem declarar à Comissão (SIC! Comissão) que se reservam a possibilidade, por derrogação ao artigo 32° e até coordenação ulterior, de autorizar ou de impor para todas as sociedades ou certas categorias de sociedades:

- 78/660/CEE
- a) A valorimetria com base no valor de substituição para as imobilizações corpóreas cuja utilização é limitada no tempo, assim como para as existências;
 - b) A valorimetria das rubricas figurando nas contas anuais, incluindo os capitais próprios, na base de outros métodos diferentes do indicado na alínea (SIC! alínea) a), destinados a ter em conta a inflação;
 - c) A reavaliação das imobilizações corpóreas, assim como das imobilizações financeiras.

Quando as legislações nacionais prevejam os critérios de valorimetria mencionados nas alíneas a), b) ou c), devem determinar o seu conteúdo, limites e modalidades de aplicação.

A aplicação de um tal método é referenciada no anexo, com indicação das respectivas rubricas do balanço (SIC! balanço) e da conta de ganhos e perdas, assim como do método adoptado para o cálculo dos valores apresentados.

2. a) No caso de aplicação do n.º 1, o montante das diferenças entre a avaliação feita na base do método utilizado e a avaliação feita segundo a regra geral do artigo 32.º deve ser levado ao passivo, à rubrica «Reserva de reavaliação». O tratamento fiscal desta rubrica deve ser explicado no balanço ou no anexo. Para aplicação da última alínea do n.º 1, as sociedades publicarão designadamente, no anexo, um quadro evidenciando, sempre que a reserva for alterada durante o exercício:
 - o montante da reserva de reavaliação no início do exercício;
 - as diferenças de reavaliação transferidas para a reserva de reavaliação durante o exercício;
 - os montantes que tenham sido convertidos em capital ou transferidos de qualquer outro modo da reserva de reavaliação durante o exercício, com a indicação da natureza de tal transferência;
 - o montante da reserva de reavaliação no fim do exercício.
- b) A reserva de reavaliação pode ser convertida em capital, no todo ou em parte, em qualquer momento.
- c) A reserva de reavaliação deve ser dissolvida na medida em que os montantes a ela afectos não sejam já necessários para aplicação do método de avaliação utilizado e para a realização dos seus objectivos.

Os Estados-membros podem prever regras regulando a utilização da reserva de reavaliação, com a condição de que os acréscimos na conta de ganhos e perdas provenientes da reserva de reavaliação não possam ser efectuados senão na medida em que os montantes transferidos tenham sido inscritos como encargos na conta de ganhos e perdas ou representem mais-valias efectivamente realizadas. Estes montantes devem ser indicados separadamente na conta de ganhos e perdas. Nenhuma parte da reserva de reavaliação pode ser objeto de distribuição, directa ou indirecta, a não ser que corresponda a uma mais-valia realizada.

- d) Salvo nos casos previstos nas alíneas b) e c), a reserva de reavaliação não pode ser dissolvida.
3. As correcções de valor são calculadas em cada ano na base do valor retido para o exercício considerado. Todavia, em derrogação aos artigos 4° e 22°, os Estados-membros podem autorizar ou exigir que apenas o montante das correcções de valor resultantes da aplicação da regra geral prevista no artigo 32° figure nas rubricas pertinentes dos esquemas mencionados (SIC! mencionados) nos artigos 23° a 26° e que a diferença resultante da aplicação do método de avaliação adoptado, em conformidade com o presente artigo, figure separadamente nos esquemas. Além disso, os artigos 34° a 42° são aplicáveis por analogia.
4. No caso de aplicação do n° 1, deve ser mencionado no balanço ou no anexo, separadamente para cada uma das rubricas do balanço previstas nos esquemas que figuram nos artigos 9° e 10°, excepto as existências:
- a) O montante da valorização efectuada conforme a regra geral prevista no artigo 32° (SIC! 32° e) o montante acumulado das correcções de valor tal como elas se apresentem na data de encerramento do balanço; ou
 - b) O montante, na data de encerramento do balanço, da diferença entre a valorização efectuada conforme o presente artigo e a que resultaria da aplicação do artigo 32° e, sendo caso disso, o montante acumulado das correcções de valor complementares.
5. Sem prejuízo do artigo 52°, o Conselho, sob proposta da Comissão, procederá, num prazo de sete anos a contar da notificação da presente directiva, ao exame e, se for esse o caso, à alteração do presente artigo em função da evolução económica e monetária na Comunidade.

Artigo 34°

- 1. a) Caso a legislação nacional autorize a inscrição no activo das despesas de estabelecimento, estas devem ser amortizadas num prazo máximo de cinco anos.

- b) Na medida em que as despesas de estabelecimento não estejam completamente amortizadas, é interdita qualquer distribuição de resultados, a menos que o montante das reservas disponíveis para este efeito e os resultados transitados sejam pelo menos iguais ao montante das despesas não amortizadas.
2. Os elementos inscritos na rubrica «Despesas de estabelecimento» devem ser comentados no anexo.

78/660/CEE

Artigo 35°

1.
 - a) Os elementos do activo imobilizado devem ser avaliados ao preço de aquisição ou ao custo de produção, sem prejuízo das alíneas b) e c).
 - b) O preço de aquisição ou o custo de produção dos elementos do activo imobilizado cuja utilização é limitada no tempo deve ser diminuído das correcções de valor calculadas de maneira a amortizar sistematicamente o valor destes elementos durante a sua duração de utilização.
 - c)
 - aa) As imobilizações financeiras podem ser objecto de correcções de valor a fim de dar a estes elementos a (SIC!) o valor inferior que lhes seja atribuído na data de encerramento do balanço.
 - bb) Quer a sua utilização seja ou não limitada no tempo, os elementos do activo imobilizado devem ser objecto de correcções de valor a fim de dar a estes elementos o valor inferior que lhes seja atribuído na data de encerramento do balanço, quando se prever que a depreciação será duradoura.
 - cc) As correcções de valor mencionadas em aa) e bb) devem ser levadas à conta de ganhos e perdas e indicadas separadamente no anexo, se não forem indicadas separadamente na conta de ganhos e perdas.
 - dd) A avaliação por valor inferior mencionada em aa) e bb) não pode manter-se, quando as razões que motivaram as correcções de valor deixam de existir.
 - d) Se os elementos do activo imobilizado forem objecto de correcções de valor excepcionais apenas para efeitos da aplicação da legislação fiscal, deve ser indicado no anexo o montante devidamente justificado destas correcções.
2. O preço de aquisição obtém-se adicionando as despesas acessórias ao preço de compra.
3.
 - a) O custo de produção obtém-se adicionando ao preço de aquisição das matérias-primas e de consumo os custos directamente imputáveis ao produto considerado.

- b) Uma fracção razoável dos custos que não são senão indirectamente imputáveis ao produto considerado pode ser adicionada ao custo de produção na medida em que estes custos respeitem ao período de fabricação.

78/660/CEE

4. A inclusão no custo de produção dos juros sobre os capitais emprestados para financiar a fabricação de imobilizações é permitida na medida em que estes juros respeitem ao período de fabricação. Nestes casos, a sua inscrição no activo deve ser assinalada no anexo.

Artigo 36°

Em derrogação ao artigo 35°, n° 1, alínea c), subalínea cc), os Estados-membros podem permitir às sociedades de investimento, na acepção do artigo 5°, n° 2, compensar as correcções de valor sobre os valores mobiliários directamente com os capitais próprios. Os montantes em questão devem figurar separadamente no passivo do balanço.

Artigo 37°

1. O artigo 34° é aplicável à rubrica «Despesas de investigação e desenvolvimento». Todavia, os Estados-membros podem autorizar, em casos excepcionais, derrogações ao artigo 34°, n° 1, alínea a). Neste caso, podem igualmente prever derrogações ao artigo 34°, parágrafo 1, alínea b). Estas derrogações devem ser assinaladas no anexo e devidamente justificadas.

2. O artigo 34°, n° 1, alínea a), é aplicável à rubrica «Trespasse». Os Estados-membros podem, todavia, autorizar as sociedades a amortizar sistematicamente o seu trespasse num período limitado superior a cinco anos na condição de este período não exceder a duração de utilização deste activo, que seja mencionada no anexo e que seja devidamente justificada.

Artigo 38°

As imobilizações corpóreas e as matérias-primas e de consumo que são constantemente renováveis e cuja (SIC! cujo) valor global é de importância secundária para a empresa podem ser levadas ao activo por uma quantidade e valor fixos, se a sua quantidade, o seu valor e a sua composição não variam sensivelmente.

Artigo 39°

1. a) Os elementos do activo circulante devem ser avaliados ao preço de aquisição ou ao custo de produção, sem prejuízo das alíneas b) e c).

78/660/CEE

- b) Os elementos do activo circulante são objecto de correcções de valor, a fim de dar a estes elementos a (SIC! o) valor inferior de mercado, ou, em circunstâncias particulares, um outro valor inferior que se lhes atribua na data de encerramento do balanço.
 - c) Os Estados-membros podem autorizar correcções de valor excepcionais, se estas são necessárias, com base numa apreciação comercial razoável, para evitar que, num futuro próximo (SIC! próximo), a avaliação destes elementos deva ser modificada por motivos de flutuações de valor. O montante destas correcções de valor deve ser indicado separadamente na conta de ganhos e perdas ou no anexo.
 - d) A avaliação a valor inferior mencionada nas alíneas b) e c) não pode ser mentida (SIC! mantida) se as razões que motivaram as correcções de valor deixaram de existir.
 - e) Se os elementos do activo circulante forem objecto de correcções de valor excepcionais motivadas unicamente pela aplicação da legislação fiscal, deve ser indicado no anexo o seu montante devidamente justificado.
2. A definição do preço de aquisição ou a (SIC!) do custo de produção, figurando no artigo 35°, parágrafos 2 e 3, é aplicável. Os Estados-membros podem igualmente aplicar o artigo 35°, n.º 4. As despesas de distribuição não podem ser incorporadas no custo de produção.

Artigo 40°

1. Estados-membros (SIC! Os Estados-membros) podem permitir que o preço de aquisição ou o custo de produção das existências de objectos da mesma categoria, assim como de todos os elementos fungíveis, incluindo os valores mobiliários, seja calculado na base dos preços médios ponderados ou segundo os métodos «primeira entrada-primeira saída» (FIFO) ou «última entrada-primeira saída» (LIFO), ou um método análogo.

2. Quando a avaliação efectuada no balanço, após a aplicação dos modos de cálculo indicados no n.º 1, difere por um montante importante, na data de encerramento do balanço, de uma avaliação na base do último preço de mercado conhecido antes da data de encerramento do balanço, o montante desta diferença deve ser indicado globalmente por categoria no anexo.

Artigo 41°

1. Quando o montante a reembolsar sobre as dívidas seja superior ao montante recebido, a diferença (SIC! diferença) pode ser levada ao activo e deve ser indicada separadamente no balanço ou no anexo.

2. Esta diferença deve ser amortizada por montantes anuais razoáveis e o mais tardar no momento do reembolso da dívida.

Artigo 42°

O montante das provisões para riscos e encargos não pode ultrapassar as necessidades.

As provisões que figuram no balanço na rubrica «Outras provisões» devem ser discriminadas no anexo, na medida em que sejam de certa importância.

SECÇÃO 8

Conteúdo do anexo

Artigo 43°

1. Além das menções prescritas por outras disposições da presente directiva, o anexo deve comportar pelo menos indicações sobre:

- 1) Os critérios de avaliação aplicados às diversas rubricas das contas anuais, assim como os métodos de cálculo utilizados para as correcções de valor. Relativamente aos elementos contidos nas contas anuais que estejam ou tenham estado na sua origem expressos em moeda estrangeira, devem ser indicadas as bases de conversão utilizadas para a sua expressão em moeda local;
- 2) O nome e a sede das empresas nas quais a sociedade detém, quer ela própria quer através de uma pessoa agindo em seu nome, mas por conta da sociedade, pelo menos uma percentagem (SIC! percentagem) do capital que os Estados-membros não podem fixar em mais de 20 %, com indicação da fracção (SIC! fracção) do capital detido, assim como do montante dos capitais próprios e do resultado do último exercício da empresa em causa para o qual as contas tenham sido aprovadas. Podem ser omitidas estas informações, quando tiverem um interesse pouco significativo face ao objectivo do artigo 2°, n° 3. A indicação dos capitais próprios e do resultado pode igualmente ser omitida quando a empresa em causa não publicar o seu balanço e se ela é participada em menos de 50 %, directa ou indirectamente, pela sociedade;

O nome, a sede e a forma jurídica de todas as empresas de que a sociedade seja sócia de responsabilidade ilimitada. Esta declaração pode ser omitida quando for de interesse irrelevante em relação ao objectivo do n° 3 do artigo 2°.

- 3) O número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o equivalente valor contabilístico das acções subscritas durante o exercício dentro dos limites do capital autorizado, sem prejuízo das disposições respeitantes ao montante deste capital previstas no artigo 2°, n° 1, alínea e), da Directiva 68/151/CEE, assim como no artigo 2°, alínea c), da Directiva 77/91/CEE;
- 4) Quando existam várias categorias de acções, o número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o equivalente valor contabilístico de cada uma delas;

78/660/CEE

90/605/CEE

78/660/CEE

- 78/660/CEE
- 5) A existência de partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares, com indicação do seu número e do âmbito dos direitos que conferem;
 - 6) O montante das dívidas da sociedade cuja duração residual é superior a cinco anos, assim como o montante de todas as dívidas da sociedade cobertas por garantias reais dadas pela sociedade, com indicação da sua natureza e da sua forma. Estas indicações devem ser dadas separadamente para cada uma das rubricas relativas às dívidas, em conformidade com os esquemas que figuram nos artigos 9º e 10º;
 - 7) O montante global dos compromissos (SIC! compromissos) financeiros que não figuram no balanço, na medida em que a sua indicação seja útil para apreciação da situação financeira. Os compromissos existentes em matéria de pensões, assim como os compromissos face a empresas ligadas, devem ser evidenciados de forma distinta;
 - 8) A ventilação do montante líquido das vendas e prestações de serviços no sentido do artigo 28º por categorias de actividade, assim como por mercado geográfico, na medida em que, do ponto de vista da organização da venda dos produtos e da prestação de serviços correspondendo às actividades normais da sociedade, estas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável;
 - 9) O número de membros do pessoal empregue em média durante o exercício, ventilado por categorias, assim como, se não forem mencionadas separadamente na conta de ganhos e perdas, as despesas com o pessoal referentes ao exercício e ventiladas conforme o artigo 23º, ponto 6;
 - 10) A proporção na qual o cálculo do resultado do exercício foi afectado por uma avaliação das rubricas que, em derrogação dos princípios (SIC! princípios) dos artigos 31º e 34º a 42º foi executada durante o exercício ou num exercício anterior com vista a obter vantagens fiscais. Quando tal avaliação influenciar de maneira não negligenciável a carga fiscal futura, devem ser dadas indicações sobre esse facto;
 - 11) A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios, na medida em que esta diferença tenha interesse significativo face à carga fiscal futura. Este montante pode igualmente figurar de modo acumulado no balanço numa rubrica especial a intitular em conformidade;
 - 12) O montante das remunerações atribuídas (SIC! atribuídas) com referência ao exercício aos membros dos órgãos de administração, de direcção ou de fiscalização por motivo das suas funções, assim como os compromissos surgidos ou contratados em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados. Estas informações devem ser dadas de forma global para cada categoria;

- 13) O montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direcção ou de fiscalização, com indicação de taxas de juro, das condições principais e dos montantes eventualmente reembolsados, assim como os compromissos tomados por sua conta a título de qualquer garantia. Estas informações devem ser dadas de forma global para cada categoria.
2. Até coordenação ulterior, os Estados-membros podem não aplicar o n.º 1, ponto 2), às sociedades de participação financeira nos termos do artigo 5.º, n.º 3.
3. Os Estados-membros podem permitir que não sejam fornecidas as indicações previstas no ponto 12 do n.º 1, sempre que tais indicações permitam identificar a situação de um membro determinado desses órgãos.

78/660/CEE

90/604/CEE

Artigo 44°

1. Os Estados-membros podem permitir que as sociedades referidas no artigo 11º elaborem um anexo sintético sem inclusão das informações requeridas no n.º 1, pontos 5 a 12, do artigo 43º. Todavia, o anexo deve fornecer globalmente, quanto a todas as rubricas em questão, as informações previstas no n.º 1, ponto 6, do artigo 43º.
2. Os Estados-membros podem, além disso, permitir que as sociedades referidas no n.º 1 fiquem isentas da obrigação de fornecer no anexo os dados previstos nos n.º 3, alínea a), e n.º 4 do artigo 15º, bem como nos artigos 18º e 21º, no n.º 2 do artigo 29º, no segundo parágrafo do artigo 30º, no n.º 2 do artigo 34º, no n.º 2 do artigo 40º e no segundo parágrafo do artigo 42º.
3. Aplica-se o artigo 12º.

Artigo 45°

1. Os Estados-membros podem permitir que as indicações mencionadas no artigo 43°, n° 1, ponto 2):
 - a) Tomem a forma de um extracto apresentado em conformidade com o artigo 3°, n°s 1 e 2, da Directiva 68/151/CEE; o facto deve ser mencionado no anexo;
 - b) Sejam omitidas, quando sejam de natureza a causar grave prejuízo a uma das empresas mencionadas no artigo 43°, n° 1 (SIC! n° 1), ponto 2). Os Estados-membros podem subordinar esta omissão a autorização prévia de uma autoridade administrativa ou judicial. A omissão destas indicações deve ser mencionada no anexo.
2. O n° 1, alínea b), aplica-se igualmente às indicações prescritas no artigo 43°, n° 1, ponto 8).

78/660/CEE

Os Estados-membros podem autorizar as sociedades mencionadas no artigo 27° a omitir indicações previstas no artigo 43°, n° 1, ponto 8). O artigo 12° é aplicável.

78/660/CEE

SECÇÃO 9

Conteúdo do relatório de gestão

Artigo 46°

1. O relatório de gestão deve conter, pelo menos, uma exposição fiel acerca da evolução dos negócios e da situação da sociedade.
2. O relatório deve igualmente incluir indicações sobre:
 - a) Os acontecimentos importantes verificados após o encerramento do exercício;
 - b) A evolução previsível da sociedade;
 - c) As actividades em matéria de investigação e desenvolvimento;
 - d) No que respeita à aquisição de acções próprias, as indicações mencionadas no artigo 22°, n° 2, da Directiva 77/91/CEE;
 - e) A existência das sucursais da sociedade.

89/666/CEE

3. Os Estados-membros podem permitir que as sociedades referidas no artigo 11° não sejam obrigadas a elaborar o relatório de gestão, sob condição de inscreverem no anexo as informações referidas no n° 2 do artigo 22° da Directiva 77/91/CEE e respeitante à aquisição das acções próprias.

90/604/CEE

SECÇÃO 10

Publicidade

Artigo 47°

1. As contas anuais regularmente aprovadas e o relatório de gestão, assim como o relatório elaborado pela pessoa encarregada do controlo das contas, devem ser objecto de publicidade efectuada de acordo com as modalidades previstas pela legislação de cada Estado-membro em conformidade com o artigo 3 (SIC! artigo 3°) da Directiva 68/151/CEE.

Todavia, a legislação de um Estado-membro pode permitir que o relatório de gestão não seja objecto da publicidade acima mencionada. Neste caso, o relatório de gestão é posto à disposição do público na sede da sociedade no Estado-membro respectivo. Uma cópia integral ou parcial deste relatório deve poder ser obtida por um simples pedido. O preço exigido por esta cópia não pode exceder o seu custo administrativo.

83/349/CEE

- 1A. O Estado-membro da sociedade referida no n° 1, segundo e terceiro parágrafos, do artigo 1° (sociedade abrangida) pode dispensar esta sociedade da publicação das suas contas, nos termos do artigo 3° da Directiva 68/151/CEE, desde que essas contas fiquem à disposição do público na sua sede social, se:

90/605/CEE

- a) Todos os sócios de responsabilidade ilimitada da sociedade abrangida forem sociedades contempladas pelo n.º 1, primeiro parágrafo, do artigo 1.º, regidas pela legislação de Estados-membros diferentes daquele por cuja legislação se rege essa sociedade e nenhuma dessas sociedades publicar as contas da sociedade abrangida juntamente com as suas próprias contas, ou se

90/605/CEE

- b) Todos os sócios de responsabilidade ilimitada forem sociedades não sujeitas à legislação de um Estado-membro, mas cuja forma jurídica seja comparável às contempladas pela Directiva 68/151/CEE.

Deve ser facultada cópia das contas mediante simples pedido. O preço exigido por essa cópia não pode exceder o seu custo administrativo. Devem ser previstas sanções adequadas em caso de não cumprimento da obrigação de publicidade imposta pelo presente número.

2. Em derrogação ao n.º 1, os Estados-membros podem permitir que as sociedades mencionadas no artigo 11.º publiquem:

78/660/CEE

- a) Um balanço sintético contendo apenas as rubricas precedidas de letras e algarismos romanos previstos nos artigos 9.º e 10.º, com menção separada das informações pedidas entre parêntesis em D, II, do activo, e C do passivo do artigo 9.º, assim como em D, II, do artigo 10.º, mas de uma maneira global para todas as rubricas respectivas;

- b) Um anexo sintético, nos termos do artigo 44.º.

90/604/CEE

O artigo 12.º é aplicável.

78/660/CEE

Além disso, os Estados-membros podem permitir a estas sociedades não publicar a sua conta de ganhos e perdas, o seu relatório de gestão, assim como o relatório elaborado pela pessoa encarregada do controlo das contas.

3. Os Estados-membros podem permitir que as sociedades mencionadas no artigo 27.º publiquem; (SIC! publiquem:)

- a) Um balanço sintético tomando apenas as rubricas precedidas de letras e de algarismos romanos previstos nos artigos 9.º e 10.º, com menção separada no balanço ou no anexo:

- das rubricas C I 3, C II 1, 2, 3 e 4, C III 1, 2, 3, 4 e 7, D II 2, 3 e 6 e D III 1 e 2, do activo, assim como C 1, 2, 6, 7 e 9, do passivo, do artigo 9.º;
- das rubricas C I 3, C II 1, 2, 3 e 4, C III 1, 2, 3, 4 e 7, D II 2, 3 e 6, D III 1 e 2, F 1, 2, 6, 7 e 9, assim como I 1, 2, 6, 7 e 9, do artigo 10.º;

78/660/CEE

- das informações pedidas entre parêntesis nas rubricas D II, do activo e C do passivo do artigo 9º, mas de maneira global para todas as rubricas respectivas e separadamente para as rubricas D II 2 e 3 do activo, assim como C 1, 2, 6, 7 e 9 do passivo;
 - das informações pedidas entre parêntesis na rubrica D II, do artigo 10º, mas de maneira global para todas as rubricas respectivas e separadamente para as rubricas D II 2 e 3;
- b) Um anexo abreviado, sem as indicações pedidas no artigo 43º, nº 1, pontos 5), 6), 8), 10) e 11). Todavia, o anexo deve indicar as informações previstas no artigo 43º, nº 1, ponto 6), de uma maneira global para todas as rubricas respectivas.

O presente parágrafo não prejudica o nº 1 no que respeita à conta de ganhos e perdas, ao relatório de gestão, assim como ao relatório elaborado pela pessoa encarregada do controlo das contas.

O artigo 12º é aplicável.

Artigo 48º

Aquando de qualquer publicação integral, as contas anuais e o relatório de gestão devem ser reproduzidos segundo a forma e o texto na base dos quais o (SIC! a) pessoa encarregada do controlo das contas elaborou o seu relatório. Estes documentos devem ser acompanhados do texto integral da certificação. Se a pessoa encarregada do controlo das contas emitir reservas ou recusou a sua certificação, este facto deve ser assinalado e as razões devem ser dadas.

Artigo 49º

Se as contas anuais não forem publicadas na íntegra, deve precisar-se que se trata de uma versão sintética e deve ser feita referência ao registo junto do qual as contas foram depositadas em conformidade (SIC! conformidade com) o artigo 47º, nº 1. Se este depósito ainda não tiver sido efectuado, este facto (SIC! facto) deve ser mencionado. A certificação da pessoa encarregada do controlo das contas não pode acompanhar esta publicação, mas deve ser mencionado se a certificação foi dada com ou sem reserva ou se ela foi recusada.

Artigo 50º

Devem ser publicadas ao mesmo tempo que as contas anuais e segundo as mesmas modalidades:

- a proposta da aplicação dos resultados;
- a aplicação dos resultados,

no caso em que estes elementos não apareçam nas contas anuais.

Artigo 50°A

90/604/CEE

As contas anuais, além de publicadas na moeda em que são elaboradas, podem sê-lo em ecus, utilizando a taxa de conversão em vigor à data de encerramento do balanço. Esta taxa é indicada no anexo.

SECÇÃO 11

78/660/CEE

Controlo*Artigo 51°*

1. a) As sociedades devem fazer controlar as contas anuais por uma ou várias pessoas habilitadas face à lei nacional para o controlo das contas;
- b) A pessoa ou pessoas encarregadas do controlo das contas devem igualmente verificar a concordância do relatório de gestão com as contas anuais do exercício.
2. Os Estados-membros podem isentar da obrigação prevista no n° 1 as sociedades mencionadas no artigo 11°.

O artigo 12° (SIC! 12° é) aplicável.

3. No caso mencionado no n° 2, os Estados-membros introduzirão na sua legislação as sanções adequadas para o caso em que as contas anuais ou o relatório de gestão das sociedades em questão não sejam elaborados em conformidade com a presente directiva.

SECÇÃO 12

Disposições finais*Artigo 52°*

1. É criado junto da Comissão um comité de contacto tendo por missão:
 - a) Facilitar, sem prejuízo dos artigos 169° e 170° de tratado (SIC! do Tratado), uma aplicação harmónica da presente directiva por uma concertação regular incidindo especialmente sobre os problemas concretos da sua aplicação;
 - b) Aconselhar, quando necessário, a Comissão sobre os complementos ou as alterações a fazer à presente directiva.
2. O comité de contacto é composto por representantes dos Estados-membros, assim como por representantes da Comissão. A presidência é assegurada por um representante da Comissão. O secretariado é assegurado pelos serviços da Comissão.
3. O comité é convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou a pedido de um dos seus membros.

Artigo 53°

78/660/CEE

1. O ecu, na acepção da presente directiva, é o definido no Regulamento (CEE) n° 3180/78 ⁽¹⁾, com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) n° 2626/84 ⁽²⁾, e pelo Regulamento (CEE) n° 1971/89 ⁽³⁾.

90/604/CEE

O contravalor em moeda nacional será o que for aplicável em 8 de Novembro de 1990.

2. O Conselho, sob proposta da Comissão, procederá todos os cinco anos ao exame e, sendo caso disso, à revisão dos montantes da presente directiva expressos em unidades de conta europeias, em função da evolução económica e monetária na Comunidade.

78/660/CEE

~~*Artigo 54°*~~

89/666/CEE - deleted

Artigo 55°

78/660/CEE

1. Os Estados-membros porão em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para se conformarem à presente directiva num prazo de dois anos a contar da sua notificação. Eles devem informar imediatamente esse facto à Comissão.

2. Os Estados-membros podem prever que as disposições mencionadas no n° 1 não se apliquem senão dezoito meses depois do termo do prazo previsto no dito parágrafo.

Todavia, estes dezoito meses podem ser alargados a cinco anos:

- a) No que respeita as (SIC! às) *unregistered companies* no Reino-Unido e na Irlanda;
- b) No que respeita a (SIC! à) aplicação dos artigos 9° e 10°, assim como dos artigos 23° a 26° (SIC! 26°,) respeitantes aos esquemas do balanço e da conta de lucros e perdas, na medida em que um Estado-membro tenha posto em vigor, para estes documentos, esquemas diferentes num período máximo de três anos antes da presente directiva;
- c) No que respeita à aplicação das disposições da presente directiva que respeitem ao cálculo e apresentação no balanço de amortizações aferentes aos elementos do património que dependem das rubricas do activo mencionadas no artigo 9°, rubricas C, II, 2 e 3, e no artigo 10°, rubricas C, II, 2 e 3;
- d) No que respeita à aplicação do artigo 47°, n° 1, excepto no que respeita às sociedades já submetidas á (SIC! à) obrigação de publicidade em virtude do artigo 2°, n° 1, alínea f), da Directiva 68/151/CEE. Neste caso, o artigo 47°, n° 1, segunda alínea, da presente directiva aplica-se às contas anuais e ao relatório elaborado pela pessoa encarregada do controlo das contas;
- e) No que respeita à aplicação do artigo 51°, n° 1.

Além disso, este prazo de dezoito meses pode ser alargado para oito anos no que respeita às sociedades de navegação cujo objecto principal é a navegação e que existam já no momento da entrada em vigor das disposições mencionadas no n° 1.

⁽¹⁾ JO n° L 379 de 30. 12. 1978, p. 1.

⁽²⁾ JO n° L 247 de 16. 9. 1984, p. 1.

⁽³⁾ JO n° L 189 de 4. 7. 1989, p. 1.

3. Os Estados-membros tomarão o cuidado de comunicar à Comissão o texto das principais disposições de direito interno que adoptem no domínio regulamentado pela presente directiva.

78/660/CEE

Artigo 56°

83/349/CEE

1. A obrigação de indicar nas contas anuais as rubricas previstas nos artigos 9°, 10° e 23° a 26° que se referem às empresas coligadas na acepção do artigo 41° da Directiva 83/349/CEE e a obrigação de dar informações relativas a estas empresas, de acordo com o n° 2 do artigo 13°, artigo 14° e n° 1, ponto 7, do artigo 43°, entram em vigor a partir da data indicada no n° 2 do artigo 49° da directiva atrás citada.

2. O anexo deve, além disso, incluir:

- a) A denominação e a sede da empresa que elabora as contas consolidadas do maior conjunto de empresas de que a sociedade faça parte enquanto empresa filial;
- b) A denominação e a sede da empresa que elabora as contas consolidadas do conjunto mais pequeno de empresas incluídas (SIC! incluídas) no conjunto de empresas referidas na alínea a), de que a sociedade faça parte enquanto empresa filial;
- c) O local onde as contas consolidadas referidas nas alíneas a) e b) possam ser obtidas deve ser mencionado, a não ser que elas não estejam disponíveis.

Artigo 57°

Sem prejuízo das Directivas 68/151/CEE e 77/91/CEE, os Estados-membros podem não aplicar às sociedades sujeitas ao seu direito nacional, que sejam empresas filiais na acepção da Directiva 83/349/CEE, as disposições da presente directiva relativas ao conteúdo, à fiscalização bem como à publicidade das contas anuais, se estiverem preenchidas as condições seguintes:

- a) A empresa-mãe esteja sujeita ao direito de um Estado-membro;
- b) Todos os accionistas ou sócios da empresa filial se tenham declarado de acordo com a dispensa atrás referida; esta declaração é requerida para cada exercício;
- c) A empresa-mãe se tenha declarado garante dos compromissos contraídos pela empresa filial;
- d) As declarações referidas nas alíneas b) e c) sejam objecto de uma publicidade por parte da empresa filial segundo os modos previstos pela legislação do Estado-membro, de acordo com o artigo 3° da Directiva 68/151/CEE;
- e) A empresa filial seja incluída nas contas consolidadas elaboradas pela empresa-mãe de acordo com a Directiva 83/349/CEE;

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <p>f) A dispensa acima referida seja mencionada no anexo das contas consolidadas pela empresa-mãe;</p> <p>g) As contas consolidadas referidas na alínea e), o relatório consolidado de gestão e o relatório da pessoa encarregada da fiscalização destas contas sejam objecto de publicidade por parte da empresa filial segundo os modos previstos pela legislação do Estado-membro, de acordo com o artigo 3º da Directiva 68/151/CEE.</p> | 83/349/CEE |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

Artigo 57ª

90/605/CEE

1. Os Estados-membros podem exigir das sociedades contempladas pelo n.º 1, primeiro parágrafo, do artigo 1º, regidas pela sua legislação, que sejam sócias de responsabilidade ilimitada de qualquer das sociedades referidas no n.º 1, segundo e terceiro parágrafos, do artigo 1º (sociedade abrangida), que elaborem, mandem controlar e publiquem, juntamente com as suas próprias contas, e de acordo com o disposto na presente directiva, as contas da sociedade abrangida.

Neste caso, as exigências da presente directiva não se aplicam à sociedade abrangida.

2. Os Estados-membros podem aplicar as exigências da presente directiva à sociedade abrangida, se:

- a) As contas desta sociedade forem elaboradas, controladas e publicadas, nos termos do disposto na presente directiva, por uma sociedade contemplada pelo n.º 1, primeiro parágrafo do artigo 1º, que seja sócia de responsabilidade ilimitada da sociedade abrangida e seja regida pela legislação de outro Estado-membro;
- b) A sociedade abrangida for incluída nas contas consolidadas, elaboradas, controladas e publicadas, nos termos da Directiva 83/349/CEE, por um sócio de responsabilidade ilimitada ou se a sociedade abrangida for incluída nas contas consolidadas de um grupo mais vasto de empresas, elaboradas, controladas e publicadas, nos termos da Directiva 83/349/CEE do Conselho, por uma empresa-mãe, regida pela legislação de um Estado-membro. Esta dispensa deve ser mencionada no anexo das contas consolidadas.

3. Nestes casos, a sociedade abrangida é obrigada a comunicar, a quem o solicite, o nome da sociedade que publica as contas.

Artigo 58ª

83/349/CEE

Os Estados-membros podem não aplicar às sociedades sujeitas ao seu direito nacional, que sejam empresas-mãe na acepção da Directiva 83/349/CEE, as disposições da presente directiva relativas à fiscalização, bem como à publicação, da conta de ganhos e perdas, se estiverem preenchidas as seguintes condições:

- a) A empresa-mãe elabore contas consolidadas de acordo com a Directiva 83/349/CEE e esteja compreendida nas contas consolidadas;
- b) A dispensa atrás referida seja mencionada no anexo das contas anuais da empresa-mãe;
- c) A dispensa atrás referida seja mencionada no anexo das contas consolidadas elaboradas pela empresa-mãe;
- d) O resultado do exercício da empresa-mãe, calculado de acordo com a presente directiva, figure no balanço da empresa-mãe.

83/349/CEE

Artigo 59°

1. Os Estados-membros podem permitir ou determinar que as participações, na acepção do artigo 17°, detidas no capital de empresas sobre cuja gestão e política financeira das quais seja exercida uma influência significativa, sejam inscritas no balanço de acordo com os nºs 2 a 9 seguintes, como sub-rubricas das rubricas «Partes em empresas coligadas» e «Participações», conforme for o caso. Presume-se que uma empresa exerce uma influência significativa sobre outra empresa quando detenha 20 % ou mais dos direitos de voto dos accionistas ou sócios desta empresa. O artigo 2° da Directiva 83/349/CEE é aplicável.

2. Quando este artigo for aplicado pela primeira vez a uma participação referida no nº 1, esta deverá ser inscrita no balanço:

- a) Seja pelo seu valor contabilístico avaliado de acordo com os artigos 31° a 42°. A diferença entre este valor e o montante correspondente à fracção dos capitais próprios representada por esta participação deve ser mencionada separadamente no balanço ou no anexo. Esta diferença deve ser calculada na data em que o método tenha sido aplicado pela primeira vez.
- b) Seja pelo montante correspondente à fracção dos capitais próprios representada por esta participação. A diferença entre este montante e (SIC! e o) valor contabilístico avaliado de acordo com as regras de avaliação previstas nos artigos 31° a 42° deve ser mencionada separadamente no balanço ou no anexo. Esta diferença deve ser calculada na data em que o método tiver sido aplicado pela primeira vez.
- c) Os Estados-membros podem determinar a aplicação de uma ou outra das alíneas a) e b). O balanço ou o anexo deve indicar qual das alíneas a) ou b) foi utilizada.

83/349/CEE

- d) Além (SIC! Além) disso, os Estados-membros podem, para a aplicação das alíneas a) e b), determinar ou permitir que o cálculo da diferença se efectue na data de aquisição da participação referida no n.º 1 ou, no caso das aquisições terem sido realizadas em datas diferentes, na data em que as acções ou partes se tiverem tornado uma participação na acepção do n.º 1.
3. Sempre que elementos do activo ou do passivo da empresa na qual seja detida uma participação na acepção do n.º 1 tenham sido avaliados segundo métodos diferentes dos utilizados pela sociedade ao elaborar as suas contas anuais, estes elementos podem, para o cálculo da diferença referida no n.º 2, alínea a) ou alínea b), ser de novo avaliados de acordo com os métodos utilizados pela sociedade ao elaborar as suas contas anuais. Sempre que se não tiver procedido a esta nova avaliação, deve mencionar-se este facto em anexo. Os Estados-membros podem impor esta nova avaliação.
4. O valor contabilístico na alínea a) do n.º 2 ou o montante correspondente à fracção dos capitais próprios referido na alínea b) do n.º 2 será acrescido ou deduzido do montante da variação, entretanto verificada no decorrer do exercício, da fracção dos capitais próprios representada por esta participação; tal valor é reduzido do montante dos dividendos correspondente à participação.
5. Na medida em que uma diferença positiva mencionada na alínea a) ou alínea b) do n.º 2 não seja relacionável com uma categoria de elementos do activo ou do passivo, ela deve ser tratada de acordo com as regras aplicáveis (SIC! aplicáveis) à rubrica «Fundos de comércio».
6. a) A fracção do resultado atribuível às participações referidas no n.º 1 deve ser inscrita na conta de ganhos e perdas numa rubrica própria a intitular convenientemente.
- b) Sempre que este montante exceda o montante dos dividendos já recebidos ou cujo pagamento possa ser exigido, o montante da diferença deve ser levado a uma reserva que não pode ser distribuída aos accionistas.
- c) Os Estados-membros podem permitir ou determinar que a fracção do resultado atribuível às participações referidas no n.º 1 não figure na conta de ganhos e perdas a não ser na medida em que ela corresponda a dividendos já recebidos ou cujo pagamento possa ser exigido.
7. As eliminações referidas no n.º 1, alínea c), do artigo 26.º da Directiva 83/349/CEE devem ser efectuadas na medida em que os elementos sejam conhecidos ou estejam acessíveis. Os n.ºs 2 e 3 do artigo 26.º da directiva atrás citada aplicam-se.
8. Sempre que uma empresa na qual é detida uma participação na acepção do n.º 1 elabora contas consolidadas, as disposições dos números precedentes são aplicáveis aos capitais próprios inscritos nestas contas consolidadas.

9. Pode renunciar-se à aplicação do presente artigo quando as participações referidas no n.º 1 não apresentem um interesse significativo relativamente ao objectivo do n.º 3 do artigo 2.º.

83/349/CEE

Artigo 60.º

78/660/CEE

Até coordenação ulterior, os Estados-membros podem prever que a avaliação dos valores nos quais as sociedades de investimento, no sentido do artigo 5.º, n.º 2, colocaram os seus fundos, se faça com base no valor de mercado.

Neste caso, os Estados-membros podem igualmente dispensar as sociedades de investimento de capital variável de fazer figurar de forma distinta os montantes das correcções de valor mencionados no artigo 36.º.

Artigo 61.º

83/349/CEE

Os Estados-membros podem não aplicar a uma sociedade sujeita ao respectivo direito nacional, que seja uma empresa-mãe na acepção da Directiva 83/349/CEE, as disposições do n.º 1, ponto 2, do artigo 43.º da presente directiva relativa (SIC! directiva, relativas) aos montantes dos capitais próprios e ao montante do resultado das empresas em causa:

- a) Sempre que as empresas consideradas estejam incluídas nas contas consolidadas elaboradas por esta empresa-mãe ou nas contas concolidadas (SIC! consolidadas) de um conjunto maior de empresas referidas no n.º 2 do artigo 7.º da Directiva 83/349/CEE,
- ou
- b) Sempre que os direitos detidos no respectivo capital sejam tratados por esta empresa-mãe nas suas contas anuais de acordo com o artigo 59.º ou nas contas consolidadas que esta empresa-mãe elabore de acordo com o artigo 33.º da Directiva 83/349/CEE.

Artigo 62.º

78/660/CEE

Os Estados-membros são destinatários da presente directiva. Feito em Bruxelas em 25 de Julho de 1978. (SIC!)

SÉTIMA DIRECTIVA DO CONSELHO

de 13 de Junho de 1983

baseada no n.º 3, alínea g), do artigo 54.º do Tratado e relativa às contas consolidadas (83/349/CEE)

O CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e, nomeadamente, o n.º 3, alínea g), do seu artigo 54.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão ⁽¹⁾,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu ⁽²⁾,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social ⁽³⁾,

Considerando que o Conselho adoptou, em 25 de Julho de 1978, a Directiva 78/660/CEE ⁽⁴⁾ tendente a coordenar as legislações nacionais sobre as contas anuais de certas formas de sociedades; que um importante número de sociedades fazem parte de conjuntos de empresas; que devem ser elaboradas contas consolidadas para que a informação financeira sobre esses conjuntos de empresas seja levado (SIC! levada) ao conhecimento dos sócios e de terceiros; que, por conseguinte, se revela necessária uma coordenação das legislações nacionais sobre as contas consolidadas a fim de realizar os objectivos de comparabilidade e de equivalência entre essas informações;

Considerando que, para determinar as condições da consolidação, é preciso considerar não só os casos em que o poder de controlo se baseia numa maioria de direito de voto mas também os casos em que se baseia em acordos, onde tais acordos são admitidos; que é necessário, além disso, permitir aos Estados-membros onde isso aconteça regular os casos em que, em determinadas circunstâncias, o exercício efectivo do controlo foi estabelecido com base numa participação minoritária; que, finalmente, é necessário permitir aos Estados-membros regular o caso dos conjuntos de empresas que se encontram em pé de igualdade entre si;

⁽¹⁾ JO n.º C 121 de 2. 6. 1976, p. 2.

⁽²⁾ JO n.º C 163 de 10. 7. 1978, p. 60.

⁽³⁾ JO n.º C 75 de 26. 3. 1977, p. 5.

⁽⁴⁾ JO n.º L 222 de 14. 8. 1978, p. 11.

Considerando que a coordenação em matéria de contas consolidadas tem por objectivo proteger os interesses ligados às sociedades de capitais; que esta protecção implica o princípio da elaboração de contas consolidadas sempre que uma sociedade fizer parte de um conjunto de empresas e que estas contas são obrigatórias, pelo menos sempre que a referida sociedade for uma empresamãe (SIC! empresa-mãe); que, além disso, é necessário para uma informação completa que uma empresa filial, que seja ela mesma uma empresa-mãe, elabore contas consolidadas; que, no entanto, uma tal empresamãe (SIC! empresa-mãe) pode e, em certas condições, deve ser dispensada de elaborar tais contas consolidadas desde que os seus sócios e os terceiros sejam suficientemente protegidos;

Considerando que para os conjuntos de empresas que não ultrapassem uma determinada dimensão se pode justificar uma dispensa (SIC! dispensa da) obrigação de elaborar as contas consolidadas; que, consequentemente, é necessário determinar limites máximos para uma tal dispensa; que, neste sentido, os Estados-membros podem ou prever que o facto de ultrapassar o limite numérico de um qualquer dos três critérios seja suficiente para a não aplicação da dispensa, ou adoptar limites numéricos inferiores aos previstos na directiva;

Considerando que as contas consolidadas devem dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, bem como do resultado económico do conjunto de empresas incluídas no consolidado; que, para este efeito, a consolidação deve englobar todas as empresas do referido conjunto; que esta consolidação deve incluir o resumo integral dos elementos do activo e do passivo, dos rendimentos e dos encargos destas empresas, mencionando separadamente os interesses das pessoas estranhas ao próprio conjunto; que, todavia, devem efectuar-se as correcções necessárias de forma a eliminar os efeitos das relações financeiras entre as empresas consolidadas;

Considerando que deve ser definido um certo número de princípios em matéria de elaboração de contas consolidadas e de avaliação no âmbito destas contas de forma a assegurar que estas reagrupem elementos coerentes e comparáveis, tanto no que diz respeito aos métodos seguidos para a sua avaliação como aos períodos contabilísticos tomados em consideração;

Considerando que as participações no capital de empresas, nas quais exercem uma influência significativa empresas incluídas na consolidação, devem ser incluídas nas contas consolidadas com base no método de equivalência;

Considerando que é indispensável que o anexo às contas consolidadas contenha indicações precisas sobre as empresas a consolidar;

Considerando que algumas das derrogações inicialmente previstas a título transitório pela Directiva 78/660/CEE podem ser mantidas sob reserva de uma ulterior reapreciação,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

DIRECTIVA DO CONSELHO
de 27 de Novembro de 1984
que revê os montantes expressos em ECUs (SIC! ecus) na Directiva 78/660/CEE
(84/569/CEE)

O CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia,

Tendo em conta a Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, baseada no n.º 3, alínea g), do artigo 54.º do Tratado CEE e relativa às contas anuais de certas formas de sociedade ⁽¹⁾ e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 53.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando que o Regulamento (CEE) n.º 3180/78 ⁽²⁾, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 2626/84 ⁽³⁾, definiu uma nova unidade de conta, denominada ECU;

Considerando que o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 3308/80 ⁽⁴⁾ substituiu (SIC! substitui a) unidade de conta europeia pelo ECU (SIC! ecu) em todos os instrumentos comunitários aplicáveis à data da sua entrada em vigor;

Considerando que os artigos 11.º e 27.º da Directiva 78/660/CEE e, por via de referência, o artigo 6.º da Directiva 83/349/CEE ⁽⁵⁾ e os artigos 20.º e 21.º da Directiva 84/253/CEE ⁽⁶⁾ contêm os limites numéricos expressos em ECUs (SIC! ecus) para o total do balanço e para o montante líquido do volume de negócios dentro dos quais os Estados-membros podem conceder certas derrogações às disposições destas directivas;

Considerando que o n.º 2 do artigo 53.º da Directiva 78/660/CEE dispõe que o Conselho, sob proposta da Comissão, procede de cinco em cinco anos à apreciação e, se for caso disso, à revisão dos montantes expressos em ECUs (SIC! ecus) nessa directiva, em função da evolução económica e monetária na Comunidade;

Considerando que, medido em termos constantes, o ECU (SIC! ecu) não conservou o valor que tinha aquando da adopção da Directiva 78/660/CEE;

Considerando que, para ter em conta as evoluções monetárias que desde então intervieram face ao ECU (SIC! ecu), é necessário recalcular a sua contrapartida em moeda nacional na data fixada no n.º 2 do artigo 53.º da Directiva 78/660/CEE,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

⁽¹⁾ JO n.º L 222 de 14. 8. 1978, p. 11.

⁽²⁾ JO n.º L 379 de 30. 12. 1978, p. 1.

⁽³⁾ JO n.º L 247 de 16. 9. 1984, p. 1.

⁽⁴⁾ JO n.º L 345 de 20. 12. 1980, p. 1.

⁽⁵⁾ JO n.º L 193 de 18. 7. 1983, p. 1.

⁽⁶⁾ JO n.º L 126 de 12. 5. 1984, p. 20.

DÉCIMA PRIMEIRA DIRECTIVA DO CONSELHO
de 21 de Dezembro de 1989
relativa à publicidade das sucursais criadas num Estado-membro por certas formas de
sociedades reguladas pelo direito de outro Estado
(89/666/CEE)

O CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 54º,

Tendo em conta a proposta da Comissão ⁽¹⁾,

Em cooperação com o Parlamento Europeu ⁽²⁾,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social ⁽³⁾,

Considerando que, a fim de facilitar o exercício da liberdade de estabelecimento das sociedades referidas no artigo 58º do Tratado, o n.º 3, alínea g), do artigo 54º do Tratado e o programa geral para a supressão das restrições à liberdade de estabelecimento prevêem a coordenação das garantias que são exigidas às sociedades, nos Estados-membros, para proteger os interesses, quer dos sócios quer de terceiros;

Considerando que, até agora, essa coordenação foi realizada, em matéria de publicidade, pela adopção da primeira Directiva 68/151/CEE relativa às sociedades de capitais ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão de 1985; que foi continuada, em matéria de contabilidade, com a quarta Directiva 78/660/CEE, relativa às contas anuais de certas formas de sociedades ⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão de 1985, com a sétima Directiva 83/349/CEE, relativa às contas consolidadas ⁽⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão de 1985, e com a oitava Directiva 84/253/CEE, relativa às pessoas encarregadas da fiscalização legal dos documentos contabilísticos ⁽⁷⁾;

Considerando que essas directivas se aplicam às sociedades, enquanto tal, mas não se aplicam às sucursais; que a criação de uma sucursal, tal como a constituição de uma filial, é uma das possibilidades que actualmente se abrem a uma sociedade que pretenda exercer o seu direito de estabelecimento num outro Estado-membro;

Considerando que, no que respeita às sucursais, a falta de coordenação, nomeadamente (SIC! nomeadamente) no domínio da publicidade, dá origem a uma certa disparidade, a nível da protecção dos sócios e de terceiros, entre as sociedades que operam em outros Estados-membros criando sucursais e as que aí operam constituindo sociedades filiais;

⁽¹⁾ JO n.º C 105 de 21. 4. 1988, p. 6.

⁽²⁾ JO n.º C 345 de 21. 12. 1987, p. 76, e
JO n.º C 256 de 9. 10. 1989, p. 72.

⁽³⁾ JO n.º C 319 de 30. 11. 1987, p. 61.

⁽⁴⁾ JO n.º L 65 de 14. 3. 1968, p. 8.

⁽⁵⁾ JO n.º L 222 de 14. 8. 1978, p. 11.

⁽⁶⁾ JO n.º L 193 de 18. 7. 1983, p. 1.

⁽⁷⁾ JO n.º L 126 de 12. 5. 1984, p. 20.

Considerando que, nesse domínio, as divergências nas legislações dos Estados-membros podem perturbar o exercício do direito de estabelecimento e que, portanto, é necessário eliminá-las para salvaguardar, *inter alia*, o exercício desse direito;

Considerando que, para assegurar a protecção das pessoas que, por intermédio de uma sucursal, entram em contacto com a sociedade, se impõem medidas de publicidade no Estado-membro em que a sucursal está situada; que, em determinados aspectos, a influência económica e social de uma sucursal pode ser comparável à de uma filial, no sentido de que há interesse do público pela publicidade da sociedade junto da sucursal; que, para organizar essa publicidade, é conveniente fazer referência ao processo já estabelecido para as sociedades de capitais no interior da Comunidade;

Considerando que essa publicidade respeita a uma série de actos e indicações importantes e às respectivas alterações;

Considerando que a referida publicidade pode ser limitada, com excepção do poder de representação, da denominação, da forma, da dissolução e do processo de insolvabilidade da sociedade, às informações relativas às próprias sucursais e a uma referência ao registo da sociedade de que a sucursal é parte integrante, dado que, por força das regras comunitárias existentes, qualquer informação relativa à sociedade enquanto tal está disponível nesse registo;

Considerando que as disposições nacionais que impõem a publicidade dos documentos contabilísticos relativos à sucursal perderam a sua justificação após a coordenação das legislações nacionais em matéria de estabelecimento, de controlo e de publicidade dos documentos contabilísticos da sociedade; que, por conseguinte, basta publicar no registo da sucursal os documentos contabilísticos controlados e publicados pela sociedade;

Considerando que as cartas e notas de encomenda utilizadas pela sucursal devem conter pelo menos as mesmas indicações que as cartas e as notas de encomenda da sociedade, bem como a indicação do registo em que a sucursal está inscrita;

Considerando que, a fim de assegurar a realização dos objectivos da presente directiva e evitar qualquer discriminação relacionada com o país de origem das sociedades, a presente directiva deve abranger também as sucursais criadas por sociedades reguladas pelo direito de países terceiros e organizadas segundo uma forma jurídica comparável à das sociedades referidas na Directiva 68/151/CEE; que, para essas sucursais, se impõem certas disposições diferentes das que se aplicam às sucursais das sociedades reguladas pelo direito de outros Estados-membros, dado que as directivas acima indicadas não se aplicam às sociedades dos países terceiros;

Considerando que a presente directiva em nada afecta as obrigações de informação a que se encontram sujeitas as sucursais devido a outras disposições do âmbito, por exemplo, do direito social no que respeita ao direito de informação dos assalariados, do direito fiscal, bem como para fins estatísticos,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

**DIRECTIVA DO CONSELHO
de 8 de Novembro de 1990**

**que altera a Directiva 78/660/CEE, relativa às contas anuais, e a Directiva 83/349/CEE, relativa às contas consolidadas, no que se refere às derrogações a favor das pequenas e médias sociedades, bem como à publicação das contas em ecus
(90/604/CEE)**

O CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 54º,

Tendo em conta a proposta da Comissão ⁽¹⁾,

Em cooperação com o Parlamento Europeu ⁽²⁾,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social ⁽³⁾,

Considerando que a harmonização das disposições nacionais relativas à estrutura e ao conteúdo das contas anuais e do relatório de gestão, aos métodos de avaliação, bem como à publicidade destes documentos, no que se refere nomeadamente às sociedades anónimas e às sociedades de responsabilidade limitada, foi objecto da Directiva 78/660/CEE ⁽⁴⁾, com a redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão de Espanha e de Portugal;

Considerando que convém simplificar os procedimentos administrativos a que estão sujeitas as pequenas e médias empresas, nos termos da resolução do Conselho de 3 de Novembro de 1986, relativa ao programa de acção para as pequenas e médias empresas (PME) ⁽⁵⁾ e da resolução do Conselho de 30 de Junho de 1988, relativa à melhoria do enquadramento das empresas e à promoção do seu desenvolvimento, em particular das pequenas e médias (SIC! médias) empresas, na Comunidade ⁽⁶⁾, com especial incidência numa redução substancial das obrigações decorrentes da Directiva 78/660/CEE;

Considerando que, por força do n.º 2 do artigo 53º da Directiva 78/660/CEE, se deve proceder a uma segunda revisão dos limiares que definem as pequenas e médias empresas;

Considerando que devem ser aumentadas as derrogações em matéria de elaboração, controlo e publicidade das contas que os Estados-membros podem prever, por força da Directiva 78/660/CEE, em favor das pequenas sociedades:

⁽¹⁾ JO n.º C 287 de 11. 11. 1986, p. 5, e
JO n.º C 318 de 20. 12. 1989, p. 12.

⁽²⁾ JO n.º C 158 de 26. 6. 1989 e decisão de 24 de Outubro de 1990 (ainda não publicada no Jornal Oficial).

⁽³⁾ JO n.º C 139 de 5. 6. 1989, p. 42.

⁽⁴⁾ JO n.º L 222 de 14. 8. 1978, p. 11.

⁽⁵⁾ JO n.º C 287 de 14. 11. 1986, p. 1.

⁽⁶⁾ JO n.º C 197 de 27. 7. 1988, p. 6.

Considerando que é necessário prever a possibilidade de os Estados-membros permitirem que as sociedades não incluam no anexo às contas anuais certas informações relativas às remunerações concedidas aos membros do órgão de administração da sociedade, quando essas informações permitam identificar a situação de um membro determinado desses órgãos;

Considerando que é igualmente necessário permitir que os Estados-membros reduzam as obrigações das pequenas sociedades em matéria de elaboração e de publicação do anexo; que os Estados-membros devem poder isentar essas sociedades da obrigação de fornecer no anexo determinados dados que possam ser considerados pouco significativos no que se refere a sociedades de pequena dimensão; que, nesse mesmo sentido, os Estados-membros devem poder isentar estas sociedades da obrigação de elaborar um relatório de gestão, sob condição de incluírem no anexo os dados referidos no n.º 2 do artigo 22.º da Directiva 77/91/CEE ⁽¹⁾ relativa à aquisição de acções próprias;

Considerando que importa promover a integração monetária europeia, permitindo pelo menos às sociedades a publicação das suas contas em ecus; que apenas se trata, neste caso, de uma possibilidade suplementar, que em nada altera a situação das sociedades, que actualmente já podem elaborar e publicar as contas em ecus; que é necessário especificar, quanto a este aspecto, as disposições da Directiva 78/660/CEE e da Directiva 83/349/CEE ⁽²⁾, com a redacção que lhes foi dada pelo Acto de Adesão de Espanha e de Portugal, obrigando as sociedades que fazem uso desta possibilidade a indicar a taxa de conversão utilizada no anexo,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

⁽¹⁾ JO n.º L 26 de 31. 1. 1977, p. 1.

⁽²⁾ JO n.º L 193 de 18. 7. 1983, p. 1.

DIRECTIVA DO CONSELHO
de 8 de Novembro de 1990
que altera as Directivas 78/660/CEE e 83/349/CEE, relativas, respectivamente, às contas anuais e
às contas consolidadas, no que diz respeito ao seu âmbito de aplicação
(90/605/CEE)

O CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 54º,

Tendo em conta a proposta da Comissão ⁽¹⁾,

Em cooperação com o Parlamento Europeu ⁽²⁾,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social ⁽³⁾,

Considerando que a Directiva 78/660/CEE ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 90/604/CEE ⁽⁵⁾, se aplica às contas anuais das sociedades anónimas, bem como às das sociedades de responsabilidade limitada, nomeadamente, pelo facto de estas sociedades apenas oferecerem como garantia a terceiros o seu património social;

Considerando que, de acordo com a Directiva 83/349/CEE ⁽⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 90/604/CEE, os Estados-membros apenas podem impor a obrigação de elaborar contas consolidadas às sociedades que são objecto da Directiva 78/660/CEE;

Considerando que, no interior da Comunidade, há um número considerável e em contínuo crescimento de sociedades em nome colectivo e de sociedades em comandita simples de que todos os sócios de responsabilidade ilimitada se encontram constituídos sob a forma de sociedade anónima ou de sociedade de responsabilidade limitada;

Considerando que esses sócios de responsabilidade ilimitada podem ser também sociedades não submetidas à legislação de um Estado-membro, mas dotadas de uma forma jurídica comparável à contemplada pela Directiva 68/151/CEE ⁽⁷⁾;

Considerando que seria contraditório com o espírito e os objectivos das citadas directivas admitir que tais sociedades em nome colectivo ou em comandita simples não estejam sujeitas a estas normas comunitárias;

Considerando que se torna portanto necessário completar explicitamente as disposições sobre o âmbito de aplicação das duas directivas em questão;

Considerando que importa que o nome, a sede e a forma jurídica de qualquer empresa que tenha por sócia de responsabilidade ilimitada uma sociedade anónima ou uma sociedade de responsabilidade limitada sejam indicados no anexo das contas dessa sociedade;

⁽¹⁾ JO n.º C 144 de 11. 6. 1986, p. 10.

⁽²⁾ JO n.º C 125 de 11. 5. 1987, p. 140.

⁽³⁾ JO n.º C 328 de 22. 12. 1986, p. 43.

⁽⁴⁾ JO n.º L 222 de 14. 8. 1978, p. 11.

⁽⁵⁾ JO n.º L 317 de 16. 11. 1990, p. 57.

⁽⁶⁾ JO n.º L 193 de 18. 7. 1983, p. 1.

⁽⁷⁾ JO n.º L 65 de 14. 3. 1968, p. 8.

Considerando que a obrigação de elaborar, publicar e mandar controlar as contas das sociedades em nome colectivo ou em comandita simples contempladas pela presente directiva pode igualmente ser imposta ao sócio de responsabilidade ilimitada; que deve ser igualmente possível incluir estas sociedades em contas consolidadas, elaboradas por este sócio ou elaboradas a um nível mais elevado;

Considerando que algumas das sociedades em nome colectivo ou em comandita simples contempladas pela presente directiva não são objecto, no Estado-membro da sede, de inscrição nos registos, o que torna difícil a aplicação das obrigações contabilísticas a essas sociedades; que, nomeadamente nestes casos, são necessárias regras especiais, consoante os sócios de responsabilidade ilimitada sejam empresas sujeitas à ordem jurídica do mesmo Estado-membro, de outro Estado-membro ou de um país terceiro,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

DIRECTIVA 94/8/CE DO CONSELHO
de 21 de Março de 1994

que altera a Directiva 78/660/CEE no que diz respeito à revisão dos montantes expressos em ecus

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, baseada no n.º 3, alínea g), do artigo 54.º do Tratado e relativa às contas anuais de certas formas de sociedades ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 53.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando que os artigos 11.º e 27.º da Directiva 78/660/CEE e, por força das suas remissões, o artigo 6.º da Directiva 83/349/CEE ⁽²⁾ e os artigos 20.º e 21.º da Directiva 84/253/CEE ⁽³⁾ contêm limites quantitativos expressos em ecus para o total do balanço e para o montante líquido do volume de negócios, dentro dos quais os Estados-membros podem conceder certas derrogações àquelas directivas;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º da Directiva 78/660/CEE, o Conselho, sob proposta da Comissão, procederá todos os cinco anos ao exame e, sendo caso disso, à revisão dos montantes dessa directiva expressos em ecus, em função da evolução económica e monetária na Comunidade;

Considerando que, com as Directivas 84/569/CEE ⁽⁴⁾ e 90/604/CEE ⁽⁵⁾, o Conselho procedeu a duas revisões dos montantes expressos em ecus, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º da Directiva 78/660/CEE;

Considerando que o terceiro período quinquenal termina em 24 de Julho de 1993, justificando-se por conseguinte um novo exame desses montantes;

Considerando que, avaliado em termos constantes, o ecu perdeu, nos últimos cinco anos, uma parte do seu valor; que, por esse motivo e tendo em conta a evolução económica e monetária na Comunidade, se revela necessário um aumento desses montantes,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

⁽¹⁾ JO n.º L 222 de 14. 8. 1978, p. 11. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 90/605/CEE (JO n.º L 317 de 16. 11. 1990, p. 60).

⁽²⁾ JO n.º L 193 de 18. 7. 1983, p. 1.

⁽³⁾ JO n.º L 126 de 12. 5. 1984, p. 20.

⁽⁴⁾ JO n.º L (SIC! L) 314 de 4. 12. 1984, p. 28.

⁽⁵⁾ JO n.º L 317 de 16. 11. 1990, p. 57.